

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA RESOLUÇÃO Nº 606 DE 03 DE SETEMBRO DE 2019 - INSTITUÍDA A "COMISSÃO DE REVISÃO E SE	RESOLUÇÃO	ALTERA RESOLUÇÃO Nº 606 DE 03 DE SETEMBRO DE 2019 - INSTITUÍDA A "COMISSÃO DE REVISÃO E SE	DEBATE PÚBLICO
	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL	RESOLUÇÃO	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL	DEBATE PÚBLICO
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COMENDA IRMÃ DULCE PARA PESSOAS E ENTIDADES	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COMENDA IRMÃ DULCE PARA PESSOAS E ENTIDADES	DEBATE PÚBLICO
	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE TRÂNSITO, SEUS EINS E APLICAÇÃO	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE TRÂNSITO, SEUS EINS E APLICAÇÃO	DEBATE PÚBLICO
	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A REALIZAÇÃO DO RECONHECIMENTO DE PESSOAS	RESOLUÇÃO	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A REALIZAÇÃO DO RECONHECIMENTO DE PESSOAS	DEBATE PÚBLICO
	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL	RESOLUÇÃO	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL	DEBATE PÚBLICO
	DISPÕE SOBRE O PLANO DE MÍDIA DO HORÁRIO ELEITORAL GRATUITO, RELACIONADO	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE O PLANO DE MÍDIA DO HORÁRIO ELEITORAL GRATUITO, RELACIONADO	DEBATE PÚBLICO
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.385, DE 16 DE AGOSTO DE 2012, PARA DISCIPLINAR A DEFINIÇÃO	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.385, DE 16 DE AGOSTO DE 2012, PARA DISCIPLINAR A DEFINIÇÃO	DEBATE PÚBLICO
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.760, DE 02 DE MARÇO DE 2026, QUE ESTABELECE O CALENDÁRIO	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.760, DE 02 DE MARÇO DE 2026, QUE ESTABELECE O CALENDÁRIO	DEBATE PÚBLICO
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.607, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE DISPÕE SOBRE A ABRE	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.607, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE DISPÕE SOBRE A ABRE	DEBATE PÚBLICO
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.673, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE OS PRO	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.673, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE OS PRO	DEBATE PÚBLICO
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.751, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2026, QUE DISPÕE SOBRE OS ATO	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.751, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2026, QUE DISPÕE SOBRE OS ATO	DEBATE PÚBLICO
	DISPÕE SOBRE OS LIMITES DE GASTOS PARA OS CARGOS ELETIVOS EM DIS	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE OS LIMITES DE GASTOS PARA OS CARGOS ELETIVOS EM DIS	DEBATE PÚBLICO
	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (PSI) NO ÂMBITO	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (PSI) NO ÂMBITO	DEBATE PÚBLICO
	ESTABELECE O CALENDÁRIO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES 2026	RESOLUÇÃO	ESTABELECE O CALENDÁRIO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES 2026	DEBATE PÚBLICO
	DISPÕE SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS ELEIÇÕES E DOS ELEITORES NO PRO	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS ELEIÇÕES E DOS ELEITORES NO PRO	DEBATE PÚBLICO
	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO	DEBATE PÚBLICO
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.673/TSE, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021, QUE DIS	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.673/TSE, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021, QUE DIS	DEBATE PÚBLICO
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.608/TSE, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE DIS	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.608/TSE, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE DIS	DEBATE PÚBLICO
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.610/TSE, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE DIS	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.610/TSE, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE DIS	DEBATE PÚBLICO
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.609, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE DISPÕE	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.609, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE DISPÕE	DEBATE PÚBLICO
	INSTITUI O PROGRAMA SEU VOTO IMPORTA E ESTABELECE DIRETRIZES E PE	RESOLUÇÃO	INSTITUI O PROGRAMA SEU VOTO IMPORTA E ESTABELECE DIRETRIZES E PE	DEBATE PÚBLICO
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.607, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE DISPÕE	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.607, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE DISPÕE	DEBATE PÚBLICO
	DISPÕE SOBRE OS ATOS GERAIS DO PROCESSO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE OS ATOS GERAIS DO PROCESSO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES	DEBATE PÚBLICO
	DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES 2026.	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES 2026.	DEBATE PÚBLICO

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.605/TSE DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE ESTABELECE O CALENDÁRIO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES DE 2024.	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.605/TSE DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE ESTABELECE O CALENDÁRIO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES DE 2024.	RESOLUÇÃO Nº 23.605/TSE DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE ESTABELECE O CALENDÁRIO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES DE 2024.
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.605/TSE DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE ESTABELECE O CALENDÁRIO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES DE 2024.	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.605/TSE DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE ESTABELECE O CALENDÁRIO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES DE 2024.	RESOLUÇÃO Nº 23.605/TSE DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE ESTABELECE O CALENDÁRIO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES DE 2024.
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.605/TSE DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE ESTABELECE O CALENDÁRIO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES DE 2024.	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.605/TSE DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE ESTABELECE O CALENDÁRIO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES DE 2024.	RESOLUÇÃO Nº 23.605/TSE DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE ESTABELECE O CALENDÁRIO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES DE 2024.
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.605/TSE DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE ESTABELECE O CALENDÁRIO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES DE 2024.	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.605/TSE DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE ESTABELECE O CALENDÁRIO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES DE 2024.	RESOLUÇÃO Nº 23.605/TSE DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE ESTABELECE O CALENDÁRIO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES DE 2024.
	CALENDÁRIO ELEITORAL - ELEIÇÕES 2024	RESOLUÇÃO	CALENDÁRIO ELEITORAL - ELEIÇÕES 2024	
	DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES DE 2024.	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES DE 2024.	2024.
	DISPÕE SOBRE OS ATOS GERAIS DO PROCESSO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES DE 2024.	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE OS ATOS GERAIS DO PROCESSO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES DE 2024.	2024.
	ALTERA A RESOLUÇÃO - TSE Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES DE 2024.	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO - TSE Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES DE 2024.	
	ALTERA A RESOLUÇÃO TSE Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES DE 2024.	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO TSE Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES DE 2024.	
	ALTERA A RESOLUÇÃO TSE Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES DE 2024.	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO TSE Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES DE 2024.	
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.669/2021 - TSE DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES DE 2024.	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.669/2021 - TSE DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES DE 2024.	
	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E AUDITORIA DO SISTEMA DE VOTAÇÃO ELETRÔNICA.	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E AUDITORIA DO SISTEMA DE VOTAÇÃO ELETRÔNICA.	
	DISPÕE SOBRE OS ATOS GERAIS DO PROCESSO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES DE 2024.	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE OS ATOS GERAIS DO PROCESSO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES DE 2024.	Nº 23.669,
	PROPAGANDA ELEITORAL	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE PROPAGANDA ELEITORAL - UTILIZAÇÃO E GERAÇÃO DO HORÁRIO DE VOTAÇÃO	INDUTAS E
	CALENDÁRIO ELEITORAL 2020	RESOLUÇÃO	CALENDÁRIO ELEITORAL 2020 - ELEIÇÕES 2020	
	CADASTRO ELEITORAL PARA ELEIÇÕES 2020	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES DE 2020 E DA C	2020 E DA C
	INSTITUI A TABELA DE DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS EXECUTIVOS DO PODERÃO JUDICIÁRIO.	RESOLUÇÃO	INSTITUI A TABELA DE DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS EXECUTIVOS DO PODERÃO JUDICIÁRIO.	
	DISPÕE SOBRE A NECESSIDADE DOS POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES OBRIGADOS A USAR O EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) DURANTE O EXERCÍCIO DE SUAS ATIVIDADES.	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE A NECESSIDADE DOS POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES OBRIGADOS A USAR O EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) DURANTE O EXERCÍCIO DE SUAS ATIVIDADES.	ANDANOS
	PORTARIA/SEMLIDH Nº 02/2024 - RESOLUÇÃO Nº 001/2024 - SEMIDH - DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÕES DE FISCALIZAÇÃO E AUDITORIA DO SISTEMA DE VOTAÇÃO ELETRÔNICA.	RESOLUÇÃO	PORTARIA/SEMLIDH Nº 02/2024 - RESOLUÇÃO Nº 001/2024 - SEMIDH - DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÕES DE FISCALIZAÇÃO E AUDITORIA DO SISTEMA DE VOTAÇÃO ELETRÔNICA.	SADOSON
	DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DE INTEGRANTES DAS FORÇAS POLICIAIS ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÕES DE FISCALIZAÇÃO E AUDITORIA DO SISTEMA DE VOTAÇÃO ELETRÔNICA.	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DE INTEGRANTES DAS FORÇAS POLICIAIS ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÕES DE FISCALIZAÇÃO E AUDITORIA DO SISTEMA DE VOTAÇÃO ELETRÔNICA.	BAISECA
	DISPÕE SOBRE AS CONDIÇÕES E O PROCEDIMENTO APLICÁVEIS À CONCESSÃO DE FÉRIAS ANUAIS AOS SERVIDORES PÚBLICOS.	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE AS CONDIÇÕES E O PROCEDIMENTO APLICÁVEIS À CONCESSÃO DE FÉRIAS ANUAIS AOS SERVIDORES PÚBLICOS.	DE FÉRIAS
	RECOMENDAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DA LISTAGEM DE ELIMINAÇÃO DE DOSES DE RADIAÇÃO IONIZANTE PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÕES DE FISCALIZAÇÃO E AUDITORIA DO SISTEMA DE VOTAÇÃO ELETRÔNICA.	RECOMENDA	RECOMENDAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DA LISTAGEM DE ELIMINAÇÃO DE DOSES DE RADIAÇÃO IONIZANTE PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÕES DE FISCALIZAÇÃO E AUDITORIA DO SISTEMA DE VOTAÇÃO ELETRÔNICA.	PROFESSOR
	ORIENTAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÕES DE FISCALIZAÇÃO E AUDITORIA DO SISTEMA DE VOTAÇÃO ELETRÔNICA.	RECOMENDA	RECOMENDAÇÃO Nº 014/2020 - 62ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL DO ESTADO DE ALAGOAS.	QUANTO A
	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2026	RECOMENDA	RESOLVE RECOMENDAR AO COMANDO DA POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA, A APLICAÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2026.	COMANDO
	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2022	RECOMENDA	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2022.00000794-2 - RECOMENDAÇÃO Nº 014/2020 - 62ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL DO ESTADO DE ALAGOAS.	DE FÉRIAS
	CONSTITUI COMISSÃO ESTADUAL NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÕES DE FISCALIZAÇÃO E AUDITORIA DO SISTEMA DE VOTAÇÃO ELETRÔNICA.	PORTARIA	CONSTITUI COMISSÃO ESTADUAL NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÕES DE FISCALIZAÇÃO E AUDITORIA DO SISTEMA DE VOTAÇÃO ELETRÔNICA.	GESTÃO DE
	REGULAMENTA O DECRETO Nº 12.341, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024, E ESTABELECE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES DE 2024.	PORTARIA	REGULAMENTA O DECRETO Nº 12.341, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024, E ESTABELECE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES DE 2024.	SECRETARIA

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA A PORTARIA NORMATIVA Nº 660 DE 10.05.2009 QUE APROVA O REGULAMENTO DE CONTINÊNCIAS	PORTARIA Nº 660 DE 10.05.2009	ALTERA A PORTARIA NORMATIVA Nº 660 DE 10.05.2009 QUE APROVA O REGULAMENTO DE CONTINÊNCIAS	NÊNCIAS,
	DISCIPLINA O FLUXO DE PROCEDIMENTOS PARA A EXECUÇÃO DE RECURSOS	PORTARIA Nº 660 DE 10.05.2009	DISCIPLINA O FLUXO DE PROCEDIMENTOS PARA A EXECUÇÃO DE RECURSOS	A MODALID
	APROVA O REGULAMENTO DE CONTINÊNCIAS	PORTARIA Nº 660 DE 10.05.2009	APROVA O REGULAMENTO DE CONTINÊNCIAS	TAR DAS F
	ESTABELECE DIRETRIZES SOBRE O USO DE CÂMERAS CORPORAIS PELOS ÓRGÃOS PÚBLICOS	PORTARIA Nº 660 DE 10.05.2009	ESTABELECE DIRETRIZES SOBRE O USO DE CÂMERAS CORPORAIS PELOS ÓRGÃOS PÚBLICOS	NÇA PÚBLI
	VADE-MÉCIM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 02 - PASSAGEM DE FIO	PORTARIA Nº 660 DE 10.05.2009	VADE-MÉCIM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 02 - PASSAGEM DE FIO	
	VADE-MÉCIM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 01 - GUARDA DE HONRAS	PORTARIA Nº 660 DE 10.05.2009	VADE-MÉCIM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 01 - GUARDA DE HONRAS	
	PORTARIA Nº 554 - MEC - DISPÕE SOBRE A EMISSÃO E O REGISTRO DE DIPLOMA DE GRADUAÇÃO POR	PORTARIA Nº 554 - MEC	DISPÕE SOBRE A EMISSÃO E O REGISTRO DE DIPLOMA DE GRADUAÇÃO POR	S INSTITU
	DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DAS AULAS PRESENCIAIS POR AULAS EM MODALIDADE	PORTARIA Nº 554 - MEC	DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DAS AULAS PRESENCIAIS POR AULAS EM MODALIDADE	JANTO DU
	VADE-MÉCIM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 07 - PRÁTICA DE CERIMONIAIS	PORTARIA Nº 554 - MEC	VADE-MÉCIM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 07 - PRÁTICA DE CERIMONIAIS	OLO
	PORTARIA Nº 482 DE 27 DE AGOSTO DE 2020 - ESTABELECE A PADRONIZAÇÃO	PORTARIA Nº 482 DE 27 DE AGOSTO DE 2020	PORTARIA Nº 482 DE 27 DE AGOSTO DE 2020 - ESTABELECE A PADRONIZAÇÃO	DA DUREZ
	PORTARIA Nº 481 DE 27 DE AGOSTO DE 2020 - ESTABELECE A PADRONIZAÇÃO	PORTARIA Nº 481 DE 27 DE AGOSTO DE 2020	PORTARIA Nº 481 DE 27 DE AGOSTO DE 2020 - ESTABELECE A PADRONIZAÇÃO	DE DESTA
	PORTARIA Nº 480 DE 27 DE AGOSTO DE 2020 - ESTABELECE A PADRONIZAÇÃO	PORTARIA Nº 480 DE 27 DE AGOSTO DE 2020	PORTARIA Nº 480 DE 27 DE AGOSTO DE 2020 - ESTABELECE A PADRONIZAÇÃO	DE DESSE
	APROVA AS INSTRUÇÕES GERAIS PARA APLICAÇÃO DO REGULAMENTO DE CONTINÊNCIAS	PORTARIA Nº 480 DE 27 DE AGOSTO DE 2020	APROVA AS INSTRUÇÕES GERAIS PARA APLICAÇÃO DO REGULAMENTO DE CONTINÊNCIAS	RAS, ARMA
	ALTERA A PORTARIA Nº 343/2020 - MEC - DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DA	PORTARIA Nº 343/2020 - MEC	ALTERA A PORTARIA Nº 343/2020 - MEC - DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DA	IS POR AU
	VADE-MÉCIM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 09 - HONRAS E INER	PORTARIA Nº 343/2020 - MEC	VADE-MÉCIM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 09 - HONRAS E INER	
	SUBSTITUIÇÃO DAS AULAS PRESENCIAIS POR AULAS EM MODALIDADE	PORTARIA Nº 343/2020 - MEC	SUBSTITUIÇÃO DAS AULAS PRESENCIAIS POR AULAS EM MODALIDADE	JANTO DUR
	PORTARIA Nº 330-MEC - DISPÕE SOBRE A EMISSÃO DE DIPLOMAS EM FORMATO DIGITAL NAS INSTITUIÇÕES	PORTARIA Nº 330-MEC	DISPÕE SOBRE A EMISSÃO DE DIPLOMAS EM FORMATO DIGITAL NAS INSTITUIÇÕES	UPERIOR
	VADE-MÉCIM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 06 - ESCOLTA DE HONRAS	PORTARIA Nº 330-MEC	VADE-MÉCIM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 06 - ESCOLTA DE HONRAS	ALA
	CONCEDER ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA	PORTARIA Nº 330-MEC	CONCEDER ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA	ABES, CO
	VADE-MÉCIM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 04 - GUARDA BANDEIRA	PORTARIA Nº 330-MEC	VADE-MÉCIM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 04 - GUARDA BANDEIRA	
	DISPÕE SOBRE A UNIFICAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DAS CLASSIFICAÇÕES E O	PORTARIA Nº 330-MEC	DISPÕE SOBRE A UNIFICAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DAS CLASSIFICAÇÕES E O	ADONDESE
	MANUAL DE ORDEM UNIDA	PORTARIA Nº 330-MEC	APROVA O MANUAL DE CAMPAINHA EB70-MC-10 308 - ORDEM UNIDA - 4ª EDIÇÃO	RAS PROV
	ESTABELECE NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA O TRATO DE EXPLOSIVOS	PORTARIA Nº 330-MEC	ESTABELECE NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA O TRATO DE EXPLOSIVOS	SIVA SEB
	TRANSCRIÇÃO DE ATOS DO DIÁRIO OFICIAL NAS INSTITUIÇÕES	PORTARIA Nº 330-MEC	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE DISPONIBILIZAÇÃO DE MEIO DE PUBLICAÇÃO	O BANCÁR
	INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DOS CENTROS INTEGRADOS DE SEGURANÇA	PORTARIA Nº 330-MEC	INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DOS CENTROS INTEGRADOS DE SEGURANÇA	DE DAS
	DEFINE A METODOLOGIA DE CONSOLIDAÇÃO DAS MORTES VIOLENTAS INTELIGENTES	PORTARIA Nº 330-MEC	DEFINE A METODOLOGIA DE CONSOLIDAÇÃO DAS MORTES VIOLENTAS INTELIGENTES	DAS BAS

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONCLUSÃO D	PORTARIA Nº	PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE ATENDIMENTO ÀS	
	APROVA AS NORMAS PARA AQUISIÇÃO REGI	PORTARIA Nº	PORTARIA Nº 167/2024 - COLOG/CEX DE 22 DE JANEIRO DE 2024 - APROVA A	
	VADE-MECUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EX	PORTARIA Nº	VADE-MECUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 10 - VALORES DEVE	
	PROIBIR AOS PROPRIETÁRIOS DE HOTÉIS, BA	PORTARIA Nº	PROIBIR AOS PROPRIETÁRIOS DE HOTÉIS, BARES, RESTAURANTES E SIMILAR	
	MANUAL DE INSPECÇÕES, REVISTAS E DESEI	PORTARIA Nº	APROVA O MANUAL DE CAMPANHA C-22-6 - INSPECÇÕES, REVISTAS E DESEI	
	DISPÕE SOBRE O ENCERRAMENTO E MANUT	PORTARIA Nº	DISPÕE SOBRE O ENCERRAMENTO E MANUTENÇÃO DE CONTAS BANCÁRIAS	
	VADE-MECUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EX	PORTARIA Nº	VADE-MECUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 03 - HONRAS DE REC	
	INSTITUI O DIPLOMA DE HONRA AO MÉRITO D	PORTARIA Nº	INSTITUI O DIPLOMA DE HONRA AO MÉRITO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEEF	
	PORTARIA CONJUNTA SENASP/SEOP/SEGEN	PORTARIA Nº	PORTARIA CONJUNTA SENASP/SEOP/SEGEN Nº 20 DE 03.08.2022 - APROVA O	
	REGULAMENTA A COMPOSIÇÃO BÁSICA E FUN	PORTARIA Nº	REGULAMENTA A COMPOSIÇÃO BÁSICA E FUNCIONAMENTO DAS CÂMARAS T	
	PORTARIA CONJUNTA SEEA7/SEPLAG/ALAGO	PORTARIA Nº	PORTARIA CONJUNTA SEEA7/SEPLAG/ALAGOAS PREVIDÊNCIA - COMISSÃO IN	
	INSTITUI O PROJETO "CELULAR SEGURO"	PORTARIA M	INSTITUI O PROJETO "CELULAR SEGURO" NO ÂMBITO DO MINISTÉ	
	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A G	PORTARIA M	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A GRANADAS POLICIAIS DE EMPRE	
	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A G	PORTARIA M	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A GRANADAS POLICIAIS DE EMPRE	
	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A G	PORTARIA M	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A GRANADAS POLICIAIS DE EMPRE	
	INSTITUI A FORÇA PENAL NACIONAL - EPN NO	PORTARIA M	INSTITUI A FORÇA PENAL NACIONAL - EPN NO ÂMBITO DA SECRETARIA NACIO	
	DISPÕE SOBRE A PADRONIZAÇÃO DO DOCUM	PORTARIA M	DISPÕE SOBRE A PADRONIZAÇÃO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO FUNCIO	
	DISPÕE SOBRE A REDE NACIONAL DE CIDADE	PORTARIA M	DISPÕE SOBRE A REDE NACIONAL DE CIDADES ACOELHEDORAS	
	ESTABELECE ESTRATÉGIAS DESTINADAS À P	PORTARIA M	ESTABELECE ESTRATÉGIAS DESTINADAS À PROTEÇÃO DA SAÚDE DOS CONS	
	PORTARIA MEC Nº 70 DE 24 DE JANEIRO DE 2	PORTARIA M	ALTERA A PORTARIA MEC Nº 554 DE 11 DE MARÇO DE 2019, QUE DISPÕE SO	
	TRANSCRIÇÃO DE DOCUMENTOS - RECURSO	OFÍCIO Nº 42	TRANSCRIÇÃO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO - ILICITUDE DA	
	TRANSCRIÇÃO DE OFÍCIO - OFÍCIO CONJUNTO	NP Nº 357526	TRANSCRIÇÃO DE OFÍCIO - OFÍCIO CONJUNTO Nº 48 - 2025 - RECOMENDAÇÃO	
	COMUNICAÇÃO SOBRE INDISPONIBILIDADE D	NP Nº 313901	TRANSCRIÇÃO DE OFÍCIO CIRCULAR Nº E-41/2025/SEPLAG - COMUNICAÇÃO S	
	TRANSCRIÇÃO DE DOCUMENTO - MINISTÉRIO	NP Nº 133846	TRANSCRIÇÃO DE DOCUMENTO - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBL	
	TRANSCRIÇÃO DE ATOS DO DIÁRIO OFICIAL N	MENSAGEM	VETO PARCIAL DO PROJETO DE LEI Nº 1995/2026 QUE "ALTERA A LEI Nº	
	MATRIZ CURRICULAR NACIONAL 2014	MATRIZ CURRICULAR NACIONAL	MATRIZ CURRICULAR NACIONAL 2014 - PARA AÇÕES FORMATIVAS DOS PRO	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	MANUAL DE APLICABILIDADE DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - NO ÂMBITO DO PODER PÚBLICO	MANUAL LGPD - PGE/AL	MANUAL DE APLICABILIDADE DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - NO ÂMBITO DO PODER PÚBLICO - 2020	10.375 - C
	MANUAL DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELO PODER PÚBLICO - 2020	MANUAL LGPD	MANUAL DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELO PODER PÚBLICO - 2020	NTES PÚBL
	MANUAL DE CAMPANHA 2021 - TREINAMENTO FÍSICO MILITAR - EXÉRCITO BRASILEIRO	MANUAL DE CAMPANHA	MANUAL DE CAMPANHA 2021 - TREINAMENTO FÍSICO MILITAR - EXÉRCITO BRASILEIRO	ÊNCIA DO
	CARTILHA AGIL - ELEIÇÕES 2026	MANUAL DA	CARTILHA AGIL - ELEIÇÕES 2026 - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO - CONDUTAS	S CRIANÇ
	ALTERA A LEI Nº 5.247, DE 26 DE JULHO DE 1991, PARA ASSEGURAR À SERVIÇOS DE PROTEÇÃO CIVIL DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI Nº 9.962	ALTERA A LEI Nº 5.247, DE 26 DE JULHO DE 1991, PARA ASSEGURAR À SERVIÇOS DE PROTEÇÃO CIVIL DO ESTADO DE ALAGOAS	O ESTADO
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DA POLÍCIA MILITAR DA "PATRIOTAS	LEI Nº 9.817	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DA POLÍCIA MILITAR DA "PATRIOTAS	MAÇÃO EN
	DISPÕE SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE COOPERAÇÃO	LEI Nº 9.619	DISPÕE SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE COOPERAÇÃO	DUÇÃO DO
	CRIO O SELO TOLERÂNCIA ZERO COM ASSÉDIO A SER CONCEDIDO A ESTABELECIMENTOS	LEI Nº 9.603	CRIO O SELO TOLERÂNCIA ZERO COM ASSÉDIO A SER CONCEDIDO A ESTABELECIMENTOS	PROVIDEN
	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - E	LEI Nº 9.438	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - E	OS, RES
	DISPÕE SOBRE O CADASTRO ESTADUAL DE PEDÓFILOS NO ESTADO DE ALAGOAS	LEI Nº 9.433	DISPÕE SOBRE O CADASTRO ESTADUAL DE PEDÓFILOS NO ESTADO DE ALAGOAS	STADUAL
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514, DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE AVIAÇÃO - DE	LEI Nº 9.392	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514, DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE AVIAÇÃO - DE	O DA ADM
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 5.346, DE 26 DE MAIO DE 1992, QUE DISPÕE SOBRE O CADASTRO ESTADUAL DE PEDÓFILOS NO ESTADO DE ALAGOAS	LEI Nº 9.381	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 5.346, DE 26 DE MAIO DE 1992, QUE DISPÕE SOBRE O CADASTRO ESTADUAL DE PEDÓFILOS NO ESTADO DE ALAGOAS	ÉCONOMI
	ESTABELECE OS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES PARA O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	LEI Nº 9.095	ESTABELECE OS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES PARA O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	ECUSTAS
	GARANTE PRIORIDADE DE VACINAÇÃO DA COVID-19 AOS GENITORES, TUTOR	LEI Nº 8.537	GARANTE PRIORIDADE DE VACINAÇÃO DA COVID-19 AOS GENITORES, TUTOR	EFECÇÕES
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 3.185, DE 1º DE DEZEMBRO DE 1971, QUE DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO	LEI Nº 8.481	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 3.185, DE 1º DE DEZEMBRO DE 1971, QUE DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO	DEMOITEN
	DISPÕE SOBRE A REMISSÃO DE DÉBITO DE IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE	LEI Nº 8.467	DISPÕE SOBRE A REMISSÃO DE DÉBITO DE IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE	INDICÓE
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS	LEI Nº 8.419	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS	DA MONT
	DISPÕE SOBRE A POSSIBILIDADE DE OS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	LEI Nº 8.413	DISPÕE SOBRE A POSSIBILIDADE DE OS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	AS NOS ES
	DISPÕE NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE	LEI Nº 8.407	DISPÕE NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE	IOS, E DÁ
	DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO EMERGENCIAL E TRANSITÓRIO DE PAGAMENTO	LEI Nº 8.406	DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO EMERGENCIAL E TRANSITÓRIO DE PAGAMENTO	ALCOÓLIC
	VENDA E DO CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS	LEI Nº 8.113	DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO E A REGULAMENTAÇÃO DA VENDA E DO CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS	FORMAS
	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 43, DE 28 DE JUNHO DE 2007, QUE DEFINE AS ÁREAS DE INTERESSE PÚBLICO	LEI Nº 6.952	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 43, DE 28 DE JUNHO DE 2007, QUE DEFINE AS ÁREAS DE INTERESSE PÚBLICO	S PROVID
	INSTITUI A MEDALHA DO MÉRITO DA REPÚBLICA MARECHAL DEODORO DA SILVA	LEI Nº 6.417	INSTITUI A MEDALHA DO MÉRITO DA REPÚBLICA MARECHAL DEODORO DA SILVA	
	UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A ASSOCIAÇÃO DE EQUOTERAPIA DE ALAGOAS	LEI Nº 6.414	UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A ASSOCIAÇÃO DE EQUOTERAPIA DE ALAGOAS	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA DA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA - SE	LEI Nº 6.268	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA DA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA - SE	
	DISPÕE SOBRE A GARANTIA DE ACESSO À INTERNET COM FINS EDUCACIONAIS	LEI Nº 14.172	DISPÕE SOBRE A GARANTIA DE ACESSO À INTERNET COM FINS EDUCACIONAIS	PROFESSOR
	DISPÕE SOBRE A EXTENSÃO DO PRAZO DE VALIDADE DE PRESCRIÇÕES MÉDICAS	LEI Nº 14.152	DISPÕE SOBRE A EXTENSÃO DO PRAZO DE VALIDADE DE PRESCRIÇÕES MÉDICAS	DEPARTAMENTO
	DISPÕE SOBRE O AFASTAMENTO DA EMPREGADA GESTANTE DAS ATIVIDADES	LEI Nº 14.151	DISPÕE SOBRE O AFASTAMENTO DA EMPREGADA GESTANTE DAS ATIVIDADES	EMPREGADA
	INSTITUI O FORMULÁRIO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DE RISCO A SER APLICADO	LEI Nº 14.149	INSTITUI O FORMULÁRIO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DE RISCO A SER APLICADO	DE VIOLÊNCIA
	CRIA O PROGRAMA PRÓ-LEITOS COM APLICAÇÃO ENQUANTO PERDURAR A	LEI Nº 14.147	CRIA O PROGRAMA PRÓ-LEITOS COM APLICAÇÃO ENQUANTO PERDURAR A	ÓDE PÚBLICA
	CLASSIFICA A VISÃO MONOCULAR COMO DEFICIÊNCIA SENSORIAL DO TIPO	LEI Nº 14.126	CLASSIFICA A VISÃO MONOCULAR COMO DEFICIÊNCIA SENSORIAL DO TIPO	
	ALTERA A LEI Nº 9.099, DE 26.09.1995, PARA POSSIBILITAR A CONCILIAÇÃO NÃO	LEI Nº 13.994	ALTERA A LEI Nº 9.099, DE 26.09.1995, PARA POSSIBILITAR A CONCILIAÇÃO NÃO	ITO DOS J
	EXTINGUIR A PENA DE PRISÃO DISCIPLINAR	LEI Nº 13.967	ALTERA O ART. 18 DO DECRETO-LEI Nº 667, DE 2 DE JULHO DE 1969, PARA EX	PRISÃO D
	PERMITIR A AUSÊNCIA AO SERVIÇO PARA RE	LEI Nº 13.767	ALTERA O ART. 473 DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO - CLT, APRO	O-LEI Nº 5.
	LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO	LEI Nº 12.527	LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO - REGULA O ACESSO A INFORMAÇÕES PREV	II DO ART
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.669, DE 19 DE MAIO DE 2022, QUE DISPÕE SOBRE	LEI Nº 9.979, DE 2.07.2026	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.669, DE 19 DE MAIO DE 2022, QUE DISPÕE SOBRE	ETPADA
	DISPÕE SOBRE O COMBATE À EROTIZAÇÃO INFANTIL E PROÍBE A EXPOSIÇÃO	LEI Nº 9.874, DE	DISPÕE SOBRE O COMBATE À EROTIZAÇÃO INFANTIL E PROÍBE A EXPOSIÇÃO	DE ESCOLA
	DISPÕE SOBRE O PROCESSO E JULGAMENTO DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUIÇÃO	LEI Nº 9.868, DE	DISPÕE SOBRE O PROCESSO E JULGAMENTO DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUIÇÃO	DE AÇÃO D
	DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE MEDIDAS DE SEGURANÇA PELAS INSTITUIÇÕES	LEI Nº 9.858, DE	DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE MEDIDAS DE SEGURANÇA PELAS INSTITUIÇÕES	DO APRO
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VERBAS	LEI Nº 9.852, DE	LEI Nº 9.852, DE 31.03.2026 - DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VER	RVIDORES
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	LEI Nº 9.806, DE	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	ORGULHO
	DISPÕE SOBRE O ENSINO NO EXÉRCITO BRASILEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	LEI Nº 9.786, DE 8.2.1999	DISPÕE SOBRE O ENSINO NO EXÉRCITO BRASILEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL "VINÍCIUS" DE COMBATE A INTIMIDADE RACIAL E A	LEI Nº 9.767, DE	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL "VINÍCIUS" DE COMBATE A INTIMIDADE RACIAL E A	ADOLESCEN
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE APRESENTAÇÃO DA CERTIDÃO DE	LEI Nº 9.764, DE	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE APRESENTAÇÃO DA CERTIDÃO DE	MINISTÉRIO
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM	LEI Nº 9.746, DE	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM	DÉFICIT I
	DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 5º E PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 6º DA LEI ESTADUAL	LEI Nº 9.743, DE	DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 5º E PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 6º DA LEI ESTADUAL	DE ENOME
	ESTABELECE O DIREITO DO IDOSO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DA MULHER	LEI Nº 9.740, DE	ESTABELECE O DIREITO DO IDOSO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DA MULHER	ATRAÍDO
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BOLSA OU	LEI Nº 9.723, DE	ALTERA O CAPÍTULO DO ART. 2º E ACRESCENTA O § 4º AO REFERIDO ARTIGO DA	639, DE 28
	CONFERE A PROFISSIONAIS DO SEXO FEMININO A EXCLUSIVIDADE NOS CURSOS	LEI Nº 9.722, DE	CONFERE A PROFISSIONAIS DO SEXO FEMININO A EXCLUSIVIDADE NOS CURSOS	DE CRIANÇAS
	INSTITUI A PLATAFORMA ÚNICA DO ESTADO DE ALAGOAS, DENOMINADA ALA	LEI Nº 9.720, DE 7.11.2025	INSTITUI A PLATAFORMA ÚNICA DO ESTADO DE ALAGOAS, DENOMINADA ALA	DISPÕE S

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI O CÓDIGO ALAGOANO DE PROTEÇÃO À PESSOA COM TRANSTORNO DE	LEI N. 9.716, DE 7.11.2025	INSTITUI O CÓDIGO ALAGOANO DE PROTEÇÃO À PESSOA COM TRANSTORNO DE	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CADASTRO ESTADUAL DA PESSOA PORTADORA DE	LEI N. 9.715, DE 7.11.2025	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CADASTRO ESTADUAL DA PESSOA PORTADORA DE	
	INSTITUI A SEMANA ESTADUAL DA ACESSIBILIDADE	LEI N. 9.714, DE 7.11.2025	INSTITUI A SEMANA ESTADUAL DA ACESSIBILIDADE	
	INSTITUI O PROGRAMA SALTO AZUL NO CALENDÁRIO ANUAL DE EVENTOS DO	LEI N. 9.712, DE 7.11.2025	INSTITUI O PROGRAMA SALTO AZUL NO CALENDÁRIO ANUAL DE EVENTOS DO	
	INSTITUI A SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO DO TRANSTORNO DO DESENVOLVIMENTO (TDL)	LEI N. 9.711, DE 7.11.2025	INSTITUI A SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO DO TRANSTORNO DO DESENVOLVIMENTO (TDL)	
	INSTITUI O MÊS MARCO ROXO DEDICADO À REALIZAÇÃO DE AÇÕES DE CONSCIENTIZAÇÃO E EPILEPSIA	LEI N. 9.7033, DE 7.11.2025	INSTITUI O MÊS MARCO ROXO DEDICADO À REALIZAÇÃO DE AÇÕES DE CONSCIENTIZAÇÃO E EPILEPSIA	
	INSTITUI MEDIDAS PARA O COMBATE À OBESIDADE INFANTIL EM ESCOLAS PÚBLICAS	LEI N. 9.696, DE 7.11.2025	INSTITUI MEDIDAS PARA O COMBATE À OBESIDADE INFANTIL EM ESCOLAS PÚBLICAS	
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514 DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE	LEI N. 9.690, DE 7.11.2025	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514 DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE PENITENCIÁRIO NO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 9.682, DE 7.11.2025	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE PENITENCIÁRIO NO ESTADO DE ALAGOAS	
	DENOMINA O CANIL DO BATALHÃO DE OPERAÇÕES POLICIAIS ESPECIAIS - B	LEI N. 9.623, DE 22.7.2025	DENOMINA O CANIL DO BATALHÃO DE OPERAÇÕES POLICIAIS ESPECIAIS - B	
	ESTABELECE REGRAS PARA TRÂNSITO DE DETERMINADAS RACAS DE ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO PERDIDAS	LEI N. 9.622, DE 21.7.2025	ESTABELECE REGRAS PARA TRÂNSITO DE DETERMINADAS RACAS DE ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO PERDIDAS	
	INSTITUI NORMAS GERAIS SOBRE DESPORTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	LEI N. 9.615, DE 24.3.1998	INSTITUI NORMAS GERAIS SOBRE DESPORTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	DISPÕE SOBRE O PROGRAMA ESTADUAL DE ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO PERDIDAS	LEI N. 9.615, DE 18.7.2025	DISPÕE SOBRE O PROGRAMA ESTADUAL DE ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO PERDIDAS	
	DISPÕE SOBRE O PROTOCOLO INDIVIDUALIZADO DE AVALIAÇÃO - PIA PARA	LEI N. 9.613, DE 18.7.2025	DISPÕE SOBRE O PROTOCOLO INDIVIDUALIZADO DE AVALIAÇÃO - PIA PARA	
	INSTITUI O SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	LEI N. 9.612, DE 19.2.1998	INSTITUI O SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	CRIA A CAMPANHA PERMANENTE DE COMBATE À MISOGÍNIA NO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 9.612, DE 18.7.2025	CRIA A CAMPANHA PERMANENTE DE COMBATE À MISOGÍNIA NO ESTADO DE ALAGOAS	
	CRIMES AMBIENTAIS	LEI N. 9.605, DE 12.2.1998	DISPÕE SOBRE AS SANÇÕES PENAIS E ADMINISTRATIVAS DERIVADAS DE CRIMES AMBIENTAIS	
	CRIA O CADASTRO DE CONDENADOS POR ESTÚPIO E O CADASTRO DE CONDENADOS POR ESTUPRO	LEI N. 9.599, DE 18.7.2025	CRIA O CADASTRO DE CONDENADOS POR ESTÚPIO E O CADASTRO DE CONDENADOS POR ESTUPRO	
	DISPÕE DIRETRIZES PARA CRIAÇÃO DE UM TREINAMENTO SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	LEI N. 9.594, DE 15.7.2025	DISPÕE DIRETRIZES PARA CRIAÇÃO DE UM TREINAMENTO SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	
	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO E ACÚMULO EXTRAORDINÁRIO DE FUNÇÕES PÚBLICAS	LEI N. 9.592, DE 14.7.2025	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO E ACÚMULO EXTRAORDINÁRIO DE FUNÇÕES PÚBLICAS	
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENECIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS	LEI N. 9.551, DE 28.5.2025	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENECIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS	
	NORMAS APLICÁVEIS AOS SERVIDORES PÚBLICOS	LEI N. 9.527, DE 16.4.2025	ALTERA DISPOSITIVOS DAS LEIS Nºs 8.112 DE 11.12.1990, 8.460 DE 17.09.1997, 8.554, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA PUBLICAÇÃO DOS CÁLCULOS DE REFORMAÇÃO	LEI N. 9.525, DE 16.4.2025	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA PUBLICAÇÃO DOS CÁLCULOS DE REFORMAÇÃO	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE FORMAÇÃO EM PRIMEIROS SOCORROS	LEI N. 9.522, DE 10.4.2025	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE FORMAÇÃO EM PRIMEIROS SOCORROS	
	DISPÕE SOBRE O COMPARECIMENTO DE MILITARES ESTADUAIS À JUSTIÇA E	LEI N. 9.521, DE 10.4.2025	DISPÕE SOBRE O COMPARECIMENTO DE MILITARES ESTADUAIS À JUSTIÇA E	
	ALTERA A LEI Nº 5.900, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996, APLICA-SE A ALÍQUOTA	LEI N. 9.519, DE 10.4.2025	ALTERA A LEI Nº 5.900, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996, APLICA-SE A ALÍQUOTA	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ESTABELECE O SEXO BIOLÓGICO COMO O ÚNICO CRITÉRIO PARA DEFINIÇÃO DE SEXO PARA FINS DE REGISTRO CIVIL	LEI N. 9.518, 10.4.2025	ESTABELECE O SEXO BIOLÓGICO COMO O ÚNICO CRITÉRIO PARA DEFINIÇÃO DE SEXO PARA FINS DE REGISTRO CIVIL	
	AUTORIZA O GOVERNO DO ESTADO A CRIAR COTA PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE	LEI N. 9.513, 1.4.2025	AUTORIZA O GOVERNO DO ESTADO A CRIAR COTA PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA "CASTRA ALAGOAS" QUE ESTABELECE A CRIAÇÃO DE COTAS PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE	LEI N. 9.512, 1.4.2025	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA "CASTRA ALAGOAS" QUE ESTABELECE A CRIAÇÃO DE COTAS PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE	
	DISPÕE SOBRE A VALIDADE DA DECLARAÇÃO DE ESTÁGIO EMITIDO PELOS ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 9.511, 1.4.2025	DISPÕE SOBRE A VALIDADE DA DECLARAÇÃO DE ESTÁGIO EMITIDO PELOS ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS	
	DISPÕE SOBRE A ATENÇÃO À SAÚDE OCUPACIONAL DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DO GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 9.510, 1.4.2025	DISPÕE SOBRE A ATENÇÃO À SAÚDE OCUPACIONAL DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DO GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS	
	DISPÕE SOBRE A PREFERÊNCIA NA ALOCAÇÃO DE ASSENTOS PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE	LEI N. 9.509, 1.4.2025	DISPÕE SOBRE A PREFERÊNCIA NA ALOCAÇÃO DE ASSENTOS PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SELO "AMIGO DOS ENTREGADORES" PARA OS ENTREGADORES DE CARGA DE SERVIÇOS DE ENTREGA DE CARGA	LEI N. 9.508, 1.4.2025	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SELO "AMIGO DOS ENTREGADORES" PARA OS ENTREGADORES DE CARGA DE SERVIÇOS DE ENTREGA DE CARGA	
	ESTABELECE NORMAS PARA AS ELEIÇÕES - ANOTADO	LEI N. 9.504, 30.9.1997	ESTABELECE NORMAS PARA AS ELEIÇÕES - ANOTADO	
	NORMAS PARA AS ELEIÇÕES	LEI N. 9.504, 30.9.1997	ESTABELECE NORMAS PARA AS ELEIÇÕES	
	CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO	LEI N. 9.503, 23.9.1997	INSTITUI O CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO	
	CRIA MULTA ADMINISTRATIVA NO ÂMBITO DO GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS PARA FALTAS DE CUMPRIMENTO DE OBRIGATORIEDADE	LEI N. 9.500, 1.4.2025	CRIA MULTA ADMINISTRATIVA NO ÂMBITO DO GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS PARA FALTAS DE CUMPRIMENTO DE OBRIGATORIEDADE	
	CRIA A POLÍTICA ESTADUAL DE VALORIZAÇÃO DA ESCRITÓRIA E DO ESCRITÓRIO	LEI N. 9.499, 1.4.2025	CRIA A POLÍTICA ESTADUAL DE VALORIZAÇÃO DA ESCRITÓRIA E DO ESCRITÓRIO	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE INCENTIVO À TÉCNICA DE DEFESA CIVIL	LEI N. 9.498, 1.4.2025	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE INCENTIVO À TÉCNICA DE DEFESA CIVIL	
	DISCIPLINA A APLICAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	LEI N. 9.494, 10.9.1997	DISCIPLINA A APLICAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE BLOQUEADORES HORMONAIS	LEI N. 9.486, 10.9.1997	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE BLOQUEADORES HORMONAIS	
	DISPÕE SOBRE A CASSAÇÃO DE ALVARÁ DE LICENÇA E FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS	LEI N. 9.479, 10.9.1997	DISPÕE SOBRE A CASSAÇÃO DE ALVARÁ DE LICENÇA E FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS	
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DAS OPERADORAS DE PLANOS DE SAÚDE LIMITADOS	LEI N. 9.476, 10.9.1997	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DAS OPERADORAS DE PLANOS DE SAÚDE LIMITADOS	
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.456 DE 20 DE JANEIRO DE 2004 PASSA A VIGOR	LEI N. 9.475, 10.9.1997	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.456 DE 20 DE JANEIRO DE 2004 PASSA A VIGOR	
	DEFINE MECANISMOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO ESTATUTO DOS REFUGIADOS	LEI N. 9.474, 22.7.1997	DEFINE MECANISMOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO ESTATUTO DOS REFUGIADOS	
	ESTABELECE QUE OS HOSPITAIS E AS MATERNIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS DEVEAM TER OBRIGATORIEDADE DE ATENDIMENTO	LEI N. 9.473, 20.1.2025	ESTABELECE QUE OS HOSPITAIS E AS MATERNIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS DEVEAM TER OBRIGATORIEDADE DE ATENDIMENTO	
	INSTITUI O PROGRAMA ALAGOANO DE ENERGIA RURAL RENOVÁVEL E DÁ OBRIGATORIEDADE DE ATENDIMENTO	LEI N. 9.472, 20.1.2025	INSTITUI O PROGRAMA ALAGOANO DE ENERGIA RURAL RENOVÁVEL E DÁ OBRIGATORIEDADE DE ATENDIMENTO	
	DISPÕE SOBRE A GARANTIA DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE AMBOS OS PAIS	LEI N. 9.470, 10.9.1997	DISPÕE SOBRE A GARANTIA DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE AMBOS OS PAIS	
	AUTORIZA O GOVERNO DO ESTADO A CRIAR O PROGRAMA JOÃO E MARIA OLIVEIRA	LEI N. 9.455, 10.9.1997	AUTORIZA O GOVERNO DO ESTADO A CRIAR O PROGRAMA JOÃO E MARIA OLIVEIRA	
	ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE ALAGOAS PARA O EXERCÍCIO DE 2025	LEI N. 9.454, 3.1.2025	ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE ALAGOAS PARA O EXERCÍCIO DE 2025	
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR PROGRAMAS DE QUALIFICAÇÃO E TREINAMENTO	LEI N. 9.450, 10.9.1997	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR PROGRAMAS DE QUALIFICAÇÃO E TREINAMENTO	
	ESTABELECE PRIORIDADE DE ATENDIMENTO PSICOTERÁPICO E CIRURGIA PLÁSTICA	LEI N. 9.441, 10.9.1997	ESTABELECE PRIORIDADE DE ATENDIMENTO PSICOTERÁPICO E CIRURGIA PLÁSTICA	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE FIANÇA VIA	LEI N. 9.428, DE	DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE FIANÇA VIA PIX NO ÂMBITO DO ESTADO D	UTRAS PRO
	DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL	LEI N. 9.394, DE	ESTABELECE AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL - LDB	
	DISPÕE SOBRE A ALIENACÃO A CESSÃO A T	LEI N. 9.373, 11.5.2018	DISPÕE SOBRE A ALIENACÃO A CESSÃO A TRANSEFERÊNCIA A DESTINACÃO	VAL AMBIE
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE MEIO AMBI	LEI N. 9.312, 15.7.2024	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE ALAGOAS	VIDÊNCIAS
	INTERCEPTAÇÃO DE COMUNICAÇÕES TELEF	LEI N. 9.296, 24.7.1996	REGULAMENTA O INCISO XII PARTE FINAL DO ART. 5º DA CONSTITUIÇÃO EE	ÇÃO DE C
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A TRANSEER	LEI N. 9.279, 20.6.2024	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A TRANSEERIR RECURSOS PROVENIENTES	ESTABE
	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO DOCU	LEI N. 9.278, DE	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO DOCUMENTAL DO ESTADO DE ALAGO	ROVIDÊNC
	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURACÃO DO GOVER	LEI N. 9.272, 11.6.2024	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURACÃO DO GOVERNO DIGITAL NO ÂMBITO DA ADM	CA DIRETA
	DISPÕE SOBRE PROGRAMA DE PROTEÇÃO À	LEI N. 9.271, 11.6.2024	DISPÕE SOBRE PROGRAMA DE PROTEÇÃO À POLÍCIA CIVIL POLÍCIA MILITAR	ESTANTE E
	INSTITUI A POLÍTICA DE AÇÕES DE SAÚDE ME	LEI N. 9.215, 15.4.2024	INSTITUI A POLÍTICA DE AÇÕES DE SAÚDE MENTAL PARA OS INTEGRANTES D	NÍCIA MILIT
	INSTITUI O "SELO ELOR DE LÓTIUS" NO ÂMBITO	LEI N. 9.174, 19.3.2024	INSTITUI O "SELO ELOR DE LÓTIUS" NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS E D	NCIAS - CO
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.564 DE 5 DE JAN	LEI N. 9.173, 14.3.2024	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.564 DE 5 DE JANEIRO DE 2005 QUE "INSTITUI O	DEGRASZA
	ASSEGURA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS	LEI N. 9.172, 12.3.2024	ASSEGURA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS PESSOAS COM DIABETES MEL	S PÚBLICO
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BONIFICAC	LEI N. 9.171, 26.2.2024	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BONIFICACÃO EXTRAORDINÁRIA AOS PRO	RETARIA D
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE EXIB	LEI N. 9.159, 20.2.2024	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE EXIBIÇÃO DE PROPAGANDAS EDUC	XENITROS
	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZ	LEI N. 9.155, 19.1.2024	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022 QUE INSTITUI O	QUIDVON
	INCLUI A "SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO E C	LEI N. 9.152, 19.1.2024	INCLUI A "SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO E COMBATE AO RELACIONAMENTO	NDÁRIO O
	DISPÕE SOBRE A OBRIGACÃO DAS EMPRESA	LEI N. 9.151, 19.1.2024	DISPÕE SOBRE A OBRIGACÃO DAS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS DE ENER	TABAZOE
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO NO ESTADO DE	LEI N. 9.146, 10.1.2024	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO NO ESTADO DE ALAGOAS DE COMÉRCIO TRA	AEQUIERD
	JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS	LEI N. 9.099, 26.9.1995	DISPÕE SOBRE OS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS E DÁ OUTRAS P	
	DISPÕE SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS - AN	LEI N. 9.096, DE 19.9.1995	DISPÕE SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS - ANOTADO	
	DISPÕE SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS	LEI N. 9.096, 19.9.1995	DISPÕE SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS	
	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI ESTADUAL Nº 5.3	LEI N. 9.090, DE	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI ESTADUAL Nº 5.336 DE 8 DE MAIO DE 1992 PAR	BATOFON
	DISPÕE SOBRE AS NORMAS SANITÁRIAS E ES	LEI N. 9.060, DE	DISPÕE SOBRE AS NORMAS SANITÁRIAS E ESTABELECE TRATAMENTO SIMPL	COMOIZA
	DISCIPLINA O USO DAS DENOMINAÇÕES "CAR	LEI N. 9.059, DE	DISCIPLINA O USO DAS DENOMINAÇÕES "CARTÓRIO" E "CARTÓRIO EXTRAJU	O ESTADO
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL PARA A POPU	LEI N. 9.058, DE	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL PARA A POPULAÇÃO IMIGRANTE, DISPÕE SO	SMRPOB

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL INTITULADO	LEI N. 9.057, DE 8.11.2023	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL INTITULADO "MULHERES NA CULTURA ALA	AS PROVI
	EIXA OS SUBSÍDIOS DOS DEPUTADOS ESTADI	LEI N. 9.056, DE 8.11.2023	EIXA OS SUBSÍDIOS DOS DEPUTADOS ESTADUAIS NOS TERMOS DOS §§ 1º E	INSTITUIÇ
	EXPEDICÃO DE CERTIDÕES	LEI N. 9.051, DE 18.5.1995	DISPÕE SOBRE A EXPEDICÃO DE CERTIDÕES PARA A DEFEESA DE DIREITOS E	S DE SITU
	REVOGA A LEI ESTADUAL Nº 8.955 DE 4 DE SE	LEI N. 9.047, DE 8.11.2023	REVOGA A LEI ESTADUAL Nº 8.955 DE 4 DE SETEMBRO DE 2023 QUE DISPÕE	ÇÃO INCR
	DISPÕE SOBRE A VEDACÃO AO USO DE IMAG	LEI N. 9.028, DE 8.11.2023	DISPÕE SOBRE A VEDACÃO AO USO DE IMAGENS DE INVESTIGAÇÃO E OPER	FORAIS P
	DISPÕE SOBRE AS ATRIBUIÇÕES ORGÂNICAS	LEI N. 9.007, DE 8.11.2023	DISPÕE SOBRE AS ATRIBUIÇÕES ORGÂNICAS, COMPETÊNCIAS FUNCIONAIS	ZONDAES
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DO TEMA "EDUC	LEI N. 8.992, DE 2.10.2023	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DO TEMA "EDUCAÇÃO FINANCEIRA" NAS PROPO	SÍDIOS E
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 4.597 DE 13 DE D	LEI N. 8.991, DE 2.12.2023	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 4.597 DE 13 DE DEZEMBRO DE 1984	
	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE ACOMP	LEI N. 8.988, DE 26.9.2023	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE ACOMPANHAMENTO PRÉ NATAL E PÓS	ÂMBITO D
	ESTABELECE MULTAS E SANÇÕES ADMINIS	LEI N. 8.986, DE 26.9.2023	ESTABELECE MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS A QUEM PRATICAR INV	PROVEDA
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS CA	LEI N. 8.985, DE 26.9.2023	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS CARTÓRIOS COM SEDE NO ÂMBIT	AGOSAS
	DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE INCENTIVO	LEI N. 8.984, DE 26.9.2023	DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE INCENTIVO À UTILIZAÇÃO DA MUSICOTERA	NIÊNCIA
	RECONHECE A BÍBLIA SAGRADA COMO PATR	LEI N. 8.976, DE 20.9.2023	RECONHECE A BÍBLIA SAGRADA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL E	ADO DE A
	INSTITUI A AÇÃO DE PROMOÇÃO DA CULTUR	LEI N. 8.974, DE 20.9.2023	INSTITUI A AÇÃO DE PROMOÇÃO DA CULTURA OCEÂNICA NAS INSTITUIÇÕES	AS DE EN
	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL BANCO DE	LEI N. 8.973, DE 20.9.2023	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL BANCO DE RAÇÃO E UTENSÍLIOS PARA AN	O ESTADO
	INSTITUI A CAMPANHA "PET SANGUE BOM" N	LEI N. 8.972, DE 20.9.2023	INSTITUI A CAMPANHA "PET SANGUE BOM" NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGO	PROVIDÊN
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE SAÚDE M	LEI N. 8.971, DE 20.9.2023	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE SAÚDE MENTAL NA REDE PÚBLICA E PRIV	ESTADO D
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DO ESTADO	LEI N. 8.970, DE 20.9.2023	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DO ESTADO DE ALAGOAS A CRIAR CURSO E	ÂMBITO D
	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL "ADOE UM	LEI N. 8.969, DE 20.9.2023	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL "ADOE UM ANIMAL" NO ESTADO DE ALAGO	PROVIDÊN
	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE EQUIT	LEI N. 8.968, DE 20.9.2023	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE EQUITERAPIA COMO MÉTODO TERAPI	ÇÃO ME
	ALTERA A LEI Nº 5.900 DE 27 DE DEZEMBRO D	LEI N. 8.967, DE 20.9.2023	ALTERA A LEI Nº 5.900 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996 - AS ALÍQUOTAS DOS IM	ÇÕES S
	PROPÕE ALTERAÇÃO NA LEI ESTADUAL Nº 7	LEI N. 8.960, DE 14.9.2023	PROPÕE ALTERAÇÃO NA LEI ESTADUAL Nº 7.858 DE 28 DE DEZEMBRO DE 20	BAISCO
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E	LEI N. 8.947, DE 24.8.2023	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDOR	MINISTRA
	INSTITUI O "DIA ESTADUAL DO LUTO PELAS V	LEI N. 8.939, DE 14.8.2023	INSTITUI O "DIA ESTADUAL DO LUTO PELAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTIC	
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA ADVOCACIA	LEI N. 8.906, DE 4.7.1994	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA ADVOCACIA E A ORDEM DOS ADVOGADOS D	
	ESTABELECE ADMINISTRATIVAS ÀS PENALID	LEI N. 8.885, DE 18.7.2025	ESTABELECE ADMINISTRATIVAS ÀS PENALIDADES PESSOAS NATURAIS QLP	FAÇÃO

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514 DE 23 DE SETEMBRO DE 2004 QUE DISPÕE	LEI N. 8.884, 6.7.2023	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514 DE 23 DE SETEMBRO DE 2004 QUE DISPÕE	
	DISPÕE SOBRE AS FINALIDADES E AS DIRETRIZES DA POLÍTICA ESTADUAL DE	LEI N. 8.868, 12.6.2023	DISPÕE SOBRE AS FINALIDADES E AS DIRETRIZES DA POLÍTICA ESTADUAL DE	
	ALTERA O ART. 261 DA LEI ESTADUAL Nº 6.564 DE 5 DE JANEIRO DE 2005 QUE	LEI N. 8.867, 12.6.2023	ALTERA O ART. 261 DA LEI ESTADUAL Nº 6.564 DE 5 DE JANEIRO DE 2005 QUE	
	AUTORIZA A CRIAÇÃO DE UMA CENTRAL DE EMPREGOS PARA PESSOAS COM	LEI N. 8.838, 4.4.2023	AUTORIZA A CRIAÇÃO DE UMA CENTRAL DE EMPREGOS PARA PESSOAS COM	
	ESTABELECE O DIREITO DAS MÃES AMAMENTAREM SEUS FILHOS DURANTE	LEI N. 8.829, 21.3.2023	ESTABELECE O DIREITO DAS MÃES AMAMENTAREM SEUS FILHOS DURANTE	
	AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE EVENTOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS ESPORTIVOS	LEI N. 8.810, 20.1.2023	AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE EVENTOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS ESPORTIVOS	
	INSTITUI A SEMANA ESTADUAL DE COMBATE AO ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL	LEI N. 8.808, 13.1.2023	INSTITUI A SEMANA ESTADUAL DE COMBATE AO ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA DO TURISMO QUE VISA A	LEI N. 8.789, 13.1.2023	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA DO TURISMO QUE VISA A	
	DENOMINA RODOVIA DE DEPUTADO ARNALDO PINTO GUEDES DE PAIVA A AL 404	LEI N. 8.788, 13.1.2023	DENOMINA RODOVIA DE DEPUTADO ARNALDO PINTO GUEDES DE PAIVA A AL 404	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA	LEI N. 8.787, 13.1.2023	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA	
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.555 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004 QUE DISPÕE	LEI N. 8.785, 13.1.2023	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.555 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004 QUE DISPÕE	
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.965 DE 9 DE JANEIRO DE 2018 QUE INSTITUI O	LEI N. 8.784, 13.1.2023	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.965 DE 9 DE JANEIRO DE 2018 QUE INSTITUI O	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA "DAQUI PRA O MUNDO" QUE VISA	LEI N. 8.783, 13.1.2023	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA "DAQUI PRA O MUNDO" QUE VISA	
	DISPÕE SOBRE A ACESSIBILIDADE NAS PRAIAS LOCALIZADAS NO ESTADO DE	LEI N. 8.781, 13.1.2023	DISPÕE SOBRE A ACESSIBILIDADE NAS PRAIAS LOCALIZADAS NO ESTADO DE	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA PATRULHA PET NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 8.773, 13.1.2023	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA PATRULHA PET NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS	
	DISPÕE SOBRE O ACESSO UNIVERSAL DE SAÚDE COM PRODUTOS DE CANNABIS	LEI N. 8.754, 8.11.2022	DISPÕE SOBRE O ACESSO UNIVERSAL DE SAÚDE COM PRODUTOS DE CANNABIS	
	INSTITUI O DIA ESTADUAL DO ATIRADOR DESPORTIVO	LEI N. 8.752, 8.11.2022	INSTITUI O DIA ESTADUAL DO ATIRADOR DESPORTIVO	
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.991 DE 24 DE OUTUBRO DE 2008 QUE DISPÕE	LEI N. 8.741, 2.8.2022	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.991 DE 24 DE OUTUBRO DE 2008 QUE DISPÕE	
	DISPÕE SOBRE O ATENDIMENTO PREFERENCIAL AOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE	LEI N. 8.738, 2.8.2022	DISPÕE SOBRE O ATENDIMENTO PREFERENCIAL AOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE	
	INSTITUI O DIA DO TRANSPORTADOR INTERMUNICIPAL NO ÂMBITO DO ESTADO	LEI N. 8.706, 6.7.2022	INSTITUI O DIA DO TRANSPORTADOR INTERMUNICIPAL NO ÂMBITO DO ESTADO	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A ASSOCIAÇÃO VIDA E CIDADANIA	LEI N. 8.705, 6.7.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A ASSOCIAÇÃO VIDA E CIDADANIA	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO ANIMAL ESPERANÇA	LEI N. 8.703, 6.7.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO ANIMAL ESPERANÇA	
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE ATENÇÃO ESPECÍFICA PARA A POPULAÇÃO	LEI N. 8.702, 6.7.2022	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE ATENÇÃO ESPECÍFICA PARA A POPULAÇÃO	
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DAS REMUNERAÇÕES DOS CARGOS	LEI N. 8.700, 30.6.2022	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DAS REMUNERAÇÕES DOS CARGOS	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CARGOS DE DEFENSOR PÚBLICO ESTADUAL	LEI N. 8.699, 30.6.2022	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CARGOS DE DEFENSOR PÚBLICO ESTADUAL	
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PREVENÇÃO, DETECÇÃO PRECOCE E INÍCIO	LEI N. 8.698, 27.6.2022	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PREVENÇÃO, DETECÇÃO PRECOCE E INÍCIO	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI A "SEMANA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO	LEI N. 8.696, 27.6.2022	INSTITUI A "SEMANA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, CONSCIENTIZAÇÃO E ORIENT	SURA LÁBI
	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DA SEMANA E	LEI N. 8.695, 27.6.2022	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DA SEMANA ESTADUAL DE CONSCIENTIZAÇÃO	IMENTAR
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CARTÃO DIGIT	LEI N. 8.694, 27.6.2022	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CARTÃO DIGITAL DE VACINAÇÃO DO ESTADO	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O CLUBE	LEI N. 8.693, 21.6.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O CLUBE DE REGATAS BRASIL - CRB	
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO TÍTULO O DE	LEI N. 8.692, 21.6.2022	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA DO CENTR	ANO - CSA
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATA	LEI N. 8.691, 21.6.2022	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXT	OGANTEA
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOC	LEI N. 8.690, 21.6.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CON	IAL OSMAR
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL	LEI N. 8.689, 21.6.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL O INSTITUTO ABRACE	
	DISPÕE SOBRE A DECLARAÇÃO DE INTERESS	LEI N. 8.688, 21.6.2022	DISPÕE SOBRE A DECLARAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E DE UTILIDADE PÚBLI	DESTATAM
	INSTITUI O PROGRAMA SUPLEMENTAR DE AL	LEI N. 8.687, 21.6.2022	INSTITUI O PROGRAMA SUPLEMENTAR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NAS UNIF	DA REDE P
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOC	LEI N. 8.686, 21.6.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO ALAGOANA DE SURE-AA	
	DISPÕE SOBRE O PACAMENTO DE APARELHO	LEI N. 8.685, 21.6.2022	DISPÕE SOBRE O PACAMENTO DE APARELHOS DE MONITORAMENTO ELETR	DS, APENA
	INSTITUI O DIA 7 DE MARÇO O DIA DA TECNO	LEI N. 8.684, 14.6.2022	INSTITUI O DIA 7 DE MARÇO O DIA DA TECNOLOGIA ALAGOANA E DÁ OUTRAS	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA JO	LEI N. 8.683, 14.6.2022	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA JOVEM CIDADÃO DO MUNDO QUE	DOFEMAS
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA EXIGÊNCIA D	LEI N. 8.681, 10.6.2022	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DO CARTÃO	INTROSCOM
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATA	LEI N. 8.680, 9.6.2022	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO JUN	MICA FEDE
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DO	LEI N. 8.678, 9.6.2022	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS D	STADORE
	AL TERA A LEI ESTADUAL Nº 5.355 DE 23 DE J	LEI N. 8.677, 7.6.2022	AL TERA A LEI ESTADUAL Nº 5.355 DE 23 DE JUNHO DE 1992 QUE DISPÕE SO	DEICAND
	DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE TESTES VO	LEI N. 8.676, 7.6.2022	DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE TESTES VOCACIONAIS PARA ESTUDANTES	LICAS EST
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DO ENSINO DE N	LEI N. 8.675, 7.6.2022	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DO ENSINO DE NOÇÕES BÁSICAS SOBRE A LEI	TEÚDEAG
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DO	LEI N. 8.674, 7.6.2022	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E REMUNERAÇÃO	ASTIVOS
	DISPÕE SOBRE A IMPLANTACÃO DE ESTUDOS	LEI N. 8.672, 7.6.2022	DISPÕE SOBRE A IMPLANTACÃO DE ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA OS COSTU	DE CADA M
	DISPÕE SOBRE O SISTEMA DE PROTEÇÃO SO	LEI N. 8.671, 7.6.2022	DISPÕE SOBRE O SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES DO ESTAD	SM/AL, E
	AL TERA DISPOSITIVO DA LEI ESTADUAL Nº 7	LEI N. 8.670, 31.5.2022	AL TERA DISPOSITIVO DA LEI ESTADUAL Nº 7.159 DE 17 DE JUNHO DE 2010 E	ÊNDIORES
	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO FEETIVO DA P	LEI N. 8.669, 19.5.2022	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE	DÁ OUTRA
	DISPÕE SOBRE O FLUXO DO ACESSO A HIERA	LEI N. 8.668, 19.5.2022	DISPÕE SOBRE O FLUXO DO ACESSO A HIERARQUIA NO CORPO DE BOMBEI	ADO DE AL

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI NORMAS PARA LICITAÇÕES E CONTR	LEI N. 8.666, 21.6.1993	INSTITUI NORMAS PARA LICITAÇÕES E CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	PROVIDÊN
	EXTINGUE E CRIA CARGOS DE PROVIMENTO	LEI N. 8.661, 26.4.2022	EXTINGUE E CRIA CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO E DE PROVIMENTO EM	CONDIÇÃO
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOC	LEI N. 8.660, 25.4.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO EM BUSCA DE SOBRISOS	
	ESTABELECE QUE AS IGREJAS E OS TEMPLO	LEI N. 8.657, 25.4.2022	ESTABELECE QUE AS IGREJAS E OS TEMPLOS DE QUALQUER CULTO, COMO	ALAGOS
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOC	LEI N. 8.656, 13.4.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL E RECRE	LMARES.
	DISPÕE ACERCA DE REGRAS ATINENTES AOS	LEI N. 8.655, 13.4.2022	DISPÕE ACERCA DE REGRAS ATINENTES AOS ATIRADORES DESPORTIVOS N	O DE ALA
	INSTITUI NO ESTADO DE ALAGOAS, O "DIA ES	LEI N. 8.653, 13.4.2022	INSTITUI NO ESTADO DE ALAGOAS, O "DIA ESTADUAL DO PROTETOR DOS AN	S PROVIDE
	AUTORIZA E REGULAMENTA AS ASSEMBLEIAS	LEI N. 8.652, 13.4.2022	AUTORIZA E REGULAMENTA AS ASSEMBLEIAS CONDOMINIAIS NO FORMATO	CONDICION
	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 47, DE 10 DE AGO	LEI N. 8.651, 7.4.2022	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 47, DE 10 DE AGOSTO DE 2015, NO TOCANTE A N	ERÍCIA OF
	DISPÕE SOBRE A REDENOMINAÇÃO DA CARRE	LEI N. 8.650, 31.3.2022	DISPÕE SOBRE A REDENOMINAÇÃO DA CARREIRA DE AGENTES PENITENCIÁ	A DE POLÍ
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E	LEI N. 8.649, 31.3.2022	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDOR	MINISTRA
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR	LEI N. 8.648, 31.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA	DA DE SE
	ALTERA AS LEIS ESTADUAIS NºS 6.540, DE 7 D	LEI N. 8.647, 31.3.2022	ALTERA AS LEIS ESTADUAIS NºS 6.540, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004 E 7.820, F	DE SOBRO
	DISPÕE SOBRE O QUADRO ESPECÍFICO DE P	LEI N. 8.646, 31.3.2022	DISPÕE SOBRE O QUADRO ESPECÍFICO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DO	RATIFICADA
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.907, DE 3 DE JA	LEI N. 8.645, 31.3.2022	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.907, DE 3 DE JANEIRO DE 2008, QUE DISPÕE SO	DESEJO
	DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DOS SUBSÍDIOS	LEI N. 8.643, 30.3.2022	DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DOS SUBSÍDIOS DOS PROFISSIONAIS DO MAGIS	ADUAL, E
	ALTERA A ESTRUTURA DA CARREIRA DE DELE	LEI N. 8.641, 28.3.2022	ALTERA A ESTRUTURA DA CARREIRA DE DELEGADOS DE POLÍCIA CIVIL DO E	- PC/AL, F
	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI ESTADI	LEI N. 8.640, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI ESTADUAL Nº 6.285, DE 23 DE JANEIRO	QUA E EIM
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BOLSA OU	LEI N. 8.639, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BOLSA QUALIFICACÃO PARA OS SERVIDOR	ERÍCIA OFI
	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DAS CAR	LEI N. 8.638, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS DOS PROFISSIONAIS DE	DA DE SA
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR	LEI N. 8.637, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DE	ESTADO
	ALTERA DA LEI ESTADUAL Nº 6.251, DE 20 DE	LEI N. 8.636, 28.3.2022	ALTERA DA LEI ESTADUAL Nº 6.251, DE 20 DE JULHO DE 2001, QUE DISPÕE SO	ESTABELEC
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR	LEI N. 8.635, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DE	TADO DE A
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR	LEI N. 8.634, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE MÉDICOS, NO ÂMBITO	AGOSTA,
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DAS CA	LEI N. 8.633, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS DE TÉCNICO SUPERIO	SAÚDE DE
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR	LEI N. 8.632, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DE	QUADRO DE

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO IN	LEI N. 8.631, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO IN	ESTRADA
	DISPÕE SOBRE REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO IN	LEI N. 8.630, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO IN	S E REFOR
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	LEI N. 8.629, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	ASSOCIAT
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO	LEI N. 8.628, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO	OS PALMA
	DISPÕE SOBRE O REALISTE DOS SUBSÍDIOS DOS PROFISSIONAIS DO MAGIS	LEI N. 8.627, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE O REALISTE DOS SUBSÍDIOS DOS PROFISSIONAIS DO MAGIS	ADUAL, E
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA	LEI N. 8.626, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA	ARO À PES
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO	LEI N. 8.625, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO	AMBIENTI
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DE	LEI N. 8.624, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DE	VIÇO CIVIL
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SU	LEI N. 8.623, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SU	EDACIÃO
	DETERMINA QUE AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS DE ENSINO NO AM	LEI N. 8.622, 18.3.2022	DETERMINA QUE AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS DE ENSINO NO AM	NO AGOM
	CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO ESTADO DE ALAGOAS AO	LEI N. 8.618, 22.2.2022	CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO ESTADO DE ALAGOAS AO	REPÚBLICA
	RELATIVIZA O REQUISITO DO TEMPO MÍNIMO DE SERVIÇO MILITAR PARA EIN	LEI N. 8.609, 22.2.2022	RELATIVIZA O REQUISITO DO TEMPO MÍNIMO DE SERVIÇO MILITAR PARA EIN	ION NERTA
	TRATA DE DIVULGAÇÃO DO ANO DE FABRICAÇÃO DOS VEÍCULOS QUE FAZEM	LEI N. 8.608, 22.2.2022	TRATA DE DIVULGAÇÃO DO ANO DE FABRICAÇÃO DOS VEÍCULOS QUE FAZEM	BAÇO INT
	ALTERA A LEI 8.233 DE 10 DE JANEIRO DE 2020 PARA CRIAR A OBRIGAÇÃO D	LEI N. 8.605, 22.2.2022	ALTERA A LEI 8.233 DE 10 DE JANEIRO DE 2020 PARA CRIAR A OBRIGAÇÃO D	NA DESER
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS E EX	LEI N. 8.603, 22.2.2022	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS E EX	ORES DE I
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR O PROGRAMA "HORTA ESCOLAR" C	LEI N. 8.601, 22.2.2022	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR O PROGRAMA "HORTA ESCOLAR" C	DESENVOL
	DETERMINA QUE OS AGRESSORES QUE COMETEREM CRIME DE MAUS-TRAT	LEI N. 8.597, 22.2.2022	DETERMINA QUE OS AGRESSORES QUE COMETEREM CRIME DE MAUS-TRAT	MPROVEM
	INSTITUI NO ESTADO DE ALAGOAS A POLÍTICA ESTADUAL DE INCENTIVO AO	LEI N. 8.592, 22.2.2022	INSTITUI NO ESTADO DE ALAGOAS A POLÍTICA ESTADUAL DE INCENTIVO AO	À OUTRAS
	INSTITUI O PROGRAMA CARTÃO GÁS COMO MEDIDA DE ENERENTAMENTO D	LEI N. 8.591, 22.2.2022	INSTITUI O PROGRAMA CARTÃO GÁS COMO MEDIDA DE ENERENTAMENTO D	SOCIADE
	ALTERA A LEI ORDINÁRIA Nº 7.858 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016 QUE ESTAB	LEI N. 8.589, 20.1.2022	ALTERA A LEI ORDINÁRIA Nº 7.858 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016 QUE ESTAB	DEPA
	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO OBRIGATÓRIA DE CARTAZES EM DEPENDÊNCIAS	LEI N. 8.588, 20.1.2022	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO OBRIGATÓRIA DE CARTAZES EM DEPENDÊNCIAS	DOUSSE
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DAS REMUNERAÇÕES DOS CARGO	LEI N. 8.585, 19.1.2022	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DAS REMUNERAÇÕES DOS CARGO	UNÇÕES
	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS O DI	LEI N. 8.584, 19.1.2022	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS O DI	ADRIHEIR
	CONSIDERA A LIGA DE QUADRILHAS JIUNINAS DE ALAGOAS – LIGAL COMO PA	LEI N. 8.583, 19.1.2022	CONSIDERA A LIGA DE QUADRILHAS JIUNINAS DE ALAGOAS – LIGAL COMO PA	L E IMATE
	CRIA O PROGRAMA DE INCENTIVO AO MELHORAMENTO GENÉTICO DO REBA	LEI N. 8.582, 19.1.2022	CRIA O PROGRAMA DE INCENTIVO AO MELHORAMENTO GENÉTICO DO REBA	ADO DE A
	INSTITUI NORMAS PROTETIVAS E DIREITO À INFORMAÇÃO AOS CONSUMIDOR	LEI N. 8.581, 19.1.2022	INSTITUI NORMAS PROTETIVAS E DIREITO À INFORMAÇÃO AOS CONSUMIDOR	SOCIAÇÃO

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA A COMPETÊNCIA MATERIAL E A DENOMIN	LEI N. 8.580, 19.1.2022	ALTERA A COMPETÊNCIA MATERIAL E A DENOMINACÃO DOS UTILIZADOS ESPE	SÁNDAS
	PROÍBE A FABRICAÇÃO, A POSSE, A COMERC	LEI N. 8.577, 19.1.2022	PROÍBE A FABRICAÇÃO, A POSSE, A COMERCIALIZACÃO E O USO DE LINHAS	INDESPON
	DISPÕE SOBRE A ELEICÃO, PELO A ASSEMBLEIA	LEI N. 8.576, 19.1.2022	DISPÕE SOBRE A ELEICÃO, PELO A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO GOVERNADO	DOR DO E
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE, NO ÂMB	LEI N. 8.574, 10.1.2022	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE, NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS.	SORICOM
	OBRIGA OS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS E	LEI N. 8.573, 4.1.2022	OBRIGA OS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS DO ESTADO DE ALA	SIRLACAS
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL	LEI N. 8.572, 4.1.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A LIGA DE QUADRI LHA, LININ	QAL.
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL	LEI N. 8.571, 4.1.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A ASSOCIAÇÃO DE HEMOEÚLI	OCALIZAD
	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS	LEI N. 8.570, 4.1.2022	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS O DI	SGAE.
	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS	LEI N. 8.569, 4.1.2022	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS, O D	L TURA ALA
	DISPÕE SOBRE O RATEIO DAS SOBRRAS DE RE	LEI N. 8.567, 4.1.2022	DISPÕE SOBRE O RATEIO DAS SOBRRAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUT	PROMISSO
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DA EXPO RACIA I	LEI N. 8.561, 4.1.2022	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DA EXPO RACIA I EITEIRA DA CIDADE DE BATALH	BOASIRÍST
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.135, DE 7 DE AG	LEI N. 8.560, 4.1.2022	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.135, DE 7 DE AGOSTO DE 2019, QUE VEDA A NO	AROBES
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA SUSPENSÃO	LEI N. 8.559, 4.1.2022	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA SUSPENSÃO DE SERVIÇOS BÁSICOS E ESSE	WENEIDE
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTIT	LEI N. 8.556, 4.1.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SO	DESC.
	DISPÕE SOBRE A DENOMINACÃO DA RODOVIA	LEI N. 8.553, 4.1.2022	DISPÕE SOBRE A DENOMINACÃO DA RODOVIA QUE LIGA O POVOADO PALMA	S RIACHOS
	ALTERA O ART. 5º DA LEI DELEGADA Nº 21, DE	LEI N. 8.552, 4.1.2022	ALTERA O ART. 5º DA LEI DELEGADA Nº 21, DE 04 DE ABRIL DE 2003, QUE DIS	ELHO EST
	INSTITUI O PROGRAMA BOLSA ESCOLA 10 NO	LEI N. 8.551, 4.1.2022	INSTITUI O PROGRAMA BOLSA ESCOLA 10 NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGO	ROVIDÊN
	TRANSEORMA CARGOS DE TIIZ DE DIREITO C	LEI N. 8.550, 4.1.2022	TRANSEORMA CARGOS DE TIIZ DE DIREITO COM ATRIBUIÇÕES DE AUXILIAR	ACEDOME
	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS	LEI N. 8.546, 4.1.2022	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS O DI	
	REGULAMENTA A COLOCAÇÃO DE PLACAS IN	LEI N. 8.545, 4.1.2022	REGULAMENTA A COLOCAÇÃO DE PLACAS INEORMATIVAS EM TODAS AS ORI	ZADAS NO
	DISPÕE SOBRE A ISENCÃO DO PAGAMENTO D	LEI N. 8.542, 4.1.2022	DISPÕE SOBRE A ISENCÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DE INSCRIÇÃO EM CO	SINOMAS
	DISPÕE SOBRE NORMAS DE CONCURSOS PÚBL	LEI N. 8.539, 4.1.2022	DISPÕE SOBRE NORMAS DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA PROFISSIONAIS D	INSTRACÃO
	ESTABELECE A CRIAÇÃO DE UM CADASTRO E	LEI N. 8.538, 4.1.2022	ESTABELECE A CRIAÇÃO DE UM CADASTRO ESTADUAL, JUNTO AO PROCON/A	O DE FICAR
	ESTABELECE CRITÉRIOS PARA VACINAÇÃO D	LEI N. 8.536, 4.1.2022	ESTABELECE CRITÉRIOS PARA VACINAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SERVIÇOS	
	ALTERA AS LEIS ESTADUAIS NºS 6.197, DE 26	LEI N. 8.533, 4.1.2022	ALTERA AS LEIS ESTADUAIS NºS 6.197, DE 26 DE SETEMBRO DE 2000, QUE ES	DE CARO
	INSTITUI A POLÍTICA DE ATENÇÃO INTEGRAL	LEI N. 8.531, 4.1.2022	INSTITUI A POLÍTICA DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER NO ESTAD	À OUTRAS

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO NO CALENDÁRIO	LEI N. 8.530, DE	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO NO CALENDÁRIO ESCOLAR DA REALIZAÇÃO ANUAL	DA EDUCAÇÃO
	DISPÕE SOBRE A EXIGÊNCIA DE CICLOVIA EM	LEI N. 8.529, DE	DISPÕE SOBRE A EXIGÊNCIA DE CICLOVIA EM TODAS AS NOVAS RODOVIAS	E/BOBOMIP
	ALTERA A LEI 6.035 DE 02 DE JUNHO DE 1998	LEI N. 8.528, DE	ALTERA A LEI 6.035 DE 02 DE JUNHO DE 1998 QUE ASSEGURA O PAGAMENTO	PRECISUA
	DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTS. 2º E 3º DA LEI	LEI N. 8.527, DE	DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTS. 2º E 3º DA LEI Nº 6.943 DE 12 DE JUNHO DE 20	REUNISSE
	DISPÕE SOBRE A VEDACÃO DE INAUGURAÇÃO	LEI N. 8.522, DE	DISPÕE SOBRE A VEDACÃO DE INAUGURAÇÃO PARCIAL OU INCOMPLETA DE	
	DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE PRÁTICAS MÉT	LEI N. 8.521, 7.10.2021	DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE PRÁTICAS MÉTODOS SUSTENTÁVEIS NA CON	RAS EXEC
	DISPÕE SOBRE A COMUNICAÇÃO AOS PAIS O	LEI N. 8.519, 7.10.2021	DISPÕE SOBRE A COMUNICAÇÃO AOS PAIS OU RESPONSÁVEIS ACERCA DAS	UNION CA
	DISPÕE SOBRE O PARTO CESÁREA E O ACESS	LEI N. 8.518, 7.10.2021	DISPÕE SOBRE O PARTO CESÁREA E O ACESSO AO USO DE ANALGESIA NO E	Á OUTRAS
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.397 DE 3 DE AG	LEI N. 8.506, 27.9.2021	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.397 DE 3 DE AGOSTO DE 2012 QUE DISCIPLINA	O ESTADO
	DISPÕE SOBRE DIRETRIZES PARA DISTRIBUI	LEI N. 8.503, 27.9.2021	DISPÕE SOBRE DIRETRIZES PARA DISTRIBUIÇÃO DE VACINAS CONTRA O NO	DO DE VA
	DISPÕE SOBRE O PRAZO DE VALIDADE DO LA	LEI N. 8.488, DE	DISPÕE SOBRE O PRAZO DE VALIDADE DO LAUDO MÉDICO PERICIAL QUE AT	O DO ESP
	DISPENSA O PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE	LEI N. 8.469, 15.7.2021	DISPENSA O PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULO	IPVA COR
	DENOMINA "BATALHÃO ASPIRANTE FRANCIS	LEI N. 8.463, 30.6.2021	DENOMINA "BATALHÃO ASPIRANTE FRANCISCO FERREIRA DE MELO" O 9º BA	MILITAR D
	INSTITUI 2021 A POLÍTICA ESTADUAL ANTID	LEI N. 8.461, 23.6.2021	INSTITUI 2021 A POLÍTICA ESTADUAL ANTIDROGAS NO ÂMBITO DO ESTAI	DÁ OUTRA
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE MEDIDAS C	LEI N. 8.437, 30.6.1992	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE MEDIDAS CAUTELARES CONTRA A TOS DO	DÁ OUTRA
	DISPÕE SOBRE AS SANÇÕES APLICÁVEIS EM	LEI N. 8.429, 2.6.1992	DISPÕE SOBRE AS SANÇÕES APLICÁVEIS EM VIRTUDE DA PRÁTICA DE ATOS	OMUNICAT
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REALIZAR	LEI N. 8.418, 19.5.2021	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REALIZAR EXAME DE VISTA NA CRIANÇA C	SISTEMA D
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 5.346 DE 26 DE M	LEI N. 8.409, 3.5.2021	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 5.346 DE 26 DE MAIO DE 1992 - DISPÕE SOBRE O	ICIAIS MIL
	INSTITUI A CULTURA DE AMBIENTE SAUDÁVE	LEI N. 8.403, 14.4.2021	INSTITUI A CULTURA DE AMBIENTE SAUDÁVEL E QUALIDADE DE VIDA NAS ES	ADUAL DE
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE REA	LEI N. 8.402, 13.4.2021	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE REALIZAÇÃO DA LOGÍSTICA RESER	RESCOSCO
	AUTORIZA O ESTADO DE ALAGOAS A CELEBR	LEI N. 8.398, 25.3.2021	AUTORIZA O ESTADO DE ALAGOAS A CELEBRAR OPERAÇÃO CONTRATUAL P	DE VACIN
	INSTITUI O PROGRAMA DE COOPERAÇÃO E O	LEI N. 8.397, 19.3.2021	INSTITUI NO ESTADO DE ALAGOAS O PROGRAMA DE COOPERAÇÃO E O CÓD	DE COMEN
	CRIA O FUNDO ESTADUAL DE COMBATE AO C	LEI N. 8.396, 19.3.2021	CRIA O FUNDO ESTADUAL DE COMBATE AO CÂNCER	
	ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI	LEI N. 8.391, 10.3.2021	ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI Nº 5.247 DE 26 DE JUNHO DE 19	REIDIRBG
	ISENÇÃO PAGAMENTO TAXAS EMISSÃO SEGI	LEI N. 8.390, 10.3.2021	DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DE EMISSÃO DA SEGI	ENTOS DA
	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO ART. 12º DA	LEI N. 8.388, 10.3.2021	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO ART. 12º DA LEI Nº 6.568, DE 06 DE JANEIRO	JO INSTRO

Seção de Informática

8.231, DE
 PROFESSOR
 OIMETER
 OUTRAS P
 TRAS PRO
 NTADOR C
 SUSQUE
 DE QUE M
 ÃO DE TR
 ADES PÚB
 AGOAS, A
 NOS ESTAR
 MBATER C
 S PROVID
 NA REDE
 SAMENTO
 BESSOAS
 VIDÊNCIA
 EOSTO DE

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE OS	LEI N. 8.324, DE	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE OS HOSPITAIS PÚBLICOS E PRIVADOS	SEAS DIS
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE MAN	LEI N. 8.323, DE	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE MANTER NAS DEPENDÊNCIAS DE L	TERNO LA
	INSTITUI O DIA DA VALORIZAÇÃO DA MULHER	LEI N. 8.322, DE	INSTITUI O DIA DA VALORIZAÇÃO DA MULHER ADVOGADA NO CALENDÁRIO O	E ALAGO
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.113, DE 29.05.20	LEI N. 8.321, DE	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.113, DE 29 DE MAIO DE 2019, QUE DISPÕE SOBRE	SPONDIA
	FIXA OS SUBSÍDIOS DOS INTEGRANTES DA C	LEI N. 8.317, 23.9.2020	FIXA OS SUBSÍDIOS DOS INTEGRANTES DA CARREIRA DA PERÍCIA OCIAL D	AS – PO/A
	INSTITUI O PROGRAMA PESCADOR LEGAL	LEI N. 8.316, 22.9.2020	INSTITUI O PROGRAMA PESCADOR LEGAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	DISPÕE SOBRE O APROVEITAMENTO DA ENER	LEI N. 8.315, 22.9.2020	DISPÕE SOBRE O APROVEITAMENTO DA ENERGIA SOLAR E INSTALAÇÃO DE	NEÓBIDE
	DISPÕE SOBRE O PORTE E PAGAMENTO DE T	LEI N. 8.311, 9.9.2020	DISPÕE SOBRE O PORTE E PAGAMENTO DE TRIBUTOS, TAXA E MULTAS DE V	DRES, PRO
	DISPÕE SOBRE A MANUTENÇÃO DAS OPERAÇ	LEI N. 8.306, 2.9.2020	DISPÕE SOBRE A MANUTENÇÃO DAS OPERAÇÕES DO SERVIÇO DE TRANSP	INTERMUN
	INSTITUI OBRIGATORIEDADE DA INCLUSÃO D	LEI N. 8.303, 25.8.2020	INSTITUI OBRIGATORIEDADE DA INCLUSÃO DE FUNCIONÁRIOS OU SERVIDOR	ARA O AT
	DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DO IMPOSTO SOB	LEI N. 8.300, 20.8.2020	DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO CAUSA MOR	JAISQUER
	OBRIGA AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVA	LEI N. 8.299, 20.8.2020	OBRIGA AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS DE ENSINO, NO ÂMBITO DO	DA, DEEXE
	DISPÕE SOBRE A IMPLANTACÃO DE ASSISTÊN	LEI N. 8.297, 20.8.2020	DISPÕE SOBRE A IMPLANTACÃO DE ASSISTÊNCIA PSICOPEDAGÓGICA EM TO	AL DE ENS
	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELAB	LEI N. 8.296, DE	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DA LEI	2021, NOS
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DAS PESSOAS C	LEI N. 8.293, 18.8.2020	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM FIBROMIALGIA NAS EILAS PE	ESTABEC
	DISPÕE SOBRE A INEFICÁCIA DE CLÁUSULA	LEI N. 8.292, 20.8.2020	DISPÕE SOBRE A INEFICÁCIA DE CLÁUSULA PENAL DE FIDELIDADE EM CONT	VAPOZAS
	DISPÕE SOBRE O APROVEITAMENTO DE ARM	LEI N. 8.291, 5.8.2020	DISPÕE SOBRE O APROVEITAMENTO DE ARMAS DE FOGO APREENDIDAS EM	ADAS PEI
	DISPÕE SOBRE A PRIORIDADE PARA ATENDIM	LEI N. 8.285, 5.8.2020	DISPÕE SOBRE A PRIORIDADE PARA ATENDIMENTO E EMISSÃO DE LAUDOS F	DICO LEGA
	INSTITUI O "DIA DO VETERANO POLICIAL MILIT	LEI N. 8.276, 13.7.2020	INSTITUI O "DIA DO VETERANO POLICIAL MILITAR" NA POLÍCIA MILITAR DO ES	E DÁ OUTR
	ESTABELECE PENALIDADES PARA QUEM DIVUL	LEI N. 8.266, 9.6.2020	ESTABELECE PENALIDADES PARA QUEM DIVULGAR POR MEIO ELETRÔNICO	AKE NEWS
	INSTITUI O CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO PARA	LEI N. 8.254, DE	INSTITUI O CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO	S, E DÁ O
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (FIXA SUBSÍDIO)	LEI N. 8.238, 10.1.2020	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DOS MILITARES INTEGRANTES D	DO CORP
	PROÍBE QUE AS EMPRESAS DE CONCESSÃO	LEI N. 8.233, 10.1.2020	PROÍBE QUE AS EMPRESAS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁG	ONASIDA
	INSTITUI O PROGRAMA DE CONCESSÕES E P	LEI N. 8.232, 10.1.2020	INSTITUI O PROGRAMA DE CONCESSÕES E PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS F	OAS – PP
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514, DE 23 DE S	LEI N. 8.209, 4.12.2019	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514, DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE	OSAS DA
	ALTERA A LEI Nº 6.161, DE 26 DE JUNHO DE 20	LEI N. 8.203, 3.12.2019	ALTERA A LEI Nº 6.161, DE 26 DE JUNHO DE 2000, PARA DAR PODERES AO AD	DOSEMO

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	PROMOÇÃO - CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES O	LEI N. 8.184, DE	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.544, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE	
	ALTERA O INCISO V DO ART. 15 DA LEI ESTAD	LEI N. 8.178, DE	ALTERA O INCISO V DO ART. 15 DA LEI ESTADUAL Nº 6.456, DE 20 DE JANEIR	
	ALTERA O ART. 10 DA LEI ESTADUAL Nº 6.456	LEI N. 8.177, DE	ALTERA O ART. 10 DA LEI ESTADUAL Nº 6.456, DE 20 DE JANEIRO DE 2004, OI	
	POLÍTICA NACIONAL DE ARQUIVOS PÚBLICOS	LEI N. 8.159, 8.1.1991	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE ARQUIVOS PÚBLICOS E PRIVADOS.	
	PROÍBE O INGRESSO OU PERMANÊNCIA DE P	LEI N. 8.159, 25.9.2019	PROÍBE O INGRESSO OU PERMANÊNCIA DE PESSOAS UTILIZANDO CAPACET	
	DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DOS SUBSÍDIOS	LEI N. 8.151, 17.9.2019	DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DOS SUBSÍDIOS DOS MILITARES INTEGRANTES.	
	ACRESCENTA O § 4º AO ART. 66 DA LEI ESTAD	LEI N. 8.146, 19.8.2019	ACRESCENTA O § 4º AO ART. 66 DA LEI ESTADUAL Nº 6.161, DE 26 DE JUNHO	
	INSTITUI A MEIA-ENTRADA PARA PROFESSOR	LEI N. 8.145, 19.8.2019	INSTITUI A MEIA-ENTRADA PARA PROFESSORES DA REDE PÚBLICA E PRIVAD	
	VEDA A NOMEAÇÃO PARA OS CARGOS EM CO	LEI N. 8.135, 7.8.2019	VEDA A NOMEAÇÃO PARA OS CARGOS EM COMISSÃO DE LIVRE NOMEAÇÃO	
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROMOVE	LEI N. 8.133, 7.8.2019	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROMOVER A ALIENACÃO DE BENS PÚBLI	
	ALTERA O INCISO I DO CAPÍT DO ART. 51 DA	LEI N. 8.126, 11.7.2019	ALTERA O INCISO I DO CAPÍT DO ART. 51 DA LEI ESTADUAL Nº 5.346, DE 26 D	
	DIA DA POLICIAL MILITAR FEMININA	LEI N. 8.118, 21.6.2019	INSTITUI O DIA DA POLICIAL MILITAR FEMININA DO ESTADO DE ALAGOAS	
	DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DOS SER	LEI N. 8.112, DE	DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES CIVIS DA UNIÃO, DAS	
	DEEINE O ANO CIVIL	LEI N. 810, 6.9.1949	DEEINE O ANO CIVIL	
	ESTABELECE PERCENTUAL DE GRATIFICACÃO	LEI N. 8.103, 16.4.2019	ESTABELECE PERCENTUAL DE GRATIFICACÃO AOS POLICIAIS MILITARES INT	
	DISPÕE SOBRE A TRANSPARÊNCIA E O ACES	LEI N. 8.087, 11.1.2019	DISPÕE SOBRE A TRANSPARÊNCIA E O ACESSO À INFORMACÃO PÚBLICA NO	
	DISPÕE SOBRE AS CONDIÇÕES PARA A PROM	LEI N. 8.080, 19.9.1990	DISPÕE SOBRE AS CONDIÇÕES PARA A PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E RECLIPER	
	CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	LEI N. 8.078, 11.9.1990	DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	LEI N. 8.069, 13.7.1990	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS	
	DETERMINA QUE AS MATERNIDADES PÚBLIC	LEI N. 8.062, DE	DETERMINA QUE AS MATERNIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS NO ESTADO DE	
		LEI N. 8.039, 6.9.2018		
	INSTITUI A LEI ORGÂNICA DA ADVOCACIA GE	LEI N. 7, DE	INSTITUI A LEI ORGÂNICA DA ADVOCACIA GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS E	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURACÃO DA CAR	LEI N. 7.993, 15.2.2018	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURACÃO DA CARREIRA DE AGENTE PENITENCIÁ	
	DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO	LEI N. 7.966, 9.1.2018	DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDE	
	INSTITUI O PROGRAMA CRIANÇA ALAGOANA	LEI N. 7.965, 9.1.2018	INSTITUI O PROGRAMA CRIANÇA ALAGOANA - CRIA - E DÁ OUTRAS PROVIDÊN	
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.581, DE 7 DE F	LEI N. 7.952, DE	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.581, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014, QUE DISPÕE	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA ACRESCENTA E REVOGA DISPOSITIVO	LEI N. 7.930, 4.10.2017	ALTERA ACRESCENTA E REVOGA DISPOSITIVOS DA LEI ESTADUAL Nº 5.346	
	ESTABELECE PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO	LEI N. 7.906, 26.7.2017	ESTABELECE PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO AOS POLICIAIS MILITARES INT	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS	LEI N. 7.889, 16.6.2017	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS DOS SERVIDORES DO	
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.581 DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014 QUE DISPÕE	LEI N. 7.884, 25.5.2017	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.581 DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014 QUE DISPÕE	
	ESTABELECE NORMAS GERAIS PARA REALIZAÇÃO DE	LEI N. 7.858, 21.6.2016	ESTABELECE NORMAS GERAIS PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO E	
	ALTERA A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO	LEI N. 7.855, 21.6.2016	ALTERA A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO ATUALIZA OS VALORES E	
	ESTABELECE OS CRITÉRIOS DE PROGRESSÃO FUNCIONAL	LEI N. 7.820, 27.9.2016	ESTABELECE OS CRITÉRIOS DE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR CLASSE DA	
	ORGANIZAÇÃO BÁSICA - ALTERA O ITEM 4.2.1.2 DA ALÍNEA A DO INCISO V DO	LEI N. 7.816, 19.9.2016	ORGANIZAÇÃO BÁSICA - ALTERA O ITEM 4.2.1.2 DA ALÍNEA A DO INCISO V DO	
	MEIA-ENTRADA EM EVENTOS (DOADORES DE SANGUE DO ESTADO DE ALAGOAS MEIA-ENTRADA EM EVENTOS)	LEI N. 7.810, 30.8.2016	INSTITUI PARA DOADORES DE SANGUE DO ESTADO DE ALAGOAS MEIA-ENTRADA EM EVENTOS	
	ORÇAMENTO (DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DA LEI	LEI N. 7.805, 21.6.2016	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DA LEI	
	EDUCAÇÃO AMBIENTAL - POLÍTICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	LEI N. 7.804, 17.6.2016	DISPÕE SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE	
	EDUCAÇÃO (PROGRAMA ESCOLA LIVRE)	LEI N. 7.800, 5.5.2016	INSTITUI NO ÂMBITO DO SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO O PROGRAMA "ESC	
	ORÇAMENTO (ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE ALAGOAS PARA O EXERCÍCIO DE 2016)	LEI N. 7.799, 6.4.2016	ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE ALAGOAS PARA O EXERCÍCIO DE 2016.	
	ORÇAMENTO (PLANO PLURIANUAL)	LEI N. 7.798, 6.4.2016	DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL PARA O PERÍODO DE 2016-2019 NOS	
	EDUCAÇÃO (PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO)	LEI N. 7.795, 22.1.2016	APROVA O PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - PEE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	EDUCAÇÃO (OBRIGATORIEDADE DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES)	LEI N. 7.790, 22.1.2016	TORNA OBRIGATÓRIO ÀS ESCOLAS DAS REDES ESTADUAL E MUNICIPAL DE	
	EDUCAÇÃO (OBRIGATORIEDADE DO REGISTRO DE HISTÓRICO MÉDICO)	LEI N. 7.788, 22.1.2016	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DO REGISTRO DE HISTÓRICO MÉDICO	
	CULTURA (DIA DO MÚSICO ALAGOANO)	LEI N. 7.783, 22.1.2016	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO DIA DO MÚSICO ALAGOANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	PREVIDÊNCIA (REESTRUTURA UNIDADE GESTORA ÚNICA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA)	LEI N. 7.751, 9.10.2015	REESTRUTURA A UNIDADE GESTORA ÚNICA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	
	REESTRUTURA A UNIDADE GESTORA ÚNICA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	LEI N. 7.751, 9.10.2015	REESTRUTURA A UNIDADE GESTORA ÚNICA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS)	LEI N. 7.727, 8.9.2015	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS	
	ESTATUTO	LEI N. 7.657, 10.9.2014	ALTERA OS INCISOS II E III DO § 1º DO ART. 7º E ACRESCENTA O INCISO VIII	
	PROMOÇÃO (OFICIAIS E PRACAS)	LEI N. 7.656, 10.9.2014	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS OFICIAIS E PRACAS	
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.540 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004 QUE DISPÕE	LEI N. 7.599, 3.4.2014	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.540 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004 QUE DISPÕE	
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (SERVIÇO VOLUNTÁRIO REMUNERADO NA POLÍCIA MILITAR E DO	LEI N. 7.581, 7.2.2014	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SERVIÇO VOLUNTÁRIO REMUNERADO NA POLÍCIA MILITAR E DO	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (FIXA SUBSÍDIO)	LEI N. 7.580, 7.2.2014	FIXA OS SUBSÍDIOS DOS MILITARES, INTEGRANTES DA POLÍCIA MILITAR E DO	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS)	LEI N. 7.550, DE 22.5.2013	ALTERA O ANEXO I DA LEI ESTADUAL Nº 7.313, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO AOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE ALAGOAS	A CONCESSÃO DE VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO AOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE ALAGOAS
	TORNA OBRIGATÓRIA A IDENTIFICAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO REGISTRO DE NASCIMENTO	LEI N. 7.522, DE 22.5.2013	TORNA OBRIGATÓRIA A IDENTIFICAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO REGISTRO DE NASCIMENTO	AGEM LOCAIS DE REGISTRO DE NASCIMENTO
	REAJUSTE DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 7.474, DE 22.5.2013	DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE ALAGOAS	S E MILITARES DO ESTADO DE ALAGOAS
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.907, DE 3 DE JANEIRO DE 2008, QUE DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO AOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 7.469, DE 11.4.2013	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.907, DE 3 DE JANEIRO DE 2008, QUE DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO AOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE ALAGOAS	DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE ALAGOAS
	INSTITUI GRATIFICAÇÃO AOS INTEGRANTES DA ASSESSORIA MILITAR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 7.451, DE 13.3.2013	INSTITUI GRATIFICAÇÃO AOS INTEGRANTES DA ASSESSORIA MILITAR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS	DO ESTADO DE ALAGOAS
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS)	LEI N. 7.398, DE 3.8.2012	ALTERA O § 5º DO ART. 1º DA LEI Nº 7.313, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO AOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE ALAGOAS	ONCESSÃO DE VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO AOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE ALAGOAS
	SERVICO DE EMERGÊNCIA (RESSARCIMENTO AO ESTADO VIA COBRANÇA NA FUTURA)	LEI N. 7.389, DE 26.7.2012	DISPÕE SOBRE O RESSARCIMENTO AO ESTADO VIA COBRANÇA NA FUTURA	FÔNICOS, TELEFONES E OUTROS MEIOS DE COMUNICAÇÃO
	FIXAÇÃO DE FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 7.372, DE 3.7.2012	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	AS PROVIDÊNCIAS DO ESTADO DE ALAGOAS
	ENSINO ESTATUTO PROMOÇÃO SUBSÍDIOS PARA OS SOLDADOS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 7.358, DE 6.6.2012	FIXA NOVA TABELA DE SUBSÍDIOS PARA OS SOLDADOS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	EMBEIROS MILITARES DO ESTADO DE ALAGOAS
	PATRIMÔNIO IMATERIAL (HISTÓRICO, ARTÍSTICO, CULTURAL E LINGUÍSTICO) DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 7.355, DE 29.5.2012	CONSIDERA A BANDA DE MÚSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS PATRIMÔNIO IMATERIAL DO ESTADO DE ALAGOAS	STÓRICO, CULTURAL E LINGUÍSTICO DO ESTADO DE ALAGOAS
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (PAGAMENTO DE HORA TRABALHADA AOS INSERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE ALAGOAS)	LEI N. 7.335, DE 3.4.2012	ESTABELECE CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO DE HORA TRABALHADA AOS INSERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE ALAGOAS	ACITAÇÃO DE HORAS TRABALHADAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE ALAGOAS
	BEBIDA ALCOÓLICA (PROIBIÇÃO PARA MENORES DE 18 ANOS)	LEI N. 7.329, DE 5.1.2012	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA VENDA, OFERTA, FORNECIMENTO, ENTREGA E CONSUMO DE BEBIDA ALCOÓLICA POR MENORES DE 18 ANOS	CONSUMO DE BEBIDA ALCOÓLICA POR MENORES DE 18 ANOS
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO AOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 7.313, DE 20.12.2011	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO AOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE ALAGOAS	LEGISLAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS
	CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 7.294, DE 22.6.2011	CRIA CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO DE ALAGOAS	ÇÃO EXECUTIVA DO ESTADO DE ALAGOAS
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REAJUSTE DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE ALAGOAS)	LEI N. 7.253, DE 22.6.2011	DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE ALAGOAS	S E MILITARES DO ESTADO DE ALAGOAS
	LICENÇA PARA O DESEMPENHO DE MANDATO DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 7.203, DE 28.7.2010	ASSEGURA LICENÇA AOS POLICIAIS MILITARES E BOMBEIROS MILITARES QUE EXERCITAM MANDATO DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	NHO DE MANDATO DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS
	DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO E DEPÓSITO DE VEÍCULOS ENVOLVIDOS EM ACIDENTES DE TRÂNSITO	LEI N. 7.197, DE 28.7.2010	DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO E DEPÓSITO DE VEÍCULOS ENVOLVIDOS EM ACIDENTES DE TRÂNSITO	AS PROVIDÊNCIAS DO ESTADO DE ALAGOAS
	DISPÕE A RESPEITO DAS DELEGACIAS HOSPITAIS E INSTITUIÇÕES DE SAÚDE DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 7.195, DE 28.7.2010	DISPÕE A RESPEITO DAS DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL, HOSPITAIS E INSTITUIÇÕES DE SAÚDE DO ESTADO DE ALAGOAS	SAÚDE DO ESTADO DE ALAGOAS
	PROIBIÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS EM ESTABELECIMENTOS DE ALIMENTAÇÃO	LEI N. 7.173, DE 7.7.2010	FIXA PROIBIDA EM TODO ESTADO DE ALAGOAS A UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS EM ESTABELECIMENTOS DE ALIMENTAÇÃO	TRES, DO ESTADO DE ALAGOAS
	DENOMINAÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS A SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 7.134, DE 9.12.2009	DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS A SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE ALAGOAS	RES LIGADAS ÀS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS A SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE ALAGOAS
	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SOFTWARES)	LEI N. 7.131, DE 2.12.2009	DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO DE TECNOLOGIA DE FILTRAGEM DE CONTEÚDOS DE ACESSO À INTERNET	RES LIGADAS ÀS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS A SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE ALAGOAS
	ESTATUTO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 7.126, DE 26.5.2009	ALTERA A REDAÇÃO DO § 3º DO ART. 51 DA LEI Nº 5.346, DE 26 DE MAIO DE 1997, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI Nº 6.512, DE 26 DE MAIO DE 1997, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE ALAGOAS
	PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA INOVADORA	LEI N. 7.117, DE 29.8.1983	DISPÕE SOBRE INCENTIVOS À PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA À INOVAÇÃO DA PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	ÇÃO DA PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS
	VALIDADE NACIONAL AS CARTEIRAS DE IDENTIDADE REGULA SUAS ATIVIDADES	LEI N. 7.116, DE 29.8.1983	ASSEGURA VALIDADE NACIONAL AS CARTEIRAS DE IDENTIDADE REGULA SUAS ATIVIDADES	OUTRAS PROVIDÊNCIAS DO ESTADO DE ALAGOAS
	PREVIDÊNCIA (REESTRUTURAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE ALAGOAS)	LEI N. 7.114, DE 5.11.2009	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE ALAGOAS	ADO DE ALAGOAS
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 7.114, DE 5.11.2009	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE ALAGOAS	ADOMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	UNIFORME (CONTROLE DA VENDA)	LEI N. 7.108, 8.10.2009	DISPÕE SOBRE O CONTROLE DA VENDA DE FARDAS E QUALQUER TIPO DE V	NO DISTINT
	ORÇAMENTO (AUTORIZAÇÃO PARA ABERTUR	LEI N. 7.054, 17.6.2009	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR AO ORÇAMENTO VIGENTE CRÉDITO	R DA POL
	FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA (F	LEI N. 7.012, DE	INSTITUI O FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGO	
	INSTITUI O PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO E	LEI N. 6.971, 5.8.2008	INSTITUI O PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO ESTADO DE ALAGOAS E DISPON	BAIXADO
	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DO ME	LEI N. 6.938, 31.8.1981	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE SEUS FINS E MEC	LAÇÃO E
	RESTRICÇÃO DE HORÁRIO	LEI N. 6.926, 12.5.2008	ALTERA O ART. 7º DA LEI Nº 6.821 DE 13 DE JULHO DE 2007 QUE AUTORIZA A	ÁRIO DE F
	criação da 29ª VARA CÍVEL DA CAPITAL - CC	LEI N. 6.895, DE	CRIA NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL A 29ª VARA CÍVEL DA CA	AGRÁRIOS
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS MILITARES	LEI N. 6.880, 9.12.1980	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS MILITARES	
	DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DE PAGAMENTO D	LEI N. 6.873, DE	DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXA DE INSCRIÇÃO EM CON	PROMOVID
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (FIXA SUBSÍDIO A	LEI N. 6.824, 13.7.2007	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DOS SERVIDORES DA CARREIRA	ADUAIS, IN
	RESTRICÇÃO DE HORÁRIO	LEI N. 6.821, 13.7.2007	AUTORIZA A RESTRICÇÃO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIM	E DE COME
	MEDALHAS E CONSELHO PERMANENTE DE (INSTITUI)	LEI N. 6.804, 14.2.2007	INSTITUI NO ÂMBITO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS - PMAL M	ELHO PER
	ESTATUTO	LEI N. 6.803, 14.2.2007	DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTIGOS 7º E 8º DA LEI Nº 5.346 DE 26 DE MAIO DE 1	S POLICIAIS
	DISPÕE SOBRE O PROCESSO ADMINISTRATIV	LEI N. 6.771, DE	DISPÕE SOBRE O PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - PAT. E DÁ OUT	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (FIXA SUBSÍDIO)	LEI N. 6.715, 4.4.2006	FIXA OS SUBSÍDIOS DA CARREIRA DOS MILITARES ESTADUAIS INTEGRANTES	DO ESTA
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (FIXA SUBSÍDIO)	LEI N. 6.698, 27.3.2006	FIXA O SUBSÍDIO DA CARREIRA DOS MILITARES ESTADUAIS INTEGRANTES D	O ESTADO
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA CARREIRA DE	LEI N. 6.682 10.1.2006	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA CARREIRA DE AGENTE PENITENCIÁRIO DO SE	ER EXECU
	PREVIDÊNCIA (AUTORIZA PARCELAMENTO DE	LEI N. 6.674, 4.1.2006	AUTORIZA OS PODERES DO ESTADO O TRIBUNAL DE CONTAS E O MINISTÉR	ARQUIAS E
	REGÊNCIA DE CLASSE	LEI N. 6.654, DE	ACRESCE PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 5º DA LEI Nº 6.469 DE 19 DE ABRIL DE	OBRE O E
	RODOVIÁRIO (ORDENAMENTO DAS FAIXAS DE	LEI N. 6.651, DE	DISPÕE SOBRE O ORDENAMENTO DO USO DO SOLO NAS FAIXAS DE DOMÍNIO	TADUAIS E
	GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO (AMT 1º	LEI N. 6.635, DE	REALISTA VENCIMENTO-BASE DOS SERVIDORES DO QUADRO DE PESSOAL	DER JUDI
	DENOMINA O CANIL DO BATALHÃO DE OPERA	LEI N. 6.623, DE	CANIL DO BATALHÃO DE OPERAÇÕES POLICIAIS ESPECIAIS - BOPE DE ALAGO	ITE ABRAÇ
	DISPÕE SOBRE AS MISSÕES NO EXTERIOR D	LEI N. 6.605, 30.6.2005	DISPÕE SOBRE AS MISSÕES NO EXTERIOR DOS MILITARES DO ESTADO DE A	AS PROVID
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REALISTA SUBS	LEI N. 6.591, 8.4.2005	REALISTA O SUBSÍDIO DA CARREIRA DOS MILITARES ESTADUAIS INTEGRAN	TAR DO ES
	PREVIDÊNCIA (DEFINE O GESTOR DO RPPS)	LEI N. 6.585, 29.3.2005	DEFINE O GESTOR DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	DO DE AL
	PREVIDÊNCIA (CRIA O IPASEAL SAÚDE E EXT	LEI N. 6.584, 29.3.2005	CRIA O INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO	REAL SAÚDE

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR E NO CORPO DE	LEI N. 6.568, 6.1.2005	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR E NO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTA	ISTEMA D
	DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO	LEI N. 6.555, DE	DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO RELATIVO AO IMPOSTO SOBRE	VEÍCULOS
	LEI DE PROMOÇÃO - CRITÉRIOS E AS CONDI	LEI N. 6.544, DE	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS SOLI	BTENENTE
	ALTERA A REDACÇÃO DOS ARTS. 2º E 65 DA LE	LEI N. 6.543, DE	ALTERA A REDACÇÃO DOS ARTS. 2º E 65 DA LEI Nº 6.399, DE 15 DE AGOSTO DE	ALOGA
	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURACÃO E O SISTE	LEI N. 6.540, 7.12.2004	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURACÃO E O SISTEMA DE REMUNERACÃO DAS CAR	ÉRMÓFO
	LEI DE PROMOÇÃO - CRITÉRIOS E AS CONDI	LEI N. 6.514, 23.9.2004	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS OEIC	TIVA DA P
	ALTERA O ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 6.442, DE 3	LEI N. 6.502, 14.7.2004	ALTERA O ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 6.442, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2003, QUE	AVOS SER
	UTILIDADE PÚBLICA (RECONHECIMENTO)	LEI N. 6.481, 31.5.2004	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DOS OFICIAIS MILITARES	SOMAL E A
	REGÊNCIA DE CLASSE	LEI N. 6.469, 19.4.2004	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES DE REGÊNCIA DE CLASSE NO	OS DE ENS
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (SUBSÍDIO DE IN	LEI N. 6.456, 20.1.2004	FIXA O SUBSÍDIO DOS MEMBROS DA POLÍCIA MILITAR E DO CORPO DE BOMB	STADO DE
	SERVIÇO AUXILIAR VOLUNTÁRIO (SOLDADO E	LEI N. 6.451, 7.1.2004	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS A PRESTACÃO VOLU	S ADMINI
	DISPÕE SOBRE TAXAS PELO EXERCÍCIO DE P	LEI N. 6.442, DE	DISPÕE SOBRE TAXAS PELO EXERCÍCIO DE PODER DE POLÍCIA E POR SERVI	OMPETÊN
	INSTITUI A MEDALHA DO MÉRITO DA REPÚBLI	LEI N. 6.417, 7.11.2003	INSTITUI A MEDALHA DO MÉRITO DA REPÚBLICA MARECHAL DEODORO DA EC	S PROVID
	MEDALHA (ALTERA DENOMINAÇÃO)	LEI N. 6.416, 7.11.2003	DÁ NOVA REDACÇÃO AO ART. 1º DA LEI Nº 3.982, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1978	OMINAÇÃO
	FIXAÇÃO DE EFETIVO	LEI N. 6.400, 15.8.2003	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE	AS PROVI
	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO EFETIVO DA P	LEI N. 6.400, DE	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE	AS PROVI
	APROVA A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA	LEI N. 6.399, 15.8.2003	APROVA A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGO	ROVIDÊN
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (SOLDO, SUBSÍDIO	LEI N. 6.385, 23.7.2003	FIXA O SOLDO DE CORONEL PM, ESTABELECE O SISTEMA REMUNERATÓRIO	IO PARA
	QUADRO DE PESSOAL (OQA, OQE)	LEI N. 6.333, 22.7.2002	ALTERA A REDACÇÃO DOS ARTIGOS 1º, 6º E 7º E REVOGA O ART. 8º DA LEI EST	5 DE DEZE
	ESTATUTO	LEI N. 6.290, 3.4.2002	REVOGA OS PARÁGRAFOS 2º E 3º DO ART. 90 DA LEI ESTADUAL Nº 5.346, D	02, E DÁ O
	PREVIDÊNCIA (INSTITUI O RPPS)	LEI N. 6.288, 28.3.2002	INSTITUI O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS	GOAS E DA
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (DIÁRIA	LEI N. 6.274, 5.10.2001	DÁ NOVA REDACÇÃO AO ART. 35 DA LEI Nº 3.421, DE 20 DE DEZEMBRO DE 197	LEI Nº 5.402
	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DAS AÇÕES	LEI N. 6.259, DE	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGIC	ATIVAS
	INSTITUI O SISTEMA DE ARQUIVOS DO	LEI N. 6.236, 6.6.2001	INSTITUI O SISTEMA DE ARQUIVOS DO ESTADO DE ALAGOAS	
	PROMOÇÃO (OFICIAIS)	LEI N. 6.232, 19.4.2001	ATRIBUI NOVA REDACÇÃO AO ARTIGO 20 DA LEI Nº 4.345, DE 07 DE MAIO DE	
	FIXAÇÃO DE EFETIVO	LEI N. 6.231, 19.4.2001	FIXA O EFETIVO E OS QUADROS DE ORGANIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO E	PARA OS

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	APROVA A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA	LEI N. 6.230, 19.4.2001	APROVA A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	ROVIDÊN
	PROMOÇÃO (CAROS E SOLDADOS)	LEI N. 6.211, DE	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS CAROS	ATIVA DA
	CASA MILITAR DO PALÁCIO DO GOVERNO (ES)	LEI N. 6.210, DE	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA DA CASA MILITAR DO PALÁCIO DO GOVERNO	OAS.
	CASA MILITAR DO PALÁCIO DO GOVERNO (ES)	LEI N. 6.179, 8.8.2000	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA DA CASA MILITAR DO PALÁCIO DO GOVERNO	GOAS.
	SISTEMA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL	LEI N. 6.171, 31.7.2000	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL E	ÊNCIAS.
	REGULA O PROCESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	LEI N. 6.161, 26.6.2000	REGULA O PROCESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
	ALIENACÃO DE RECURSOS	LEI N. 6.159, 15.6.2000	AUTORIZA A ALIENACÃO DAS AÇÕES DE QUE TRATA PERTENCENTES AO ES	E DÁ OUT
	ESTATUTO	LEI N. 6.150, 11.5.2000	MODIFICA AS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NOS ARTIGOS 80, 86 E 88 DA LEI N.º 5	DE 1992 (
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR	LEI N. 6.120, 22.9.1999	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR O QUADRO ESPECIAL PECULIAR	R PROCO
	PROMOÇÃO (QUADRO ESPECIAL PECULIAR)	LEI N. 6.120, DE	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR O QUADRO ESPECIAL PECULIAR	R NO COR
	SEGURANÇA PESSOAL (EX-GOVERNADORES)	LEI N. 6.063, DE	DISPÕE SOBRE A PRESTAÇÃO DE SEGURANÇA A EX-GOVERNADORES DO ES	NTES GER
	TRANSEFORMA A ATUAL COMPANHIA DE POLÍCIA	LEI N. 6.050, 2.7.1998	TRANSEFORMA A ATUAL COMPANHIA DE POLÍCIA FEMININA INDEPENDENTE E	ZAÇÃO
	COMPENSACÃO FINANCEIRA	LEI N. 6.035, 2.7.1998	ASSEGURA, NA FORMA QUE ESTIPULA, A PAGA DE COMPENSACÃO FINANCEIRA	TARES, BO
	TAXA (FISCALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS)	LEI N. 6.009, 23.4.1998	INSTITUI A TAXA DE FISCALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS E	ÊNCIAS.
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO ÍNDIO	LEI N. 6.001, DE	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO ÍNDIO	
	CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS HUMANOS	LEI N. 5.974, 9.12.1997	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREI	
	ESTATUTO	LEI N. 5.941, 31.7.1997	ALTERA A REDACÇÃO DO INCISO VI DO ART. 81 DA LEI 5.346 DE 26 DE MAIO DE	PELA LEI 5
	DISPÕE SOBRE O IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES	LEI N. 5.900, DE	DISPÕE SOBRE O IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO	SOBRE
	SISTEMA DE ENSINO POLICIAL MILITAR	LEI N. 5.884, 2.12.1996	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI INSTITUIDORA DO SISTEMA DE ENSINO POLICIAL	ROVIDÊNCI
	DÁ NOVA REDACÇÃO AO ART. 13 DA LEI Nº 3.541	LEI N. 5.883, DE	DÁ NOVA REDACÇÃO AO ART. 13 DA LEI Nº 3.541 DE 29 DE DEZEMBRO DE 1975	LEI Nº 3.541
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CASA MILITAR DO PALÁCIO DO GOVERNO	LEI N. 5.882, DE	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CASA MILITAR DO PALÁCIO DO GOV	ANIZAC
	PROMOÇÃO (PRIMEIRO LUGAR DO CEO)	LEI N. 5.881, DE	ALTERA A REDACÇÃO DO ART. 1º DA LEI 4.837 DE 12 DE DEZEMBRO DE 1986	
	UTILIDADE PÚBLICA (RECONHECIMENTO)	LEI N. 5.880, DE	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DOS SUBT	ITOS DA P
	POLÍTICA FLORESTAL	LEI N. 5.854, DE	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA FLORESTAL NO ESTADO DE ALAGOAS	
	DISPÕE SOBRE AS PROMOÇÕES DOS OFICIAIS DA ATIVA DAS FORÇAS ARMADAS	LEI N. 5.821, DE	DISPÕE SOBRE AS PROMOÇÕES DOS OFICIAIS DA ATIVA DAS FORÇAS ARMADAS	ROVIDÊN
	PREVIDÊNCIA (ALTERA O PERCENTUAL DA CONTRIBUIÇÃO MENSAL DESTINADA AO CUSTEIO DA ASSISTÊNCIA	LEI N. 5.819, 1.3.1996	ALTERA O PERCENTUAL DA CONTRIBUIÇÃO MENSAL DESTINADA AO CUSTEIO DA ASSISTÊNCIA	E ASSIST

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DA CRIANÇA	LEI N. 5.812, 27.2.1996	DÁ NOVA REDACÇÃO A LEI ESTADUAL Nº 5.336 DE 08 DE MAIO DE 1992 E ADOTA PROVIDÊNCIAS.	
	AUTORIZA A TRANSEERÊNCIA DE CADETES O	LEI N. 5.809, 27.2.1996	AUTORIZA A TRANSEERÊNCIA DE CADETES OU ASPIRANTES A OFICIAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS.	
	ABRE A LEGISLAÇÃO SOBRE DISTRIBUIÇÃO G	LEI N. 5.768, 17.7.1995	ABRE A LEGISLAÇÃO SOBRE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE PRÊMIOS MEDIANTE A DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO ESTADO DE ALAGOAS.	
	ESTATUTO	LEI N. 5.751, 17.7.1995	ALTERA O § 1º DO ART. 18 E O INCISO VI DO ART. 81 DA LEI Nº 5.346 DE 26 DE MAIO DE 1992.	
	UTILIDADE PÚBLICA (RECONHECIMENTO)	LEI N. 5.750, 17.7.1995	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A "ASSOCIAÇÃO DOS CABOS E SOLDADOS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS".	
	ESTATUTO	LEI N. 5.729, 18.9.1995	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 5.346 DE 26 DE MAIO DE 1992 E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
	SISTEMA DE ENSINO POLICIAL MILITAR	LEI N. 5.712, 17.7.1995	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 5.332 DE 10 DE ABRIL DE 1992 E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA VENCIMENTOS)	LEI N. 5.680, 8.2.1995	EIXA OS VENCIMENTOS DOS CARGOS DE PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS.	
	DOAÇÃO (PATRIMÔNIO)	LEI N. 5.659, 17.7.1995	AUTORIZA A DOAÇÃO DE TERRENO QUE MENCIONA E DÁ PROVIDÊNCIAS COM RESPEITO ÀS REGRAS DE LICITAÇÃO.	
	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES	LEI N. 5.626, 15.6.1994	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGUARAM AOS OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS.	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REAJUSTA PROVENTOS)	LEI N. 5.624, 26.5.1994	REAJUSTA OS VENCIMENTOS, SOLDOS E PROVENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE ALAGOAS.	
	APRESENTAÇÃO E USO DE DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO	LEI N. 5.553, 6.12.1968	DISPÕE SOBRE A APRESENTAÇÃO E USO DE DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE ALAGOAS.	
	EIXAÇÃO DE EFETIVO	LEI N. 5.476, 17.7.1995	EIXA O EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
	SERVICO DE IDENTIFICAÇÃO POLICIAL MILITAR	LEI N. 5.445, 18.1.1993	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS O SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO.	
	ESTATUTO	LEI N. 5.358, 17.7.1992	ALTERA A LEI Nº 5.346 DE MAIO DE 1992 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS POLICIAIS MILITARES	LEI N. 5.346, 26.5.1992	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DE ALAGOAS.	
	EIXAÇÃO DE EFETIVO	LEI N. 5.339, 18.5.1992	ALTERA A LEI Nº 5.285 DE 13 DE DEZEMBRO DE 1991 QUE EIXA O EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS.	
	CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DA CRIANÇA	LEI N. 5.336, 8.5.1992	NORMATIZA O CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO ESTADO DE ALAGOAS.	
	SISTEMA DE ENSINO POLICIAL MILITAR	LEI N. 5.332, 10.4.1992	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS O SISTEMA DE ENSINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
	EIXAÇÃO DE EFETIVO	LEI N. 5.285, 17.7.1991	EIXA O EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
	INSTITUI O REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS	LEI N. 5.247, 26.7.1991	INSTITUI O REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CÍVIS DO ESTADO DE ALAGOAS.	
	DISPÕE SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	LEI N. 5.237, 17.7.1991	DISPÕE SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E DÁ PROVIDÊNCIAS.	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA SOLDOS E VENCIMENTOS)	LEI N. 5.207, 7.3.1991	ALTERA DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 5.130 DE 19 DE ABRIL DE 1990 E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
	EIXAÇÃO DE EFETIVO	LEI N. 5.178, 17.7.1991	EIXA O EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REAJUSTA SOLDOS E VENCIMENTOS)	LEI N. 5.162, 17.7.1991	REAJUSTA O VALOR DOS VENCIMENTOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES CÍVIS DO ESTADO DE ALAGOAS.	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REAJUSTA GRATIFICAÇÕES E SOLDOS)	LEI N. 5.152, 18.9.1990	REAJUSTA O VALOR DOS VENCIMENTOS, GRATIFICAÇÕES E SOLDOS DOS SERVIDORES CÍVIS DO ESTADO DE ALAGOAS.	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA PERCENTUAL)	LEI N. 5.151, 18.9.1990	EIXA NOVO PERCENTUAL DA GRATIFICAÇÃO DE HABILITAÇÃO POLICIAL MILIT	CIAS CORR
	MEDALHA (INSTITUI)	LEI N. 5.145, 5.7.1990	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS A "MEDALHA DO MÉR	OLICIAL M
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REALISTA GRAT)	LEI N. 5.138, 29.5.1990	REALISTA O VALOR DOS VENCIMENTOS, GRATIFICAÇÕES E SOLDOS DOS SE	MILITARES
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA SOLDOS E VENC)	LEI N. 5.130, 19.4.1990	ALTERA, ADITA E REVOGA DISPOSIÇÕES DAS LEIS NºS 3.421 DE 20 DE DEZEN	DE 16 DE
	INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO ESTADO	LEI N. 5.077, 12.6.1989	INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO ESTADO DE ALAGOAS	
	ESTATUTO PESSOAL REMUNERAÇÃO	LEI N. 5.046, DE	DÁ NOVA REDAÇÃO AOS DISPOSITIVOS QUE MENCIONA DA LEI Nº 3.696 DE 2	1976, DA L
	GRATIFICAÇÃO (ENSINO E INSTRUÇÃO)	LEI N. 5.036, DE	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS AS GRATIFICAÇÕES E	RUÇÃO. (R
	EIXAÇÃO DE EFETIVO	LEI N. 5.030, 2.12.1988	EIXA O EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNC	
	PREVIDÊNCIA	LEI N. 5.009, 7.7.1988	INTRODUZ O § 4º NO ART. 45 DA LEI Nº 4.517 DE 30 DE MAIO DE 1984 (Publicar	ogada pela
	PREVIDÊNCIA	LEI N. 4.994, 7.6.1988	ALTERA O ART. 46 DA LEI Nº 4.517 DE 30 DE MAIO DE 1984 E DÁ OUTRAS PR	da em 8.6.1
	ENSINO, PROMOÇÃO	LEI N. 4.984, 11.5.1988	DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 30 DA LEI Nº 4.345 DE 07 DE MAIO DE 1982, ACRE	AO INCIS
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA VENCIMENT)	LEI N. 4.956, DE	EIXA OS VENCIMENTOS DOS CARGOS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVID	de 16.12.19
	DÁ NOVA REDAÇÃO AO SELI ART. 78 E AO SELI	LEI N. 4.922, 1.7.1987	DÁ NOVA REDAÇÃO AO SELI ART. 78 E AO SELI INCISO XII DA ALÍNEA "C"	NSP, 08/01
	PREVIDÊNCIA	LEI N. 4.868, DE	DÁ NOVA REDAÇÃO À DISPOSITIVOS QUE MENCIONA DA LEI Nº 4.517 DE 30 D	plicada em
	PROMOÇÃO (PRIMEIRO LUGAR DO CEO)	LEI N. 4.837, DE	DISPÕE SOBRE O ACESSO AO PRIMEIRO POSTO NA HIERARQUIA POLICIAL M	O ART. 32 D
	PREVIDÊNCIA (EXCLUSÃO DAS CONTRIBUIÇÔ	LEI N. 4.789, 19.6.1986	DISPÕE SOBRE A EXCLUSÃO DAS CONTRIBUIÇÕES OBRIGATÓRIAS AO IPASE	INATIVOS
	CÓDIGO ELEITORAL	LEI N. 4.737, 15.7.1965	INSTITUI O CÓDIGO ELEITORAL	
	PREVIDÊNCIA (CONSOLIDA A LEGISLAÇÃO PR	LEI N. 4.517, 30.5.1984	CONSOLIDA A LEGISLAÇÃO QUE DISCIPLINA O REGIME DE PREVIDÊNCIA E AS	RVIDORES
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA TERRA	LEI N. 4.504, DE	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA TERRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	ESTENDE A BENEFICIÁRIOS QUE MENCIONA	LEI N. 4.423, DE	ESTENDE A BENEFICIÁRIOS QUE MENCIONA A PERCEPCÃO DA COMPLEMENT	OS INSTIT
	ALTERA A REDAÇÃO DA ALÍNEA "A"	LEI N. 4.422, DE	ALTERA A REDAÇÃO DA ALÍNEA "A" DO ARTIGO 39 E DOS ARTIGOS	98, DE 13.0
	EIXA O EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO EST	LEI N. 4.420, DE	EIXA O EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS	ADO EM 5
	LEI DO SERVIÇO MILITAR	LEI N. 4.375, 17.8.1964	LEI DO SERVIÇO MILITAR	
	CRIA CARGO ISOLADO DE PROVIMENTO EFET	LEI N. 4.350, 17.5.1982	CRIA CARGO ISOLADO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCI	GISLATIVO
	PROMOÇÃO (OFICIAIS)	LEI N. 4.345, 7.5.1982	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS OFIC	LÍCIA MILI
	CRIA CARGOS DE PROCURADOR DE JUSTIÇA	LEI N. 4.333, 13.4.1982	CRIA CARGOS DE PROCURADOR DE JUSTIÇA E ADOTA PROVIDÊNCIAS CORR	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA DISPOSIÇÕES DAS LEIS QUE MENCIONA	LEI N. 4.330, 30.3.1982	ALTERA DISPOSIÇÕES DAS LEIS QUE MENCIONA E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	ESTATUI NORMAS GERAIS DE DIREITO FINANCEIRO PARA ELABORAÇÃO E C	LEI N. 4.320, 17.3.1964	ESTATUI NORMAS GERAIS DE DIREITO FINANCEIRO PARA ELABORAÇÃO E C	
	CONSELHO DE JUSTIÇAÇÃO NA PMAL	LEI N. 4.218, 5.12.1980	DISPÕE SOBRE O CONSELHO DE JUSTIÇAÇÃO NA POLÍCIA MILITAR DO EST	
	REALISTA VENCIMENTOS, SALÁRIOS E PROVENTOS DOS SERVIDORES DO T	LEI N. 4.214, 5.12.1980	REALISTA VENCIMENTOS, SALÁRIOS E PROVENTOS DOS SERVIDORES DO T	
	ALTERA A TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE QUE TRATA O ANEXO II A LEI Nº 3.5	LEI N. 4.212, 5.12.1980	ALTERA A TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE QUE TRATA O ANEXO II A LEI Nº 3.5	
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 3.421, DE 20.12.1974 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	LEI N. 4.200, DE	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 3.421, DE 20.12.1974 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO (FUNERPOL)	LEI N. 4.193, DE	DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTIGOS 1º E 6º DA LEI Nº 3.694, DE 16 DE DEZEMBRO	
	EIXA VENCIMENTOS DO CARGO DE "MOTORISTA MECÂNICO" DO O	LEI N. 4.179, DE	EIXA VENCIMENTOS DO CARGO DE "MOTORISTA MECÂNICO" DO O	
	FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO (FUNERPOL)	LEI N. 4.178, DE	ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTIGOS 1º, 2º E 6º E 8º DO ARTIGO 8º DA LEI Nº 3	
	DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTS. 1º E 2º DA LEI Nº 4.126 DE 26.03.1980 E REVOC	LEI N. 4.171, 3.10.1980	DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTS. 1º E 2º DA LEI Nº 4.126 DE 26.03.1980 E REVOC	
	DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTS. 1º E 2º DA LEI Nº 4.125 DE 26.03.1980 E REVOC	LEI N. 4.170, 3.10.1980	DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTS. 1º E 2º DA LEI Nº 4.125 DE 26.03.1980 E REVOC	
	REALISTA VENCIMENTOS, SALÁRIOS E PROVENTOS DOS SERVIDORES DO E	LEI N. 4.125, 26.3.1980	REALISTA VENCIMENTOS, SALÁRIOS E PROVENTOS DOS SERVIDORES DO E	
	CÓDIGO BRASILEIRO DE TELECOMUNICAÇÕES	LEI N. 4.117, 27.8.1962	INSTITUI O CÓDIGO BRASILEIRO DE TELECOMUNICAÇÕES	
	CONSELHO DE DISCIPLINA DA PMAL	LEI N. 4.000, DE	DISPÕE SOBRE O CONSELHO DE DISCIPLINA DA POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS	
	DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTIGOS 79, 81 E AO INCISO VII DO ARTIGO 93, DA LEI	LEI N. 3.846, DE	DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTIGOS 79, 81 E AO INCISO VII DO ARTIGO 93, DA LEI	
	EFEETIVO, ENSINO, QUADRO DE PESSOAL E PREVIDÊNCIA	LEI N. 3.791, 5.12.1977	DISPÕE SOBRE OS QUADROS DE OFICIAIS DE ADMINISTRAÇÃO E ESPECIALIS	
	DISPÕE SOBRE AS PENSÕES MILITARES	LEI N. 3.765, 4.5.1960	DISPÕE SOBRE AS PENSÕES MILITARES	
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DE ALAGOAS - 1976	LEI N. 3.696, DE	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DE ALAGOAS	
	FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO (FUNERPOL)	LEI N. 3.694, DE	CRIA O FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO POLICIAL - FUNERPOL - E DÁ	
	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE	LEI N. 3.541, DE	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE	
	REESTRUTURA O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES	LEI N. 3.398, 13.9.1974	REESTRUTURA O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES	
	CRIA O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ES	LEI N. 2.509, 4.12.1962	CRIA O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ES	
	CLASSIFICA OS CARGOS DO SERVIÇO CIVIL DO PODER EXECUTIVO E DÁ OUT	LEI N. 2.249, 15.6.1960	CLASSIFICA OS CARGOS DO SERVIÇO CIVIL DO PODER EXECUTIVO E DÁ OUT	
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO	LEI N. 1.806, 18.9.1954	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO	
	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PENAL)	LEI N. 15.397, DE	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PENAL)	
	DISPÕE SOBRE A CUSTÓDIA COMPARTILHADA DE ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO NÃO	LEI N. 15.392, DE	DISPÕE SOBRE A CUSTÓDIA COMPARTILHADA DE ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO NÃO	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA A LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA), O C	LEI N. 15.384, 9.04.2026	ALTERA A LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA), O C	1.07. DEB2
	ALTERA AS LEIS NºS 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA), O C	LEI N. 15.383, 9.04.2026	ALTERA AS LEIS NºS 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA), O C	ZEMAR E
	INSTITUI O DIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A	LEI N. 15.382, 9.04.2026	INSTITUI O DIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A	INAS INDÍ
	ALTERA A LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA), PA	LEI N. 15.380, 9.04.2026	ALTERA A LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA), PA	ADOMEST
	INSTITUI O ESTATUTO DOS DIREITOS DO PACIENTE	LEI N. 15.378, 6.04.2026	INSTITUI O ESTATUTO DOS DIREITOS DO PACIENTE	
	DISPÕE SOBRE A LICENÇA-PATERNIDADE; INSTITUI O SALÁRIO-PATERNIDADE	LEI N. 15.371, 6.04.2026	DISPÕE SOBRE A LICENÇA-PATERNIDADE; INSTITUI O SALÁRIO-PATERNIDADE	VIDEACIA
	INSTITUI O MARCO LEGAL DO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO NO BRASIL (LEI RAUL	LEI N. 15.358, 8.03.2026	INSTITUI O MARCO LEGAL DO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO NO BRASIL	N); TIPIFIC
	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PENAL)	LEI N. 15.353, 8.03.2026	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PENAL)	PRESENCI
	TRANSEFORMA CARGOS NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL: ALTERA	LEI N. 15.352, 8.03.2026	TRANSEFORMA CARGOS NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL: ALTERA	DE PESSO
	ALTERA A LEI Nº 14.232, DE 28 DE OUTUBRO DE 2021, PARA DETERMINAR A P	LEI N. 15.336, 8.01.2026	ALTERA A LEI Nº 14.232, DE 28 DE OUTUBRO DE 2021, PARA DETERMINAR A P	ONFORMA
	ALTERA A LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003 (ESTATUTO DO DESAR	LEI N. 15.306, 8.01.2026	ALTERA A LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003 (ESTATUTO DO DESAR	ANO DE B
	ALTERA A LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984 (LEI DE EXECUÇÃO PENAL), E	LEI N. 15.295, 8.01.2026	ALTERA A LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984 (LEI DE EXECUÇÃO PENAL), E	D' DE PERI
	ALTERA O CÓDIGO PENAL PARA AGRAVAR A	LEI N. 15.280, 5.12.2025	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PENAL)	RELEVANC
	ALTERA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL PARA	LEI N. 15.272, 5.12.2025	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941 (CÓDIGO DE PR	EVENSIVA
	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PENAL)	LEI N. 15.245, 5.12.2025	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PENAL)	QUE DE 10
	CRIA CAUSA DE AUMENTO DE PENA PARA O CRIME DE VENDER, FORNECER	LEI N. 15.234, 7.10.2025	CRIA CAUSA DE AUMENTO DE PENA PARA O CRIME DE VENDER, FORNECER	DE FORMA
	DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTE EM AMBIENTES	LEI N. 15.211, 7.10.2025	DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTE EM AMBIENTES	D DIGITAL
	ALTERA AS LEIS NºS 11.794, DE 8 DE OUTUBRO DE 2008, E 6.360, DE 23 DE SE	LEI N. 15.183, 30.7.2025	ALTERA AS LEIS NºS 11.794, DE 8 DE OUTUBRO DE 2008, E 6.360, DE 23 DE SE	PROSDIA
	AUMENTAR AS PENAS APLICADAS AO FURTO	LEI N. 15.181, 28.7.2025	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PENAL)	SSÃO PEN
	ALTERA A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO, APROVADA PELO DECRE	LEI N. 15.175, 23.7.2025	ALTERA A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO, APROVADA PELO DECRE	IA DE EN
	AMPLIA O DIREITO DAS MULHERES À CIRURGIA	LEI N. 15.171, 17.7.2025	ALTERA A LEI Nº 9.797, DE 6 DE MAIO DE 1999, E A LEI Nº 9.656, DE 3 DE JUNHO	PLIAR O D
	ALTERAR CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE E VER	LEI N. 15.160, 3.7.2025	MODIFICA OS ARTS. 65 E 115 DO DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO	MAL, HEP
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO DO CUIDADO MATERNO E PAR	LEI N. 15.139, 23.5.2025	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO DO CUIDADO MATERNO E PAR	ESNPÓBL
	ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DA PRESTAÇÃO DE CIRURGIA RECONSTRUTIVA	LEI N. 15.133, 6.5.2025	ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DA PRESTAÇÃO DE CIRURGIA RECONSTRUTIVA	DEBROS
	ALTERA A LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE)	LEI N. 15.126, 28.4.2025	ALTERA A LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE)	CEB SIST
	ALTERA A LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA), PA	LEI N. 15.125, 24.4.2025	ALTERA A LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA), PA	ISSORAD

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA O ART. 147-B DO DECRETO-LEI Nº 2.848	LEI N. 15.123, DE 24.4.2025	ALTERA O ART. 147-B DO DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940	
	DISPÕE SOBRE A VEICULAÇÃO GRATUITA DE	LEI N. 15.117, DE 24.4.2025	DISPÕE SOBRE A VEICULAÇÃO GRATUITA DE INFORMAÇÃO EDUCATIVA ACESSADA	
	INSTITUI O PROGRAMA DE RECONSTRUÇÃO DENTÁRIA PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA	LEI N. 15.116, DE 24.4.2025	INSTITUI O PROGRAMA DE RECONSTRUÇÃO DENTÁRIA PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA	
	DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO POR ESTUDANTES DE APARELHOS ELETRÔNICOS	LEI N. 15.100, DE 13.1.2025	DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO POR ESTUDANTES DE APARELHOS ELETRÔNICOS	
	TORNA OBRIGATÓRIA A REALIZAÇÃO DE EXAME CLÍNICO DESTINADO A IDENTIFICAÇÃO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS	LEI N. 15.094, DE 13.1.2025	TORNA OBRIGATÓRIA A REALIZAÇÃO DE EXAME CLÍNICO DESTINADO A IDENTIFICAÇÃO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS	
	AUTORIZA A CRIAÇÃO DO CADASTRO NACIONAL DE ANIMAIS DOMÉSTICOS	LEI N. 15.069, DE 13.1.2025	AUTORIZA A CRIAÇÃO DO CADASTRO NACIONAL DE ANIMAIS DOMÉSTICOS	
	ALTERA A LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR)	LEI N. 14.952, DE 6.8.2024	ALTERA A LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR)	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DO ELINK	LEI N. 14.940, DE 30.7.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DO ELINK	
	ALTERA A LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO VEICULAR)	LEI N. 14.921, DE 10.7.2024	ALTERA A LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO VEICULAR)	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DO EMOLOGISTA E DO HEMOTERAPEUTA	LEI N. 14.919, DE 5.7.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DO HEMATOLOGISTA E DO HEMOTERAPEUTA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DA CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A DERMATITE ATÓPICA	LEI N. 14.916, DE 5.7.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DA CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A DERMATITE ATÓPICA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE AS DOENÇAS CRÔNICAS	LEI N. 14.915, DE 5.7.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE AS DOENÇAS CRÔNICAS	
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES)	LEI N. 14.914, DE 3.7.2024	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES)	
	ALTERA A LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO DE ALUNOS E ESTUDANTES	LEI N. 14.913, DE 3.7.2024	ALTERA A LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO DE ALUNOS E ESTUDANTES	
	ALTERA A LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE)	LEI N. 14.912, DE 3.7.2024	ALTERA A LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE)	
	ALTERA A LEI Nº 14.597, DE 14 DE JUNHO DE 2023 (LEI GERAL DO ESPORTE)	LEI N. 14.911, DE 3.7.2024	ALTERA A LEI Nº 14.597, DE 14 DE JUNHO DE 2023 (LEI GERAL DO ESPORTE)	
	INSTITUI O DIA DO REI PELÉ	LEI N. 14.909, DE 1.7.2024	INSTITUI O DIA DO REI PELÉ	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DO POLICIAL PENAL	LEI N. 14.908, DE 1.7.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DO POLICIAL PENAL	
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE VACINAÇÃO EM ESCOLAS PÚBLICAS	LEI N. 14.886, DE 11.6.2024	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE VACINAÇÃO EM ESCOLAS PÚBLICAS	
	DISPÕE SOBRE A PESQUISA COM SERES HUMANOS E INSTITUI O SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA	LEI N. 14.874, DE 28.5.2024	DISPÕE SOBRE A PESQUISA COM SERES HUMANOS E INSTITUI O SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA	
	ALTERA A LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO VEICULAR)	LEI N. 14.861, DE 27.5.2024	ALTERA A LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO VEICULAR)	
	ALTERA A LEI Nº 9.434, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1997, QUE DISPÕE SOBRE A REGULAÇÃO DO TRABALHO DE CONDUTORES DE VEÍCULOS	LEI N. 14.858, DE 21.5.2024	ALTERA A LEI Nº 9.434, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1997, QUE DISPÕE SOBRE A REGULAÇÃO DO TRABALHO DE CONDUTORES DE VEÍCULOS	
	ALTERA A LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA) PARA APROVIAÇÃO DE F	LEI N. 14.857, DE 21.5.2024	ALTERA A LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA) PARA APROVIAÇÃO DE F	
	ALTERA A LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001 (ESTATUTO DA CIDADE) PARA APROVIAÇÃO DE F	LEI N. 14.849, DE 2.5.2024	ALTERA A LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001 (ESTATUTO DA CIDADE) PARA APROVIAÇÃO DE F	
	ALTERA A LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE)	LEI N. 14.847, DE 25.4.2024	ALTERA A LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE)	
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE TRABALHO DIGNO E CIDADANIA PARA A PROTEÇÃO DE F	LEI N. 14.821, DE 16.1.2024	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE TRABALHO DIGNO E CIDADANIA PARA A PROTEÇÃO DE F	

Seção de Informática

LEADERES

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	AUTORIZA A OZONIOTERAPIA NO TERRITÓRIO NACIONAL	LEI N. 14.648, DE 4.8.2023	AUTORIZA A OZONIOTERAPIA NO TERRITÓRIO NACIONAL	
	ALTERA A LEI Nº 9.394, DE 20.12.1996 (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO)	LEI N. 14.644, DE 2.8.2023	ALTERA A LEI Nº 9.394, DE 20.12.1996 (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO)	RA FÓRUM
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A IMPLANTAR SERVIÇO DE MONITORAMENTO DE VIOLÊNCIA	LEI N. 14.643, DE 2.8.2023	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A IMPLANTAR SERVIÇO DE MONITORAMENTO DE VIOLÊNCIA	DE VIOLÊ
	DECLARA MANIFESTAÇÃO DA CULTURA NACIONAL A TRADIÇÃO DO USO EM CAS, DO TR	LEI N. 14.641, DE 1.8.2023	DECLARA MANIFESTAÇÃO DA CULTURA NACIONAL A TRADIÇÃO DO USO EM CAS, DO TR	AS, DO TR
	INSTITUI O PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL E ALTERA A LEI Nº 11.7	LEI N. 14.640, DE 31.7.2023	INSTITUI O PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL E ALTERA A LEI Nº 11.7	LEI Nº 13.4
	ALTERA A LEI Nº 13.146, DE 06.07.2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência)	LEI N. 14.624, DE 17.7.2023	ALTERA A LEI Nº 13.146, DE 06.07.2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência)	PARA DO
	INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A PATERNIDADE RESPONSÁVEL	LEI N. 14.623, DE 17.7.2023	INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A PATERNIDADE RESPONSÁVEL	COMEMOR
	INSTITUI O DIA NACIONAL DA PESSOA COM VISÃO MONOCULAR	LEI N. 14.622, DE 17.7.2023	INSTITUI O DIA NACIONAL DA PESSOA COM VISÃO MONOCULAR	
	ALTERA A LEI Nº 7.498, DE 25.06.1986 (PARA DISPOR SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO)	LEI N. 14.602, DE 20.6.2023	ALTERA A LEI Nº 7.498, DE 25.06.1986 (PARA DISPOR SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO)	PROSSION
	DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE EXAMES EM GESTANTES	LEI N. 14.598, DE 14.6.2023	DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE EXAMES EM GESTANTES	
	INSTITUI A LEI GERAL DO ESPORTE	LEI N. 14.597, DE 14.6.2023	INSTITUI A LEI GERAL DO ESPORTE	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DOS AGENTES DE TRÂNSITO	LEI N. 14.594, DE 2.6.2023	INSTITUI O DIA NACIONAL DOS AGENTES DE TRÂNSITO	
	DISPÕE SOBRE A DIFUSÃO POR ÓRGÃOS PÚBLICOS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	LEI N. 14.583, DE 16.5.2023	DISPÕE SOBRE A DIFUSÃO POR ÓRGÃOS PÚBLICOS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	PREBUCA
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE BUCAL NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO	LEI N. 14.572, DE 8.5.2023	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE BUCAL NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO	QUÍDATER
	INSTITUI A SEMANA NACIONAL DO USO CONSCIENTE DA ÁGUA	LEI N. 14.549, DE 13.4.2023	INSTITUI A SEMANA NACIONAL DO USO CONSCIENTE DA ÁGUA	
	ALTERA A LEI N. 8.069, DE 13.07.1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)	LEI N. 14.548, DE 13.4.2023	ALTERA A LEI N. 8.069, DE 13.07.1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)	OBILIZAS
	ALTERA A LEI Nº 11.445, DE 05.01.2007 (LEI DE SANEAMENTO BÁSICO) PARA	LEI N. 14.546, DE 4.4.2023	ALTERA A LEI Nº 11.445, DE 05.01.2007 (LEI DE SANEAMENTO BÁSICO) PARA	DA DE AB
	INSTITUI O DIA NACIONAL DA MULHER EMPRESÁRIA	LEI N. 14.545, DE 4.4.2023	INSTITUI O DIA NACIONAL DA MULHER EMPRESÁRIA	
	INSTITUI A SEMANA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A DEPRESSÃO	LEI N. 14.543, DE 3.4.2023	INSTITUI A SEMANA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A DEPRESSÃO	ACQUAUM
	ALTERA A LEI Nº 13.667, DE 17.05.2018 (PARA DISPOR SOBRE A PRIORIDADE NA	LEI N. 14.542, DE 3.4.2023	ALTERA A LEI Nº 13.667, DE 17.05.2018 (PARA DISPOR SOBRE A PRIORIDADE NA	MUARIERI
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO ININTERRUPTO DE DELEGACIAS	LEI N. 14.541, DE 3.4.2023	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO ININTERRUPTO DE DELEGACIAS	S DE ATEN
	INSTITUI O PROGRAMA DE PREVENÇÃO E ENERENTAMENTO AO ASSÉDIO SEXUAL	LEI N. 14.540, DE 3.4.2023	INSTITUI O PROGRAMA DE PREVENÇÃO E ENERENTAMENTO AO ASSÉDIO SEXUAL	RESAONTO
	INSTITUI A CAMPANHA NACIONAL DE PREVENÇÃO DA EXPOSIÇÃO INDEVIDA	LEI N. 14.539, DE 31.3.2023	INSTITUI A CAMPANHA NACIONAL DE PREVENÇÃO DA EXPOSIÇÃO INDEVIDA	
	ALTERA A LEI Nº 11.350, DE 05.10.2006 (A FIM DE CONSIDERAR OS AGENTES C	LEI N. 14.536, DE 20.1.2023	ALTERA A LEI Nº 11.350, DE 05.10.2006 (A FIM DE CONSIDERAR OS AGENTES C	QUÍDESIO
	ALTERA AS LEIS Nº 7.116, DE 29.08.1983, 9.454, DE 07.04.1997, 13.444, DE 11.05	LEI N. 14.534, DE 11.1.2023	ALTERA AS LEIS Nº 7.116, DE 29.08.1983, 9.454, DE 07.04.1997, 13.444, DE 11.05	INTECQU
	ALTERA AS LEIS Nº 7.116, DE 29.08.1983, 9.454, DE 07.04.1997, 13.444, DE 11.05	LEI N. 14.534, DE 11.1.2023	ALTERA AS LEIS Nº 7.116, DE 29.08.1983, 9.454, DE 07.04.1997, 13.444, DE 11.05	ABOMAR

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO	LEI N. 14.533, 11.1.2023	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DIGITAL E ALTERA AS LEIS Nº	
	ALTERA AS LEIS Nº 13.675 DE 11.06.2018 QUE	LEI N. 14.531, 10.1.2023	ALTERA AS LEIS Nº 13.675 DE 11.06.2018 QUE CRIA A POLÍTICA NACIONAL DE	
	ALTERA A LEI Nº 10.406 DE 10.01.2002 (CÓDIGO	LEI N. 14.405, 11.7.2022	ALTERA A LEI Nº 10.406 DE 10.01.2002 (CÓDIGO CIVIL) PARA TORNAR EXIGÍVE	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇ	LEI N. 14.404, 11.7.2022	INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A FISSURA LABIOPA	
	INSTITUI O DIA DOS POVOS INDÍGENAS E REV	LEI N. 14.402, 8.7.2022	INSTITUI O DIA DOS POVOS INDÍGENAS E REVOGA O DECRETO-LEI Nº 5.540 D	
	ALTERA A LEI Nº 9.696 DE 01.09.1998 QUE DIS	LEI N. 14.386, 27.6.2022	ALTERA A LEI Nº 9.696 DE 01.09.1998 QUE DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAC	
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PRESTAÇ	LEI N. 14.370, 15.6.2022	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PRESTACÃO DE SERVIÇO CIVIL VOLUNT	
	ALTERA A LEI Nº 10.048 DE 08.11.2000 PARA	LEI N. 14.364, 1.6.2022	ALTERA A LEI Nº 10.048 DE 08.11.2000 PARA GARANTIR DIREITOS AOS ACOM	
	DISPÕE SOBRE O VALOR DO SALÁRIO-MÍNIMO	LEI N. 14.358, 1.6.2022	DISPÕE SOBRE O VALOR DO SALÁRIO-MÍNIMO A VIGORAR A PARTIR DE 01.01	
	ALTERA A LEI Nº 12.232 DE 29.04.2010 PARA	LEI N. 14.356, 31.5.2022	ALTERA A LEI Nº 12.232 DE 29.04.2010 PARA DISPOR SOBRE AS CONTRATAC	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DO ESPIRITISMO	LEI N. 14.354, 30.5.2022	INSTITUI O DIA NACIONAL DO ESPIRITISMO	
	INSTITUI O PROGRAMA INTERNET BRASIL - E	LEI N. 14.351, 25.5.2022	INSTITUI O PROGRAMA INTERNET BRASIL - E ALTERA AS LEIS Nºs 4.117 DE 27	
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO FEDERAL A	LEI N. 14.343, 19.5.2022	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO FEDERAL A DOAR IMUNIZANTES CONTRA C	
	INSTITUI O BENEFÍCIO EXTRAORDINÁRIO ÀS	LEI N. 14.342, 18.5.2022	INSTITUI O BENEFÍCIO EXTRAORDINÁRIO ÀS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PR	
	DISPÕE SOBRE A ASSOCIAÇÃO DE REPRESENT	LEI N. 14.341, 18.5.2022	DISPÕE SOBRE A ASSOCIAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE MUNICÍPIOS - E ALTE	
	ALTERA A LEI Nº 12.318 DE 26.08.2010 PARA	LEI N. 14.340, 18.5.2022	ALTERA A LEI Nº 12.318 DE 26.08.2010 PARA MODIFICAR PROCEDIMENTOS R	
	ALTERA A LEI Nº 11.903 DE 14.01.2009 PARA	LEI N. 14.338, 11.5.2022	ALTERA A LEI Nº 11.903 DE 14.01.2009 PARA DISPOR SOBRE A RUIA DIGITAL	
	ALTERA A LEI Nº 11.664 DE 29.04.2008 PARA	LEI N. 14.335, 10.5.2022	ALTERA A LEI Nº 11.664 DE 29.04.2008 PARA DISPOR SOBRE A ATENÇÃO INT	
	DISPÕE SOBRE A IMPENHORABILIDADE DE B	LEI N. 14.334, 10.5.2022	DISPÕE SOBRE A IMPENHORABILIDADE DE BENS DE HOSPITAIS EIL ANTRÓPIC	
	ALTERA A LEI Nº 9.394 DE 20.12.1996 (LEI DE	LEI N. 14.333, 4.5.2022	ALTERA A LEI Nº 9.394 DE 20.12.1996 (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCA	
	DISPÕE SOBRE A ARRECADACÃO DE RECURS	LEI N. 14.332, 4.5.2022	DISPÕE SOBRE A ARRECADACÃO DE RECURSOS POR ENTIDADES BENEFICE	
	ALTERA A LEI Nº 13.876 DE 20.09.2019 E A LEI	LEI N. 14.331, 4.5.2022	ALTERA A LEI Nº 13.876 DE 20.09.2019 E A LEI Nº 8.213 DE 24.07.1991 PARA D	
	ALTERA A LEI Nº 13.675 DE 11.06.2018 PARA	LEI N. 14.330, 4.5.2022	ALTERA A LEI Nº 13.675 DE 11.06.2018 PARA INCLUIR O PLANO NACIONAL DE	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DO PROFISSIONAL	LEI N. 14.329, 4.5.2022	INSTITUI O DIA NACIONAL DO PROFISSIONAL DE LOGÍSTICA	
	INSTITUI O MÊS DE JULHO COMO MÊS NACIO	LEI N. 14.328, 20.4.2022	INSTITUI O MÊS DE JULHO COMO MÊS NACIONAL DO COMBATE AO CÂNCER E	
	DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS MÍNIMOS DE	LEI N. 14.327, 13.4.2022	DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS MÍNIMOS DE SEGURANÇA PARA A FABRICAÇ	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA A LEI N. 7.210, DE 11.07.1984 (LEI DE EXECUÇÃO PENAL)	LEI N. 14.326, DE 12.4.2022	ALTERA A LEI N. 7.210, DE 11.07.1984 (LEI DE EXECUÇÃO PENAL), PARA ASSE	DESAFESS
	ALTERA A LEI Nº 14.113, DE 25.12.2020, PARA DISPOR SOBRE A UTILIZAÇÃO D	LEI N. 14.325, DE 12.4.2022	ALTERA A LEI Nº 14.113, DE 25.12.2020, PARA DISPOR SOBRE A UTILIZAÇÃO D	COORDEN
	INSTITUI O DIA 13 DE MARÇO COMO O DIA NACIONAL DE LUTA CONTRA A ENF	LEI N. 14.324, DE 12.4.2022	INSTITUI O DIA 13 DE MARÇO COMO O DIA NACIONAL DE LUTA CONTRA A ENF	VIAMENAC
	AUTORIZA A PRORROGAÇÃO DE CONTRATOS POR TEMPO DETERMINADO NO	LEI N. 14.323, DE 12.4.2022	AUTORIZA A PRORROGAÇÃO DE CONTRATOS POR TEMPO DETERMINADO NO	ERRE DOIA
	ALTERA A LEI Nº 11.343, DE 23.08.2006 (LEI ANTI DROGAS), PARA EXCLUIR A PO	LEI N. 14.322, DE 6.4.2022	ALTERA A LEI Nº 11.343, DE 23.08.2006 (LEI ANTI DROGAS), PARA EXCLUIR A PO	ERTELEÇÃO
	ALTERA A LEI Nº 13.869, DE 05.09.2019, PARA TIPIFICAR O CRIME DE VIOLÊNC	LEI N. 14.321, DE 31.3.2022	ALTERA A LEI Nº 13.869, DE 05.09.2019, PARA TIPIFICAR O CRIME DE VIOLÊNC	
	ALTERA A LEI Nº 14.151, DE 12.05.2021, PARA DISCIPLINAR O AFASTAMENTO D	LEI N. 14.311, DE 9.3.2022	ALTERA A LEI Nº 14.151, DE 12.05.2021, PARA DISCIPLINAR O AFASTAMENTO D	CAOORON
	ALTERA A LEI Nº 11.340, DE 07.08.2006 (LEI MARIA DA PENHA), PARA DETERMI	LEI N. 14.310, DE 8.3.2022	ALTERA A LEI Nº 11.340, DE 07.08.2006 (LEI MARIA DA PENHA), PARA DETERMI	EDIASDEP
	ALTERA A LEI N. 9.096, DE 19.09.1995 (LEI DOS PARTIDOS POLÍTICOS), PARA D	LEI N. 14.291, DE 3.1.2022	ALTERA A LEI N. 9.096, DE 19.09.1995 (LEI DOS PARTIDOS POLÍTICOS), PARA D	ADAGANDA
	TORNA OBRIGATÓRIA A PRESERVAÇÃO DO SIGILO SOBRE A CONDIÇÃO DE P	LEI N. 14.289, DE 3.1.2022	TORNA OBRIGATÓRIA A PRESERVAÇÃO DO SIGILO SOBRE A CONDIÇÃO DE P	MINHAFECQ
	INSTITUI O PROGRAMA ALIÚLIO BRASIL E O PROGRAMA ALIMENTA BRASIL	LEI N. 14.284, DE 3.1.2022	INSTITUI O PROGRAMA ALIÚLIO BRASIL E O PROGRAMA ALIMENTA BRASIL	
	INSTITUI O DIA DO POLICIAL LEGISLATIVO	LEI N. 14.262, DE 3.1.2022	INSTITUI O DIA DO POLICIAL LEGISLATIVO	
	CRIA O MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA	LEI N. 14.261, DE 3.1.2022	CRIA O MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA	
	ESTABELECE INCENTIVOS À INDÚSTRIA DA RECICLAGEM E CRIA O FUNDO D	LEI N. 14.260, DE 8.12.2021	ESTABELECE INCENTIVOS À INDÚSTRIA DA RECICLAGEM E CRIA O FUNDO D	SWESTAN
	ALTERA A LEI N. 14.124, DE 10.03.2021, QUE DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS EXC	LEI N. 14.259, DE 7.12.2021	ALTERA A LEI N. 14.124, DE 10.03.2021, QUE DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS EXC	ÇÃO DE B
	DISPÕE SOBRE O ACOMPANHAMENTO INTEGRAL PARA EDUCANDOS COM DI	LEI N. 14.254, DE 7.12.2021	DISPÕE SOBRE O ACOMPANHAMENTO INTEGRAL PARA EDUCANDOS COM DI	ROO DO D
	ALTERA OS DECRETOS-LEIS Nºs 2.848, DE 07.12.1940 (CÓDIGO PENAL), E 3.68	LEI N. 14.245, DE 7.12.2021	ALTERA OS DECRETOS-LEIS Nºs 2.848, DE 07.12.1940 (CÓDIGO PENAL), E 3.68	QUE DE SP
	INSTITUI O ESTATUTO DA PESSOA COM CÂNCER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	LEI N. 14.238, DE 7.12.2021	INSTITUI O ESTATUTO DA PESSOA COM CÂNCER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	INSTITUI O ALIÚLIO GÁS DOS BRASILEIROS E ALTERA A LEI Nº 10.336, DE 19.7	LEI N. 14.237, DE 7.12.2021	INSTITUI O ALIÚLIO GÁS DOS BRASILEIROS E ALTERA A LEI Nº 10.336, DE 19.7	
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE DADOS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS	LEI N. 14.232, DE 7.12.2021	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE DADOS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS	A AS MUL
	INCLUI OS PROFISSIONAIS FISIOTERAPEUTA E TERAPEUTA OCUPACIONAL N	LEI N. 14.231, DE 7.12.2021	INCLUI OS PROFISSIONAIS FISIOTERAPEUTA E TERAPEUTA OCUPACIONAL N	ÚDE DA F
	ALTERA A LEI N. 8.429, DE 02.06.1992, QUE DISPÕE SOBRE A IMPROBIDADE AT	LEI N. 14.230, DE 7.12.2021	ALTERA A LEI N. 8.429, DE 02.06.1992, QUE DISPÕE SOBRE A IMPROBIDADE AT	
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA ELIMINAÇÃO DE CÃES E GATOS PELOS ÓRG	LEI N. 14.228, DE 7.12.2021	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA ELIMINAÇÃO DE CÃES E GATOS PELOS ÓRG	DE AISO
	INSTITUI O PROGRAMA DE PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE MENSTRUAL	LEI N. 14.214, DE 6.10.2021	INSTITUI O PROGRAMA DE PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE MENSTRUAL	AS DE
	ALTERA A LEI N. 13.475, DE 28.08.2017, QUE DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA	LEI N. 14.163, DE 9.6.2021	ALTERA A LEI N. 13.475, DE 28.08.2017, QUE DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA	ULANTE D
	CRIMES DE VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO INFORMATICO	LEI N. 14.155, DE 27.5.2021	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 07.12.1940 (CÓDIGO PENAL), PARA TORNAR	CRIMES DE

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPOR SOBRE A REMESSA DE PATRIMÔNIO	LEI N. 14.141, 19.4.2021	ALTERA O ART. 16 DA LEI Nº 8.080, DE 19.09.1990 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE)	LOCAL MES
	INSTITUI O DIA NACIONAL DO SANEAMENTO	LEI N. 14.140, 19.4.2021	INSTITUI O DIA NACIONAL DO SANEAMENTO	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	LEI N. 14.139, 16.4.2021	INSTITUI O DIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	
	PERMITIR EM AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PA	LEI N. 14.138, 16.4.2021	ACRESCENTA § 2º AO ART. 2º-A DA LEI Nº 8.560, DE 29.12.1992, PARA PERMITIR	SE DE PAVE
	LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	LEI N. 14.133, 14.4.2021	LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	
	CRIME DE PERSEGUIÇÃO	LEI N. 14.132, 31.3.2021	ACRESCENTA O ART. 147-A AO DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 07.12.1940 (CÓDIGO PENAL)	ER O CRIM
	DISPÕE SOBRE PRINCÍPIOS, REGRAS E INSTRUMENTOS PARA O GOVERNO DIGITAL	LEI N. 14.129, 29.3.2021	DISPÕE SOBRE PRINCÍPIOS, REGRAS E INSTRUMENTOS PARA O GOVERNO DIGITAL	MENTE DO
	CRIME DE DENÚNCIAÇÃO CALUNIOSA	LEI N. 14.110, 07.12.2020	ALTERA O ART. 339 DO DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 07.12.1940 (CÓDIGO PENAL)	EDAÇÃO A
	DISPÕE SOBRE A CONTA DO TIPO POLIPANCA SOCIAL DIGITAL	LEI N. 14.075, 07.12.2020	DISPÕE SOBRE A CONTA DO TIPO POLIPANCA SOCIAL DIGITAL E ALTERA AS	2.04.2020,
	ALTERA A LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO), PARA	LEI N. 14.071, 07.12.2020	ALTERA A LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO), PARA	IMPOSIÇÃO
	CRIA O CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS CONDENADAS POR CRIME DE	LEI N. 14.069, 11.10.2020	CRIA O CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS CONDENADAS POR CRIME DE	
	ALIMENTAR AS PENAS COMINADAS AO CRIME	LEI N. 14.064, 29.9.2020	ALTERA A LEI Nº 9.605, DE 12.02.1998, PARA ALIMENTAR AS PENAS COMINADAS	S-TRATOS
	DISPÕE SOBRE O USO DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS EM INTERAÇÕES COM O GOVERNO	LEI N. 14.063, 07.12.2020	DISPÕE SOBRE O USO DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS EM INTERAÇÕES COM O GOVERNO	EM A SOB
	DISPOR SOBRE A NATUREZA TÉCNICA E SING	LEI N. 14.039, 17.8.2020	ALTERA A LEI Nº 8.906, DE 04.07.1994 (ESTATUTO DA OAB) E O DECRETO-LEI Nº 3.364, DE 19.06.1991	46, PARA D
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS, HIGIENIZANTES E	LEI N. 13.993, 23.4.2020	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS MÉDICOS, HIGIENIZANTES E	MECÂNICO
	DISPÕE SOBRE O USO DA TELEMEDICINA DURANTE A CRISE CAUSADA PELO COVID-19	LEI N. 13.989, 15.4.2020	DISPÕE SOBRE O USO DA TELEMEDICINA DURANTE A CRISE CAUSADA PELO COVID-19	S-COV-2).
	MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA	LEI N. 13.979, 06.2.2020	DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA	PORTÂNC
	APERFEIÇOAMENTO A LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL	LEI N. 13.964, 07.12.2020	APERFEIÇOAMENTO A LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL	
	PARA REESTRUTURAR A CARREIRA MILITAR	LEI N. 13.954, 07.12.2020	ALTERA A LEI Nº 6.880, DE 09.12.1980 (ESTATUTO DOS MILITARES), A LEI Nº 3.364, DE 19.06.1991	LEI Nº 4.31
	ALTERA AS LEIS Nº 9.096, DE 19.09.1995, LEI Nº 9.504, DE 30.09.1997, LEI Nº 4.726, DE 15.07.2018, LEI Nº 13.869, DE 5.9.2019, LEI Nº 13.853, DE 8.7.2019, LEI Nº 13.831, DE 17.5.2019, LEI Nº 13.827, DE 13.5.2019, LEI Nº 13.812, DE 16.3.2019, LEI Nº 13.800, DE 4.1.2019	LEI N. 13.877, 27.9.2019	ALTERA AS LEIS Nº 9.096, DE 19.09.1995, LEI Nº 9.504, DE 30.09.1997, LEI Nº 4.726, DE 15.07.2018, LEI Nº 13.869, DE 5.9.2019, LEI Nº 13.853, DE 8.7.2019, LEI Nº 13.831, DE 17.5.2019, LEI Nº 13.827, DE 13.5.2019, LEI Nº 13.812, DE 16.3.2019, LEI Nº 13.800, DE 4.1.2019	DISPÕE E
	ALTERA A LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018, PARA DISPOR SOBRE A FIRM	LEI N. 13.869, 5.9.2019	DISPÕE SOBRE OS CRIMES DE ABUSO DE AUTORIDADE: ALTERA A LEI Nº 7.960, DE 2.5.2014	RO DE 19
	ALTERA A LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018, PARA DISPOR SOBRE A FIRM	LEI N. 13.853, 8.7.2019	ALTERA A LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018, PARA DISPOR SOBRE A FIRM	SOMESÇA
	ALTERA A LEI Nº 9.096, DE 19.09.1995 (LEI DOS PARTIDOS POLÍTICOS), A FIM D	LEI N. 13.831, 17.5.2019	ALTERA A LEI Nº 9.096, DE 19.09.1995 (LEI DOS PARTIDOS POLÍTICOS), A FIM D	DEONIAÇ
	ALTERA A LEI Nº 11.340, DE 07.08.2006 (LEI MARIA DA PENHA), PARA AUTORIZ	LEI N. 13.827, 13.5.2019	ALTERA A LEI Nº 11.340, DE 07.08.2006 (LEI MARIA DA PENHA), PARA AUTORIZ	QUE ESPE
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE BUSCA DE PESSOAS DESAPARECIDAS, CE	LEI N. 13.812, 16.3.2019	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE BUSCA DE PESSOAS DESAPARECIDAS, CE	CONDA DE
	AUTORIZA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA A FIRMAR INSTRUMENTOS DE PARCE	LEI N. 13.800, 4.1.2019	AUTORIZA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA A FIRMAR INSTRUMENTOS DE PARCE	ES DE AOT

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA A LEI Nº 11.340, DE 07.08.2006 (LEI MARIA DA PENHA)	LEI N. 13.772, DE 14.8.2018	ALTERA A LEI Nº 11.340, DE 07.08.2006 (LEI MARIA DA PENHA) E O DECRETO Nº 9.503, DE 30.09.1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO)	
	DISPÕE SOBRE O FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA (FNSP) E SOBRE A RACIONALIZAÇÃO DOS ATOS E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DOS PODERES DO ESTADO	LEI N. 13.756, DE 18.10.2018	DISPÕE SOBRE O FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA (FNSP) E SOBRE A RACIONALIZAÇÃO DOS ATOS E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DOS PODERES DO ESTADO	
	LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD	LEI N. 13.726, DE 14.8.2018	LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD	
	DISCIPLINA A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS POR ATOS DE VIOLENCIA PÚBLICA	LEI N. 13.709, DE 14.8.2018	DISCIPLINA A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS POR ATOS DE VIOLENCIA PÚBLICA	
	DISCIPLINA A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS POR ATOS DE VIOLENCIA PÚBLICA	LEI N. 13.675, DE 11.6.2018	DISCIPLINA A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS POR ATOS DE VIOLENCIA PÚBLICA	
	POSSIBILITAR AO PROPRIETÁRIO CADASTRAÇÃO DE VEÍCULO	LEI N. 13.675, DE 11.6.2018	DISCIPLINA A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS POR ATOS DE VIOLENCIA PÚBLICA	
	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE TRIPLANTE DE AERONAVE	LEI N. 13.495, DE 28.8.2017	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO)	
	DISPÕE SOBRE PARTICIPAÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DO USUÁRIO	LEI N. 13.475, DE 28.8.2017	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE TRIPLANTE DE AERONAVE	
	INSTITUI A LEI DE MIGRAÇÃO - ESTATUTO DO ESTRANGEIRO	LEI N. 13.460, DE 26.6.2017	DISPÕE SOBRE PARTICIPAÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DO USUÁRIO	
	ALTERA AS LEIS Nºs 5.785, DE 23.06.1972, LEI Nº 9.612, DE 19.02.1998, LEI Nº 4.737, DE 15.07.2015, E A LEI Nº 9.504, DE 30.09.1997	LEI N. 13.445, DE 24.5.2017	INSTITUI A LEI DE MIGRAÇÃO - ESTATUTO DO ESTRANGEIRO	
	ALTERA O § 3º DO ART. 98 DA LEI Nº 8.112, DE 11.12.1990, PARA ESTENDER O USO NAS RODOVIAS DE FAROL BAIXO ACESSO DURANTE PROVA DE TRAFEGO	LEI N. 13.424, DE 28.3.2017	ALTERA AS LEIS Nºs 5.785, DE 23.06.1972, LEI Nº 9.612, DE 19.02.1998, LEI Nº 4.737, DE 15.07.2015, E A LEI Nº 9.504, DE 30.09.1997	
	NOVO VALOR DE MULTAS	LEI N. 13.370, DE 23.5.2016	ALTERA O § 3º DO ART. 98 DA LEI Nº 8.112, DE 11.12.1990, PARA ESTENDER O USO NAS RODOVIAS DE FAROL BAIXO ACESSO DURANTE PROVA DE TRAFEGO	
	DISPÕE SOBRE ESTÍMULOS AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO À PESQUISA E INOVAÇÃO	LEI N. 13.290, DE 23.5.2016	TORNA OBRIGATÓRIO O USO NAS RODOVIAS DE FAROL BAIXO ACESSO DURANTE PROVA DE TRAFEGO	
	ALTERA AS LEIS Nº 9.504, DE 30.09.1997, LEI Nº 9.096, DE 19.09.1995, E A LEI Nº 4.737, DE 15.07.2015	LEI N. 13.281, DE 4.5.2016	ALTERA A LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997, CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, E A LEI Nº 9.504, DE 30.09.1997	
	ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	LEI N. 13.243, DE 11.1.2016	DISPÕE SOBRE ESTÍMULOS AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO À PESQUISA E INOVAÇÃO	
	CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	LEI N. 13.165, DE 29.9.2015	ALTERA AS LEIS Nº 9.504, DE 30.09.1997, LEI Nº 9.096, DE 19.09.1995, E A LEI Nº 4.737, DE 15.07.2015	
	PREVER O FEMINICÍDIO COMO CIRCUNSTÂNCIA AGRAVANTE	LEI N. 13.146, DE 6.7.2015	INSTITUI A LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - EST	
	DISCIPLINA A JORNADA DE TRABALHO E O TRABALHO NOTURNO	LEI N. 13.105, DE 16.3.2015	INSTITUI O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	
	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE MOTORISTA	LEI N. 13.104, DE 9.3.2015	ALTERA O ART. 121 DO DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 07.12.1940 (CÓDIGO PENAL)	
	DISCIPLINA O USO DOS INSTRUMENTOS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO	LEI N. 13.103, DE 2.3.2015	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE MOTORISTA. ALTERA A CON	
	ALTERA A LEI Nº 8.069, DE 13.07.1990 (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE)	LEI N. 13.103, DE 2.03.2015	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE MOTORISTA. ALTERA A CON	
	ESTABELECE PRINCÍPIOS, GARANTIAS, DIREITOS E DEVERES PARA O USO DE	LEI N. 13.060, DE 26.6.2014	DISCIPLINA O USO DOS INSTRUMENTOS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO P	
	INSTITUI O ESTATUTO DA JUVENTUDE E DISPÕE SOBRE OS DIREITOS DOS JOVENS	LEI N. 13.010, DE 26.6.2014	ALTERA A LEI Nº 8.069, DE 13.07.1990 (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESC	
	DISPÕE SOBRE A RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E CIVIL DE PESSOAS	LEI N. 12.965, DE 23.4.2014	ESTABELECE PRINCÍPIOS, GARANTIAS, DIREITOS E DEVERES PARA O USO D	
		LEI N. 12.852, DE 5.8.2013	INSTITUI O ESTATUTO DA JUVENTUDE E DISPÕE SOBRE OS DIREITOS DOS JOV	
		LEI N. 12.846, DE 1.8.2013	DISPÕE SOBRE A RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E CIVIL DE PESSOAS	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A EXPLORAÇÃO DIRETA E INDIRETA PELA UNIÃO DE PORTOS	LEI N. 12.815, DE 5.6.2013	DISPÕE SOBRE A EXPLORAÇÃO DIRETA E INDIRETA PELA UNIÃO DE PORTOS	STÓRIAS
		LEI N. 12.764, DE 18.7.2012		ESPECIFICAR
	ALTERA A LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997, QUE INSTITUI O CÓDIGO DE TRÂNSITO	LEI N. 12.760, DE 18.7.2012	ALTERA A LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997, QUE INSTITUI O CÓDIGO DE TRÂNSITO	LEI SECA.
	DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS PARA INGRESSO NOS CURSOS DE FORMAÇÃO	LEI N. 12.705, DE 8.8.2012	DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS PARA INGRESSO NOS CURSOS DE FORMAÇÃO	CARREIRA
	TORNAR GRATUITA A EMISSÃO DE CARTEIRA DE IDENTIDADE	LEI N. 12.687, DE 18.7.2012	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 7.116, DE 29.08.1983, PARA TORNAR GRATUITA A EMISSÃO DE CARTEIRA DE IDENTIDADE	RTREIRA DE
	DISPÕE SOBRE A VENDA DE UNIFORMES DAS FORÇAS ARMADAS DAS FORÇAS ARMADAS	LEI N. 12.664, DE 5.6.2012	DISPÕE SOBRE A VENDA DE UNIFORMES DAS FORÇAS ARMADAS DAS FORÇAS ARMADAS	SEGURAN
	CÓDIGO FLORESTAL	LEI N. 12.651, DE 25.5.2012	INSTITUI O CÓDIGO FLORESTAL - DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DA VEGETAÇÃO	
	NORMAS ESPECIAIS PARA AS COMPRAS, AS CONTRATAÇÕES E	LEI N. 12.598, DE 21.3.2012	ESTABELECE NORMAS ESPECIAIS PARA AS COMPRAS, AS CONTRATAÇÕES E	TO DE PR
	INSTITUI AS DIRETRIZES DA POLÍTICA NACIONAL DE MOBILIDADE URBANA	LEI N. 12.587, DE 21.3.2012	INSTITUI AS DIRETRIZES DA POLÍTICA NACIONAL DE MOBILIDADE URBANA	STÓRIAS
	REGULAMENTA A PROFISSÃO DE TAXISTA	LEI N. 12.468, DE 18.7.2012	REGULAMENTA A PROFISSÃO DE TAXISTA	Á OUTRAS
	INSTITUI O ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL	LEI N. 12.288, DE 20.7.2010	INSTITUI O ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL	13.04.1995
	ANULOU A EXIGÊNCIA DE MULTA ANTES DE RECORRER EM SEGUNDA INSTÂNCIA	LEI N. 12.249, DE 11.6.2010	ANULOU A EXIGÊNCIA DE MULTA ANTES DE RECORRER EM SEGUNDA INSTÂNCIA	
	CRIA O CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DESAPARECIDOS	LEI N. 12.127, DE 11.6.2010	CRIA O CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DESAPARECIDOS	
	ACRESCENTA À LEI Nº 9.868, DE 10.11.199, O CAPÍTULO II-A, QUE ESTABELECE	LEI N. 12.063, DE 29.7.2009	ACRESCENTA À LEI Nº 9.868, DE 10.11.199, O CAPÍTULO II-A, QUE ESTABELECE	DE CRIANÇAS
	DISCIPLINA O MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL E COLETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	LEI N. 12.016, DE 7.8.2009	DISCIPLINA O MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL E COLETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DE MENSAGENS	LEI N. 12.006, DE 29.7.2009	ACRESCENTA ARTIGOS À LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997, QUE INSTITUI O CÓDIGO DE TRÂNSITO	SILEIRO, P
	ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DE USO DE CINTA DE SEGURANÇA	LEI N. 11.910, DE 18.3.2008	ALTERA O ART. 105 DA LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997, QUE INSTITUI O CÓDIGO DE TRÂNSITO	LEIRO, PAR
	INSTITUI O ESTATUTO DE MUSEUS	LEI N. 11.904, DE 14.1.2009	INSTITUI O ESTATUTO DE MUSEUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER	LEI N. 11.784, DE 22.9.2008	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER	PE.
	ALTERA A LEI Nº 14.598, DE 04 DE SETEMBRO DE 2007, QUE INSTITUI O PRO	LEI N. 11.707, DE 19.6.2008	ALTERA A LEI Nº 14.598, DE 04 DE SETEMBRO DE 2007, QUE INSTITUI O PRO	EGURANÇ
	INIBIR O CONSUMO DE BEBIDA ALCOÓLICA POR CONDUTORES DE VEÍCULOS	LEI N. 11.705, DE 19.6.2008	ALTERA A LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997, QUE INSTITUI O CÓDIGO DE TRÂNSITO	Nº 9.294,
		LEI N. 11.530, DE 21.3.2007		AS PROVI
	DISPÕE SOBRE O PLANTIO DE ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS	LEI N. 11.460, DE 21.3.2007	DISPÕE SOBRE O PLANTIO DE ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS	ONSERVA
	REGULAMENTA O § 5º DO ART. 198 DA CONSTITUIÇÃO	LEI N. 11.350, DE 5.10.2006	REGULAMENTA O § 5º DO ART. 198 DA CONSTITUIÇÃO	ASSONDA
	INSTITUI O SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS	LEI N. 11.343, DE 23.8.2006	INSTITUI O SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS	MEDIDAS P
	LEI MARIA DA PENHA - CRIA MECANISMOS PARA COIBIR A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	LEI N. 11.340, DE 7.8.2006	LEI MARIA DA PENHA - CRIA MECANISMOS PARA COIBIR A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	CONTRA A MU

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	LIMITES DE VELOCIDADE PARA FINS DE ENQUADRAMENTOS INSERACIONAIS E DE	LEI N. 11.334, 25.7.2006	DÁ NOVA REDACÇÃO AO ART. 218 DA LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997, QUE INSTITUI	SITO BRAS
	EMBRIAGUEZ AO VOLANTE	LEI N. 11.275, 7.2.2006	ALTERA A REDACÇÃO DOS ARTS. 165, 277 E 302 DA LEI Nº 9.503, 23.09.1997, QUE	DE TRÂN
	REGULAMENTA A COMERCIALIZAÇÃO DE ALIM	LEI N. 11.265, 3.1.2006	REGULAMENTA A COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS PARA LACTENTES E CR	CONRÂNCA
	DISPÕE SOBRE O REGISTRO, POSSE E COME	LEI N. 10.826, DE	DISPÕE SOBRE O REGISTRO, POSSE E COMERCIALIZAÇÃO DE ARMAS DE FO	RE O SINA
	ESTATUTO DO IDOSO	LEI N. 10.741, 1.10.2003	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	CRIA A CARREIRA DE AGENTE PENITENCIÁRIO	LEI N. 10.693, 25.6.2003	CRIA A CARREIRA DE AGENTE PENITENCIÁRIO FEDERAL NO QUADRO DE PES	O DA JUST
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DE DEFESA DO	LEI N. 10.671, 15.5.2003	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DE DEFESA DO TORCEDOR E DÁ OUTRAS PROV	
	CÓDIGO CIVIL	LEI N. 10.406, 10.1.2002	INSTITUI O CÓDIGO CIVIL	
	UTILIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS DA	LEI N. 10.259, 12.7.2001	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DOS UTILIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS	TIÇA FEDE
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA CIDADE	LEI N. 10.257, 10.7.2001	REGULAMENTA OS ARTS. 182 E 183 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ESTABELECE	IS DA POL
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DOS TR	LEI N. 10.233, 1.10.2003	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DOS TRANSPORTES AQUAVIÁRIO E TER	INSTROR
	DOAÇÃO DE ÓRGÃOS	LEI N. 10.211, 23.3.2001	ALTERA OS DISPOSITIVOS DA LEI Nº 9.434, DE 4.2.1997, QUE DISPÕE SOBRE A	OS, TECID
	LEI DA ACESSIBILIDADE	LEI N. 10.098, DE	ESTABELECE NORMAS GERAIS E CRITÉRIOS BÁSICOS PARA A PROMOÇÃO D	AS PESSO
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PROTECÃ	LEI N. 10.055, DE	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E ATENÇÃO INTEGRAL ÀS CRI	ESCENTES
	INSTITUI O PROGRAMA CRIANÇA ALAGOANA	LEI N. 10.045, DE	INSTITUI O PROGRAMA CRIANÇA ALAGOANA – CRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊN	
	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE ESTÍM	LEI N. 10.042, DE	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE ESTÍMULO AO EMPREENDEDORISMO D	DÁ OUTRA
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE APOIO AO	LEI N. 10.041, DE	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE APOIO AO PRIMEIRO ESTÁGIO – PAPE, NO	O DE ALAG
	DISPÕE SOBRE A PERMANÊNCIA E OBRIGATO	LEI N. 10.036, DE	DISPÕE SOBRE A PERMANÊNCIA E OBRIGATORIEDADE DO PROFISSIONAL EIS	UNIDADE
	DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO VOLUNTÁRIA	LEI N. 10.035, DE	DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO VOLUNTÁRIA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIV	PLANO DE
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA ESCOLA DE TE	LEI N. 10.030, DE	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA ESCOLA DE TECNOLOGIA E INTELIGÊNCIA ART	S NO EST
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DAS CO	LEI N. 10.028, DE	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DAS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS	E DÍVIDA
	AUTORIZA A CRIAÇÃO DO PROGRAMA CUIDAN	LEI N. 10.027, DE	AUTORIZA A CRIAÇÃO DO PROGRAMA CUIDANDO DE QUEM CUIDA DA MENTE	ADO DE A
	ACRESCENTA PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 2º	LEI N. 10.026, DE	ACRESCENTA PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 2º DA LEI Nº 9.682, DE 14.10.2025, -	RIAÇÃO DO
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE DIS	LEI N. 10.025, DE	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE DISPONIBILIZAÇÃO DE ACESSO GR	FORNECER
	ALTERA A LEI Nº 6.514, DE 23 DE SETEMBRO	LEI N. 10.023, DE	ALTERA A LEI Nº 6.514, DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, - DISPÕE SOBRE OS CR	ÇÕES QUE
	ASSEGURA AOS PAIS E RESPONSÁVEIS O DIR	LEI N. 10.022, DE	ASSEGURA AOS PAIS E RESPONSÁVEIS O DIREITO DE VEDAR A PARTICIPAÇÃO	EM ATIVID

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	cria o índice de avaliação da qualidade de	LEI N. 10.015, DE	cria o índice de avaliação da qualidade do atendimento nas delegacias de polícia	AS EM AT
	dispõe sobre a validade do laudo médico	LEI N. 10.012, DE	dispõe sobre a validade do laudo médico que atesta a síndrome de	OUTRAS
	proíbe a utilização de animais para desenvolvimento experimental	LEI N. 10.011, DE	proíbe a utilização de animais para desenvolvimento experimental	EXATOS
	dispõe sobre a capacitação escolar de crianças e adolescentes	LEI N. 10.009, DE	dispõe sobre a capacitação escolar de crianças e adolescentes	ABRIL
	institui e define as diretrizes para a política estadual de prevenção	LEI N. 10.005, DE	institui e define as diretrizes para a política estadual de prevenção	EVASÃO
	altera dispositivos da lei delegada nº 48, de 30 de dezembro de 2022	LEI DELEGADA	altera dispositivos da lei delegada nº 48, de 30 de dezembro de 2022	DELEGAÇÃO
	altera dispositivos da lei delegada nº 48, de 30 de dezembro de 2022	LEI DELEGADA	altera dispositivos da lei delegada nº 48, de 30 de dezembro de 2022	DELEGAÇÃO
	altera a lei delegada nº 48, de 30 de dezembro de 2022, que institui o	LEI DELEGADA	altera a lei delegada nº 48, de 30 de dezembro de 2022, que institui o	QUADRO
	altera dispositivos da lei delegada nº 48, de 30 de dezembro de 2022	LEI DELEGADA	altera dispositivos da lei delegada nº 48, de 30 de dezembro de 2022	DELEGAÇÃO
	altera dispositivos da lei delegada nº 48, de 30 de dezembro de 2022	LEI DELEGADA	altera dispositivos da lei delegada nº 48, de 30 de dezembro de 2022	QUADRO
	altera dispositivos da lei delegada nº 48, de 30 de dezembro de 2022	LEI DELEGADA	altera dispositivos da lei delegada nº 48, de 30 de dezembro de 2022	DELEGAÇÃO
	altera dispositivos da lei delegada nº 48, de 30 de dezembro de 2022	LEI DELEGADA	altera dispositivos da lei delegada nº 48, de 30 de dezembro de 2022	DELEGAÇÃO
	altera dispositivos da lei delegada nº 48, de 30 de dezembro de 2022	LEI DELEGADA	altera dispositivos da lei delegada nº 48, de 30 de dezembro de 2022	DELEGAÇÃO
	altera dispositivos da lei delegada nº 48, de 30 de dezembro de 2022	LEI DELEGADA	altera dispositivos da lei delegada nº 48, de 30 de dezembro de 2022	DELEGAÇÃO
	institui o modelo de gestão da administração pública estadual do	LEI DELEGADA	institui o modelo de gestão da administração pública estadual do	E DÁ OUT
	modelo de gestão (administração pública estadual do	LEI DELEGADA	modelo de gestão da administração pública estadual do	E DÁ OUT
	modelo de gestão (administração pública estadual do	LEI DELEGADA	define as áreas, os meios e as formas de atuação do poder executivo	ALAGOAS
	modelo de gestão (administração pública estadual do	LEI DELEGADA	define as áreas, os meios e as formas de atuação do poder executivo	ALAGOAS
	conselho estadual de segurança pública	LEI DELEGADA	altera a denominação do conselho estadual de justiça e segurança	E SUAS CO
	previdência (comitê gestor do fundo previdenciário do estado de alagoas)	LEI DELEGADA	cria o comitê gestor do fundo previdenciário do estado de alagoas	OVIEDÊN
	dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação	LEI COMPLEMENTAR	dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação	ORMEDE
	institui no âmbito do ministério público do estado de alagoas – me	LEI COMPLEMENTAR	institui no âmbito do ministério público do estado de alagoas – me	EFENSIVA
	altera dispositivos da lei complementar estadual nº 7, de 18 de jul	LEI COMPLEMENTAR	altera dispositivos da lei complementar estadual nº 7, de 18 de jul	SDOUIPAGE
	estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º da constituição federal	LEI COMPLEMENTAR	estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º da constituição federal	NOVADE
	estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º da constituição federal	LEI COMPLEMENTAR	estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º da constituição federal	NOVADE
	altera a lei complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, a lei co	LEI COMPLEMENTAR	altera a lei complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, a lei co	DE 26 DE
	autoriza o poder executivo a dar tratamento igualitário aos ser	LEI COMPLEMENTAR	autoriza o poder executivo a dar tratamento igualitário aos ser	CONTEMP

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 15, DE 22 DE	LEI COMPLEMEN	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 15, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1996 E A LEI C	4, DE 26 D
	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 50, DE 15 DE	LEI COMPLEMEN	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 50, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019, QUE DISP	A GESTOR
	ALTERA AS LEIS COMPLEMENTARES ESTADUAIS	LEI COMPLEMEN	ALTERA AS LEIS COMPLEMENTARES ESTADUAIS NºS 44, DE 13 DE JUNHO DE	DEZEMBRO
	REORGANIZA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	LEI COMPLEMEN	REORGANIZA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES	ADO DE A
	CRIA, NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS, A	LEI COMPLEMEN	CRIA, NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS, A CÂMARA DE PREVENÇÃO E RE	POCURADE
	REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	LEI COMPLEMEN	INSTITUI REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR, NO ÂMBITO DO ESTAD	IXA O LIM
	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 160, DE 07	LEI COMPLEMEN	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 160, DE 07.08.2017, PARA PERMITIR A RE	ADÓSBEN
	INSTITUI O MARCO LEGAL DAS STARTUPS E DO	LEI COMPLEMEN	INSTITUI O MARCO LEGAL DAS STARTUPS E DO EMPREENDEDORISMO INOVA	ENTRADA
	INSTITUI O ESTATUTO NACIONAL DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE	LEI COMPLEMEN	INSTITUI O ESTATUTO NACIONAL DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQ	RA DISPOS
	RESPONSABILIDADE FISCAL	LEI COMPLEMEN	ESTABELECE NORMAS DE FINANÇAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A RESPONSA	ÇÃO FISCAL
	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS	INSTRUÇÃO	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA APLICAÇÃO E	3.07.2019
	DISPÕE SOBRE A DISPENSA DO PAGAMENTO DO IMPOSTO	INSTRUÇÃO	DISPÕE SOBRE A DISPENSA DO PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRI	S AUTOMO
	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS	INSTRUÇÃO	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS NO PROCESSO D	SEMPRE
	ANEXO 1 - LISTAGEM DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS	FORMULÁRIO	ANEXO 1 - LISTAGEM DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS - ANEXO 2 - EDITAL DE	ÇÃO DE
	ALTERA OS PARÁGRAFOS 2º E 3º DO ART. 63 DA	EMENDA CON	ALTERA OS PARÁGRAFOS 2º E 3º DO ART. 63 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO	STANDARD
	ALTERA O INCISO XVI DO ART. 40 DA CONSTITUIÇÃO	EMENDA CON	ALTERA O INCISO XVI DO ART. 40 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS	DAS DISPO
	DÁ NOVA REDAÇÃO AO § 1º E CRIA OS §§ 7º, 8º E 9º	EMENDA CON	DÁ NOVA REDAÇÃO AO § 1º E CRIA OS §§ 7º, 8º E 9º DO ARTIGO 244, E CRIA C	ADNOVAE
	ACRESCENTA O ART. 177-A À CONSTITUIÇÃO DO	EMENDA CON	ACRESCENTA O ART. 177-A À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS, PARA AUTORIZAR A	SACROS
	ACRESCENTA AO ART. 176 DA CONSTITUIÇÃO DO	EMENDA CON	ACRESCENTA AO ART. 176 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS O § 1º	ABELECE
	APROVA O REGULAMENTO PARA AS POLÍCIAS MILITARES E CORPOS DE BOMBEIROS	DECRETO Nº	APROVA O REGULAMENTO PARA AS POLÍCIAS MILITARES E CORPOS DE	MILITARES (R-200)
	REGULAMENTA O DISPOSTO NA LEI Nº 12.815, DE 05	DECRETO Nº	REGULAMENTA O DISPOSTO NA LEI Nº 12.815, DE 05.06.2013, E AS DEMAIS DIS	QUE REGU
	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS E AS NORMAS A	DECRETO Nº	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS E AS NORMAS A SEREM ADOTADAS PELO	REDAÇÃO
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS, CONFORME O E	MENTO S
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS, CONFORME O E	MENTO S
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS, CONFORME O E	MENTO S
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS, CONFORME O E	MENTO S

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL CONTROLADO	DECRETO Nº 3.081, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2008, QUE ESTABELECE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL CONTROLADO	MENTO SOCIAL
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL CONTROLADO	DECRETO Nº 3.081, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2008, QUE ESTABELECE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL CONTROLADO	MENTO SOCIAL
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.145, DE 22 DE JUNHO DE 2020, QUE INSTITUI O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL CONTROLADO	DECRETO Nº 70.145, DE 22 DE JUNHO DE 2020, QUE INSTITUI O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL CONTROLADO	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.145, DE 22 DE JUNHO DE 2020, QUE INSTITUI O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL CONTROLADO	STANCIAMENTO SOCIAL
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL CONTROLADO	DECRETO Nº 3.081, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2008, QUE ESTABELECE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL CONTROLADO	MENTO SOCIAL
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 4.804, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2010, A FIM DE DISPÕER SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL CONTROLADO	DECRETO Nº 4.804, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2010, A FIM DE DISPÕER SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL CONTROLADO	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 4.804, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2010, A FIM DE DISPÕER SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL CONTROLADO	ADQUIRIÇÃO DE BENS
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL CONTROLADO	DECRETO Nº 3.081, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2008, QUE ESTABELECE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL CONTROLADO	MENTO SOCIAL
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL CONTROLADO	DECRETO Nº 3.081, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2008, QUE ESTABELECE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL CONTROLADO	MENTO SOCIAL
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL CONTROLADO	DECRETO Nº 3.081, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2008, QUE ESTABELECE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL CONTROLADO	MENTO SOCIAL
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL CONTROLADO	DECRETO Nº 3.081, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2008, QUE ESTABELECE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL CONTROLADO	MENTO SOCIAL
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL CONTROLADO	DECRETO Nº 3.081, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2008, QUE ESTABELECE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL CONTROLADO	MENTO SOCIAL
	DISPÕE SOBRE OS FÉRIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÕES FISCIS	DECRETO Nº 3.081, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2008, QUE ESTABELECE	DISPÕE SOBRE OS FÉRIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÕES FISCIS	ONTOS FISCIS
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL CONTROLADO	DECRETO Nº 3.081, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2008, QUE ESTABELECE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL CONTROLADO	MENTO SOCIAL
	CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL CONTROLADO	DECRETO Nº 3.081, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2008, QUE ESTABELECE	DETERMINA A CLASSIFICAÇÃO NO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL CONTROLADO	ITO SOCIAL
	CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL CONTROLADO	DECRETO Nº 3.081, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2008, QUE ESTABELECE	DETERMINA A CLASSIFICAÇÃO NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL CONTROLADO	STANCIAMENTO SOCIAL
	DETERMINA A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL CONTROLADO	DECRETO Nº 3.081, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2008, QUE ESTABELECE	DETERMINA A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL CONTROLADO	NTO SOCIAL
	DETERMINA A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL CONTROLADO	DECRETO Nº 3.081, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2008, QUE ESTABELECE	DETERMINA A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL CONTROLADO	ITO SOCIAL
	PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL CONTROLADO NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS	DECRETO Nº 3.081, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2008, QUE ESTABELECE	INSTITUI O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL CONTROLADO NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS	DAS, E DÁ
	DECLARA SITUAÇÃO ANORMAL - CARACTERIZADA COMO ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA	DECRETO Nº 3.081, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2008, QUE ESTABELECE	DECLARA SITUAÇÃO ANORMAL - CARACTERIZADA COMO ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA	ODO O TE
	ALTERA O VALOR E OS BENEFICIÁRIOS DA VERBA DE COMODATÁRIO	DECRETO Nº 3.081, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2008, QUE ESTABELECE	ALTERA OS §§ 1º, 2º, 3º E CAPUT DO ART. 1º DO DECRETO ESTADUAL DE Nº 3.081, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2008, QUE ESTABELECE	IRO DE 20
	CREAÇÃO DO COMITÊ DE GERENCIAMENTO DE IMPACTOS E DE RECUPERAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	DECRETO Nº 3.081, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2008, QUE ESTABELECE	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO COMITÊ DE GERENCIAMENTO DE IMPACTOS E DE RECUPERAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	SE DO CO
	COMPETÊNCIA AO MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA PARA APROVAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATÁRIO	DECRETO Nº 3.081, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2008, QUE ESTABELECE	DELEGA A COMPETÊNCIA AO MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA PARA APROVAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATÁRIO	O DE CON
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 3.081, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2008, QUE ESTABELECE	DECRETO Nº 3.081, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2008, QUE ESTABELECE	ALTERA O DECRETO Nº 3.081, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2008, QUE ESTABELECE	RIZES PAR
	ESTABELECE NORMAS E DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO, A REDACÇÃO, A APROVAÇÃO E A EXECUÇÃO DO PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL CONTROLADO	DECRETO Nº 3.081, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2008, QUE ESTABELECE	ESTABELECE NORMAS E DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO, A REDACÇÃO, A APROVAÇÃO E A EXECUÇÃO DO PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL CONTROLADO	OLIDAÇÃO
	REGULAMENTO DISCIPLINAR DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	DECRETO Nº 3.081, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2008, QUE ESTABELECE	REGULAMENTO DISCIPLINAR DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	
	REGULAMENTO DE UNIFORMES DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	DECRETO Nº 3.081, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2008, QUE ESTABELECE	ALTERA O REGULAMENTO DE UNIFORMES DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	ADO PELO
	REGULAMENTA A LEI Nº 6.417, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2003, QUE INSTITUI O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL CONTROLADO	DECRETO Nº 3.081, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2008, QUE ESTABELECE	REGULAMENTA A LEI Nº 6.417, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2003, QUE INSTITUI O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL CONTROLADO	IDA DUR

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE COMANDANTES GERAIS DE POLÍCIA	DECRETO Nº 9.492, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2018	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE COMANDANTES GERAIS DE POLÍCIA	
	ALTERA O DECRETO Nº 9.492, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2018 E O DECRETO Nº 10.153, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2018, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE COMANDANTES GERAIS DE POLÍCIA	DECRETO Nº 9.492, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2018 E O DECRETO Nº 10.153, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2018	ALTERA O DECRETO Nº 9.492, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2018 E O DECRETO Nº 10.153, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2018, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE COMANDANTES GERAIS DE POLÍCIA	
	ALTERA O DECRETO Nº 2.181, DE 20 DE MARÇO DE 1997, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE COMANDANTES GERAIS DE POLÍCIA	DECRETO Nº 2.181, DE 20 DE MARÇO DE 1997	ALTERA O DECRETO Nº 2.181, DE 20 DE MARÇO DE 1997, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE COMANDANTES GERAIS DE POLÍCIA	
	REGULAMENTA O PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL, INSTITUÍDO PELA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 21, DE 20 DE MARÇO DE 2011	DECRETO Nº 9.492, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2018	REGULAMENTA O PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL, INSTITUÍDO PELA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 21, DE 20 DE MARÇO DE 2011	
	REGULAMENTA O PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À AQUISIÇÃO DE HABITACÃO PARA SERVIDORES PÚBLICOS	DECRETO Nº 9.492, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2018	REGULAMENTA O PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À AQUISIÇÃO DE HABITACÃO PARA SERVIDORES PÚBLICOS	
	ALTERA O DECRETO Nº 8.033, DE 27 DE JUNHO DE 2013, QUE REGULAMENTA O DISPOSTO NO ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 8.033, DE 27 DE JUNHO DE 2013	DECRETO Nº 8.033, DE 27 DE JUNHO DE 2013	ALTERA O DECRETO Nº 8.033, DE 27 DE JUNHO DE 2013, QUE REGULAMENTA O DISPOSTO NO ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 8.033, DE 27 DE JUNHO DE 2013	
	REGULAMENTA A COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	DECRETO Nº 9.492, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2018	ALTERA O DECRETO Nº 4.550, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2002, QUE REGULAMENTA A COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	
	REGULAMENTA O PLANO DE BENEFÍCIOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E PENSÃO DO BRASIL	DECRETO Nº 9.492, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2018	REGULAMENTA O PLANO DE BENEFÍCIOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E PENSÃO DO BRASIL	
	ALTERA O DECRETO Nº 9.847, DE 25 DE JUNHO DE 2019, QUE REGULAMENTA A LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003, PARA DISPOR SOBRE A AQUISIÇÃO DE REGISTROS	DECRETO Nº 9.847, DE 25 DE JUNHO DE 2019	ALTERA O DECRETO Nº 9.847, DE 25 DE JUNHO DE 2019, QUE REGULAMENTA A LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003, PARA DISPOR SOBRE A AQUISIÇÃO DE REGISTROS	
	DESIGNA OS MEMBROS DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS	DECRETO Nº 9.847, DE 25 DE JUNHO DE 2019	DESIGNA OS MEMBROS DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS	
	REGULAMENTA A LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003, PARA DISPOR SOBRE A AQUISIÇÃO DE REGISTROS	DECRETO Nº 9.847, DE 25 DE JUNHO DE 2019	REGULAMENTA A LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003, PARA DISPOR SOBRE A AQUISIÇÃO DE REGISTROS	
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS	DECRETO Nº 9.847, DE 25 DE JUNHO DE 2019	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS	
	CONSOLIDA ATOS NORMATIVOS EDITADOS PELO PODER EXECUTIVO FEDERAL	DECRETO Nº 9.847, DE 25 DE JUNHO DE 2019	CONSOLIDA ATOS NORMATIVOS EDITADOS PELO PODER EXECUTIVO FEDERAL	
	INSTITUI O CONSELHO DELIBERATIVO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DO TRABALHO	DECRETO Nº 9.847, DE 25 DE JUNHO DE 2019	INSTITUI O CONSELHO DELIBERATIVO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DO TRABALHO	
	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 8.875, DE 16 DE JUNHO DE 2023, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO REGISTRO DE PROFISSIONAIS DE SERVIÇOS	DECRETO Nº 9.847, DE 25 DE JUNHO DE 2019	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 8.875, DE 16 DE JUNHO DE 2023, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO REGISTRO DE PROFISSIONAIS DE SERVIÇOS	
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 35.142, DE 15 DE AGOSTO DE 2014, QUE REGULA O REGISTRO DE PROFISSIONAIS DE SERVIÇOS	DECRETO Nº 9.847, DE 25 DE JUNHO DE 2019	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 35.142, DE 15 DE AGOSTO DE 2014, QUE REGULA O REGISTRO DE PROFISSIONAIS DE SERVIÇOS	
	ESTABELECE O CALENDÁRIO DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS	DECRETO Nº 9.847, DE 25 DE JUNHO DE 2019	ESTABELECE O CALENDÁRIO DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS	
	DISPÕE SOBRE A ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO DA GRATIFICAÇÃO NATALINA	DECRETO Nº 9.847, DE 25 DE JUNHO DE 2019	DISPÕE SOBRE A ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO DA GRATIFICAÇÃO NATALINA	
	ESTABELECE A POLÍTICA DE GESTÃO PARA UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS DA FROTA PÚBLICA	DECRETO Nº 9.847, DE 25 DE JUNHO DE 2019	ESTABELECE A POLÍTICA DE GESTÃO PARA UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS DA FROTA PÚBLICA	
	DISPÕE SOBRE OS FÉRIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÕES PÚBLICAS	DECRETO Nº 9.847, DE 25 DE JUNHO DE 2019	DISPÕE SOBRE OS FÉRIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÕES PÚBLICAS	
	REGULAMENTA, NO ÂMBITO DA UNIÃO, A LEI Nº 13.675, DE 11 DE JUNHO DE 2018, PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÕES PÚBLICAS	DECRETO Nº 9.847, DE 25 DE JUNHO DE 2019	REGULAMENTA, NO ÂMBITO DA UNIÃO, A LEI Nº 13.675, DE 11 DE JUNHO DE 2018, PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÕES PÚBLICAS	
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.912, QUE DISPÕE SOBRE A AVERBAÇÃO DE SERVIÇOS	DECRETO Nº 9.847, DE 25 DE JUNHO DE 2019	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.912, QUE DISPÕE SOBRE A AVERBAÇÃO DE SERVIÇOS	
	DISPÕE SOBRE OS FÉRIADOS NACIONAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÕES PÚBLICAS	DECRETO Nº 9.847, DE 25 DE JUNHO DE 2019	DISPÕE SOBRE OS FÉRIADOS NACIONAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÕES PÚBLICAS	
	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO	DECRETO Nº 9.847, DE 25 DE JUNHO DE 2019	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO	
	ESTABELECE AS NORMAS E AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO, REDAÇÃO E IMPRESSÃO DE DOCUMENTOS	DECRETO Nº 9.847, DE 25 DE JUNHO DE 2019	ESTABELECE AS NORMAS E AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO, REDAÇÃO E IMPRESSÃO DE DOCUMENTOS	
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO Nº 9.054, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2018	OUTORGA A CIVIS E MILITARES A MEDALHA DO MÉRITO BOMBEIRO MILITAR	

Seção de Informática

Produzido por Central de Acesso aos Sistemas da PMAL

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 36.615 DE	DECRETO N. 71.978 DE	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 36.615 DE 21 DE JUNHO DE 1995, QUE REG	TADUAL N
	REGULAMENTA A CONTRATAÇÃO DE BENS E	DECRETO N. 71.174 DE	REGULAMENTA A CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E A	ADMINISTRA
	CRIA APP EM IMÓVEL DO BPMON DA PMAL	DECRETO N. 70.396 DE	CRIA A ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE EM IMÓVEL DO REGIMENTO D	ONTADO D
	APROVA AS NORMAS DO CERIMONIAL PÚBLICO	DECRETO N. 70.274 DE	APROVA AS NORMAS DO CERIMONIAL PÚBLICO E A ORDEM GERAL DE PRECI	
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENEREN	DECRETO N. 70.066 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	ÚDE PÚBLI
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENEREN	DECRETO N. 69.935 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	ÚDE PÚBLI
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENEREN	DECRETO N. 69.844 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA O ENERENTAMENTO D	SAÚDE PÚ
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENEREN	DECRETO N. 69.722 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	ÚDE PÚBLI
	MEDIDAS DE CONTINGENCIAMENTO E RACION	DECRETO N. 69.705 DE	ESTABELECE MEDIDAS DE CONTINGENCIAMENTO E RACIONALIZAÇÃO DE GA	O ESTADO
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENEREN	DECRETO N. 69.700 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	ÚDE PÚBLI
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENEREN	DECRETO N. 69.624 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	ÚDE PÚBLI
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.019	DECRETO N. 69.581 DE	ALTERA OS §§ 1º, 2º, 3º E CAPUT DO ART. 1º DO DECRETO ESTADUAL DE Nº 30	IRO DE 20
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENEREN	DECRETO N. 69.577 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	ÚDE PÚBLI
	SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO ESTADO DE A	DECRETO N. 69.541 DE	DECLARA A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO ESTADO DE ALAGOAS E INTENSIFI	RA ENFRE
	DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS TEMPORÁRIAS D	DECRETO N. 69.530 DE	DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SA	PORTÂNC
	INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENEREN	DECRETO N. 69.529 DE	INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE	IMPORTÂ
	INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENEREN	DECRETO N. 69.527 DE	INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE	IMPORTÂ
	INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENEREN	DECRETO N. 69.502 DE	INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE	IMPORTÂ
	MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA EMERG	DECRETO N. 69.501 DE	DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SA	PORTÂNC
	criação e funcionamento do Gabinete d	DECRETO N. 69.463 DE	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO GABINETE DE CRISE DA S	ÊNCIA – G
	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS REFERE	DECRETO N. 69.225 DE	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS REFERENTES À ADMINISTRAÇÃO, A ME	BOARDA
	PREVIDÊNCIA SOCIAL - TRANSIÇÃO DO SISTE	DECRETO N. 68.852 DE	DISPÕE SOBRE A REGRA DE TRANSIÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL	ESTADO D
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 6.579 DE	OUTORGA A “MEDALHA DO MÉRITO POLICIAL”	
	DISPÕE SOBRE AS INERACÕES E SANCÕES A	DECRETO N. 6.514 DE	DISPÕE SOBRE AS INERACÕES E SANCÕES ADMINISTRATIVAS AO MEIO AMBI	OPESAS
	REGULAMENTA O PLANO DE CUSTEIO DO AL	DECRETO N. 6.444 DE	REGULAMENTA O PLANO DE CUSTEIO DO AL, PREVIDÊNCIA, E DÁ OUTRAS PR	
	CONSELHO DELIBERATIVO DO AL-PREVIDÊNC	DECRETO N. 6.369 DE	DESIGNA OS MEMBROS DO CONSELHO DELIBERATIVO DO AL-PREVIDÊNCIA,	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE	DECRETO N. 5.879 DE	APROVA O REGIMENTO INTERNO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO	DETRAN/AL
	DISPÕE SOBRE O PROCESSO ADMINISTRATIVO	DECRETO N. 58.689 DE	DISPÕE SOBRE O PROCESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO	E ALAGOAS
	INSTITUI O SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES	DECRETO N. 58.688 DE	INSTITUI O SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES - SEI COMO SISTEMA OFICIAL	INSTITUI O
	REGULAMENTO DE UNIFORMES DO PROGRAMA RONDA NO BAIRRO	DECRETO N. 57.262 DE	DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO DE UNIFORMES DO PROGRAMA RONDA NO BAIRRO	DE ALAGOAS
	REGULAMENTA O PLANO DE CUSTEIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	DECRETO N. 57.140 DE	REGULAMENTA O PLANO DE CUSTEIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	DE ALAGOAS
	INSTITUI O PROGRAMA RONDA DO BAIRRO	DECRETO N. 57.008 DE	INSTITUI O PROGRAMA RONDA NO BAIRRO PARA AS AÇÕES REALIZADAS PELO	ESTADO DE
	ESTABELECE O ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA NOS DÉBITOS E PARCELAS	DECRETO N. 54.976 DE	ESTABELECE O ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA NOS DÉBITOS E PARCELAS	ENCIÁRIOS
	SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL (INTERNO)	DECRETO N. 5.483 DE	DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA	ALAGOAS, E
	REGULAMENTA AS LEIS NOS 10.048 DE 8 DE	DECRETO N. 5.296 DE	REGULAMENTA AS LEIS NOS 10.048 DE 8 DE NOVEMBRO DE 2000 QUE DÁ PR	DE
	REGULAMENTA A LEI Nº 4.345 DE 07.05.1982	DECRETO N. 5.169 DE	REGULAMENTA A LEI Nº 4.345 DE 07.05.1982 QUE DISPÕE SOBRE AS PROMO	DA ATIVA
	REGULAMENTA CARACTERÍSTICAS PARA A CONCESSÃO	DECRETO N. 5.163 DE	REGULAMENTA CARACTERÍSTICAS PARA A CONCESSÃO DATAS DE CONCESSÃO	PARA PÓS
	MEDALHA (QUITORGA)	DECRETO N. 49.938 DE	QUITORGA A MEDALHA DO MÉRITO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA MILITAR ZUMBEI	S AUTORID
	REGULAMENTA NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO	DECRETO N. 48.326 DE	REGULAMENTA NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL A LEI FEDERAL	ALAGOAS
	MEDALHA (QUITORGA)	DECRETO N. 47.005 DE	RETIFICA DECRETO QUE MENCIONA	
	MEDALHA (QUITORGA)	DECRETO N. 45.245 DE	QUITORGA A CIVIS E MILITARES A MEDALHA DO MÉRITO BOMBEIRO MILITAR	
	ALTERA A TABELA DE SALÁRIOS DO PESSOAL	DECRETO N. 4.514 DE	ALTERA A TABELA DE SALÁRIOS DO PESSOAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRUTURA	ESTRUTURA
	BAIXA AS ESPECIFICAÇÕES DOS CARGOS REESTRUTURADOS	DECRETO N. 4.462 DE	BAIXA AS ESPECIFICAÇÕES DOS CARGOS REESTRUTURADOS NOS TERMOS	2.12.1977.
	LUTO OFICIAL	DECRETO N. 43.948 DE	DECRETA LUTO OFICIAL EM VIRTUDE DO FALLECIMENTO DOS MILITARES DO E	S Maj. BM
	MEDALHA (QUITORGA)	DECRETO N. 43.936 DE	QUITORGA A CIVIS E MILITARES A MEDALHA DO MÉRITO DA DEFESA CIVIL ES	
	ALTERA DISPOSITIVOS QUE MENCIONA DO DE	DECRETO N. 4.292 DE	ALTERA DISPOSITIVOS QUE MENCIONA DO DECRETO Nº 2.468 DE 02.12.1974	S DA
	APROVA O ESTATUTO DO SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO DO AL-PRVIDÊNCIA	DECRETO N. 4.265 DE	APROVA O ESTATUTO DO SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO DO AL-PRVIDÊNCIA	ESTADUAL
	QUADRO ORGANIZACIONAL	DECRETO N. 4.222 DE	MODIFICA OS QUADROS DE ORGANIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO	VADOS P
	ALTERA A DENOMINAÇÃO DA 3ª COMPANHIA	DECRETO N. 4.221 DE	ALTERA A DENOMINAÇÃO DA 3ª COMPANHIA DO 8º BATALHÃO DE POLÍCIA MIL	ANHIA DE
	MEDALHA (QUITORGA)	DECRETO N. 41.430 DE	QUITORGA A MEDALHA DO MÉRITO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA MILITAR ZUMBEI	S AUTORID
	DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 2º DA LEI DELEGADA Nº 42 DE 14 DE MAIO DE	DECRETO N. 4.140 DE	DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 2º DA LEI DELEGADA Nº 42 DE 14 DE MAIO DE	LEGISLAÇÃO
	ESTABELECIMENTO PRISIONAL DA POLÍCIA MILITAR	DECRETO N. 41.375 DE	DENOMINA "MAJOR JOÃO KYLLDERIS CARDOSO MOREIRA" O ESTABELECIME	POLÍCIA MI

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI O SISTEMA ESTADUAL DE GESTÃO DE PASSAGENS - SGP NO ÂMBITO DO GOV. DO ES	DECRETO N. 4.136 DE	INSTITUI O SISTEMA ESTADUAL DE GESTÃO DE PASSAGENS - SGP NO ÂMBITO DO GOV. DO ES	
	REGULAMENTA O FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE	DECRETO N. 4.127 DE	REGULAMENTA O FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE	
	INSTITUI O REGULAMENTO DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL DA PROCURADORIA	DECRETO N. 4.125 DE	INSTITUI O REGULAMENTO DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL DA PROCURADORIA	
	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS	DECRETO N. 40 DE	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS	
	COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ES	DECRETO N. 40.941 DE	DESIGNA OS MEMBROS DO COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ES	
	CREAÇÃO DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA (BO) DA POLÍCIA MILITAR DO ES	DECRETO N. 407 DE	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA (BO) DA POLÍCIA MILITAR DO ES	
	REGULAMENTA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS AO SERVIDOR MILITAR DO ESTADO	DECRETO N. 4.077 DE	REGULAMENTA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS AO SERVIDOR MILITAR DO ESTADO	
	REGULAMENTA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS	DECRETO N. 4.076 DE	REGULAMENTA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS	
	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE ARMAZENAMENTO DE ARMA	DECRETO N. 4.073 DE	REGULAMENTA A LEI Nº 8.159 DE 8 DE JANEIRO DE 1991 QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE ARMAZENAMENTO DE ARMA	
	REGULAMENTA A LEI 6.971 DE 5 DE AGOSTO DE 2008 QUE INSTITUI O PORTA	DECRETO N. 4.049 DE	REGULAMENTA A LEI 6.971 DE 5 DE AGOSTO DE 2008 QUE INSTITUI O PORTA	
	ADMINISTRAÇÃO DO CANAL ADUTOR DO CANAL DO SERTÃO	DECRETO N. 40.183 DE	DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO CANAL ADUTOR DO CANAL DO SERTÃO	
	COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ES	DECRETO N. 40.054 DE	CONSTITUI COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ES	
	DISCIPLINA A DISPOSIÇÃO DE POLICIAIS CIVIS E MILITARES NA SEGURANÇA	DECRETO N. 3.987 DE	DISCIPLINA A DISPOSIÇÃO DE POLICIAIS CIVIS E MILITARES NA SEGURANÇA	
	COMITÊ DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS AGRÁRIOS	DECRETO N. 39.672 DE	DESIGNA OS NOVOS MEMBROS DO COMITÊ DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS AGRÁRIOS	
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (PODER EXECUTIVO)	DECRETO N. 37.978 DE	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 37.609 DE 1º DE JANEIRO DE 2015 QUE DIS	
	DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES	DECRETO N. 37.615 DE	DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES	
	SEGURANÇA DAS AUTORIDADES REPRESENTATIVAS	DECRETO N. 37.611 DE	DETERMINA O RETORNO DOS POLICIAIS MILITARES À CORPORACÃO E ADO	
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (PODER EXECUTIVO)	DECRETO N. 37.609 DE	DISPÕE SOBRE ORGANIZAÇÃO, ATRIBUIÇÕES E FUNCIONAMENTO DA ADMIN	
	MOVIMENTAÇÃO (OFICIAIS E PRACAS)	DECRETO N. 37.372 DE	ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTIGOS 7º, 8º, 9º e 25 DO REGULAMENTO PARA MO	
	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO DECRETO N. 37.143 DE	DECRETO N. 37.143 DE	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO DECRETO N. 37.119 DE 18/3/1997 (ESTABE	
	ESTABELECE NORMAS RELATIVAS À CONCESSÃO DE ADIANTAMENTO DE NUL	DECRETO N. 37.119 DE	ESTABELECE NORMAS RELATIVAS À CONCESSÃO DE ADIANTAMENTO DE NUL	
	APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA	DECRETO N. 3.700 DE	APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA	
	REGULAMENTA O SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO POLICIAL MILITAR E DÁ OUTR	DECRETO N. 35.718 DE	REGULAMENTA O SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO POLICIAL MILITAR E DÁ OUTR	
	COMISSÃO MISTA ESPECIAL (DIAGNÓSTICO E REFORMA) DO SISTEMA DE	DECRETO N. 35.707 DE	CONSTITUI COMISSÃO MISTA ESPECIAL PARA O FIM QUE MENCIONA	
	GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA – GGI	DECRETO N. 3.566 DE	DISPÕE SOBRE A REORGANIZAÇÃO DO GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA D	
	DETERMINA O RETORNO DOS SERVIDORES MILITARES À CORPORACÃO DA P	DECRETO N. 3.545 DE	DETERMINA O RETORNO DOS SERVIDORES MILITARES À CORPORACÃO DA P	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	criação do serviço voluntário remunerado	DECRETO N. 35.142 DE	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.581 DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014, QUE	
	DISPÕE SOBRE A CESSÃO DE SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	DECRETO N. 34.899 DE	DISPÕE SOBRE A CESSÃO DE SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, IND	
	DISPÕE SOBRE AS NORMAS PROCEDIMENTAIS A SEREM ADOTADAS PELOS	DECRETO N. 33.870 DE	DISPÕE SOBRE AS NORMAS PROCEDIMENTAIS A SEREM ADOTADAS PELOS	
	DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DA PUBLICIDADE DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES	DECRETO N. 33.861 DE	DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DA PUBLICIDADE DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES	
	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	DECRETO N. 33.328 DE	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 3.700 DE 31 DE AGOSTO DE 2007, QUE AP	
	REGULAMENTA A LEI Nº 9.786 DE 08.02.1999	DECRETO N. 33.182 DE	REGULAMENTA A LEI Nº 9.786 DE 08.02.1999, QUE DISPÕE SOBRE O ENSINO	
	GABINETE MILITAR (REGIMENTO INTERNO)	DECRETO N. 31.762 DE	DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DO GABINETE MILITAR	
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (VERBA	DECRETO N. 30.019 DE	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE VERBA PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORME AO	
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (VERBA	DECRETO N. 30.018 DE	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE VERBA DE ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES	
	licitação (sistema de registro de preços)	DECRETO N. 29.342 DE	REGULAMENTA O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, PREVISTO NO ART. 15	
	COMITÊ INTEGRADO PARA A REDUÇÃO DA MOR	DECRETO N. 29.273 DE	DESIGNA OS MEMBROS DO COMITÊ QUE MENCIONA	
	ALTERA O ANEXO ÚNICO DO DECRETO ESTAD	DECRETO N. 29.258 DE	ALTERA O ANEXO ÚNICO DO DECRETO ESTADUAL Nº 25.212 DE 6 DE MARÇO	
	NÚCLEO ESPECIAL DE PREVENÇÃO E COMBATE	DECRETO N. 28.537 DE	DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO ESPECIAL DE PREVENÇÃO E COM	
	NÚCLEO ESPECIAL DE PREVENÇÃO E COMBATE	DECRETO N. 28.407 DE	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO NÚCLEO ESPECIAL DE PREVENÇÃO E COM	
	BEBIDA ALCOÓLICA (PROIBIÇÃO PARA MENOR	DECRETO N. 27.039 DE	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.329 DE 5 DE JANEIRO DE 2012, QUE PRO	
	DISPÕE SOBRE O ACESSO A INFORMAÇÕES E	DECRETO N. 26.320 DE	DISPÕE SOBRE O ACESSO A INFORMAÇÕES PÚBLICAS DE QUE TRATA A LEI	
	SERVIÇO DE EMERGÊNCIA (RESSARCIMENTO	DECRETO N. 25.649 DE	INSTITUI GRUPO ESPECIAL DE TRABALHO INTERDISCIPLINAR PARA O FIM	
	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.335 DE	DECRETO N. 25.212 DE	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.335 DE 3 DE ABRIL DE 2012, QUE ESTAB	
	FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	DECRETO N. 24.647 DE	DESIGNA OS MEMBROS DO FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	
	CÓDIGO DE ÁGUAS	DECRETO N. 24.643 DE	INSTITUI O CÓDIGO DE ÁGUAS	
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 24.605 DE	OUTORGA A MEDALHA DO MÉRITO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA MILITAR ZULME	
	CONCURSO PÚBLICO 2012 (COMISSÃO MISTA	DECRETO N. 24.505 DE	ALTERA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO MISTA ORGANIZADORA DO CONCURS	
	ESTADO DE URGÊNCIA EM TODOS OS ÓRGÃOS	DECRETO N. 24.129 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO DECRETO EST	
	SEGURANÇA INDIVIDUALIZADA DE AUTORIDADE	DECRETO N. 23.617 DE	ALTERA O ART. 1º DO DECRETO ESTADUAL Nº 8.700 DE 4 DE NOVEMBRO DE	
	REGULAMENTO DE PROMOÇÃO DOS OFICIAIS	DECRETO N. 23.356 DE	APROVA O REGULAMENTO DE PROMOÇÃO DOS OFICIAIS E GRADUADOS DA	
	ESTABELECE AS NORMAS RELATIVAS À CONDI	DECRETO N. 23.532 DE	ESTABELECE AS NORMAS RELATIVAS À CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE EL	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	CONCURSO PÚBLICO 2012 (COMISSÃO MISTA	DECRETO N. 23.198 DE	DESIGNA MEMBROS DA COMISSÃO MISTA ORGANIZADORA DO CONCURSO P	DA SECRE
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 17.760 DE	DECRETO N. 23.086 DE	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 17.760 DE 16 DE JANEIRO DE 2012 QUE R	SE ATORR
	CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE DEFESA SOC	DECRETO N. 21.454 DE	AUTORIZA A SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL EM PARCERIA CO	S DE GEST
	GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA DE SEGUIE	DECRETO N. 20.786 DE	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA DE S	A ESTADUA
	ESTADO DE URGÊNCIA EM TODOS OS ÓRGÃO	DECRETO N. 20.785 DE	DECRETA ESTADO DE URGÊNCIA EM TODOS OS ÓRGÃOS QUE COMPÕEM O S	ANÇA PÚBLI
	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE ALAGOAS (REGIMENTO	DECRETO N. 19.033 DE	DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS I	AGOAS.
	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRI	DECRETO N. 18.512 DE	DESIGNA OS NOVOS MEMBROS DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA	ESCENTE
	ESTABELECE O VALOR DAS HORAS/AULAS PA	DECRETO N. 1.846 DE	ESTABELECE O VALOR DAS HORAS/AULAS PARA O EXERCÍCIO DE REGÊNCIA	DO DEFEI
	CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEÇOAMENT	DECRETO N. 1.818 DE	APROVA O REGULAMENTO DO CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEÇOAMENT	
	GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR (INTERNO)	DECRETO N. 1.806 DE	APROVA O REGIMENTO INTERNO DO GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR. (pelo Decreto n. 4.126 de 8.4.2009.)	
	ACUMULAÇÃO (CARGOS, FUNÇÕES E EMPRE	DECRETO N. 1.787 DE	ALTERA OS ARTIGOS 6º E 7º DO DECRETO Nº 38.382 DE 11 DE MAIO DE 2000	E A ACUMU
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (APRESE	DECRETO N. 17.760 DE	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.313 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011 DISP	SSÃO DE
	CONSELHO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE ALAC	DECRETO N. 1.756 DE	APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE	N-AL.
	CONCURSO PÚBLICO 2012 (COMISSÃO MISTA	DECRETO N. 17.528 DE	CONSTITUI COMISSÃO MISTA ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO NO Â	RIA DE ES
	COMITÊ INTEGRADO DE SEGURANÇA NO TRÂ	DECRETO N. 17.450 DE	DESIGNA OS MEMBROS DO COMITÊ INTEGRADO DE SEGURANÇA NO TRÂNSI	
	CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO	DECRETO N. 17.439 DE	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.294 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011	
	TRAMITAÇÃO DE PROCESSO PARA REALIZA	DECRETO N. 15.877 DE	INSTITUI O REGULAMENTO PARA TRAMITAÇÃO DE PROCESSO PARA REALIZA	PÚBLICO
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 15.360 DE	OUTORGA A MEDALHA DO MÉRITO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA MILITAR "	ES".
	ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR SENADOR AR	DECRETO N. 1.459 DE	APROVA O REGULAMENTO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR SENADOR ARN	SAM.
	REGULAMENTA A MODALIDADE DE LICITAÇÃO	DECRETO N. 1.424 DE	REGULAMENTA A MODALIDADE DE LICITAÇÃO DENOMINADA PREGÃO E SUA	PRIMAÇÃO
	QUADRO ORGANIZACIONAL	DECRETO N. 1.406 DE	APROVA OS QUADROS DE ORGANIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO D	
	DISPÕE SOBRE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	DECRETO N. 12.624 DE	DISPÕE SOBRE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POSTAIS E DE TELEGRAMA NO	AL E PARA
	APROVA A ESTRUTURA REGIMENTAL E O QU	DECRETO N. 12.540 DE	APROVA A ESTRUTURA REGIMENTAL E O QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CA	A FUNDO
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROTE	DECRETO N. 12.439 DE	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E MANEJO POPULACIONAL	ATOS E O
	REGULAMENTA O EXERCÍCIO DO PODER DE	DECRETO N. 12.373 DE	REGULAMENTA O EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA DA FUNDAÇÃO NACION	ENAS.
	INSTITUI O PROGRAMA MAIS PROFESSORES	DECRETO N. 12.358 DE	INSTITUI O PROGRAMA MAIS PROFESSORES PARA O BRASIL – MAIS PROFES	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	REGULAMENTA A LEI Nº 13.060, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014, PARA DISCIPLINAR O REGIME DE PRISÃO PREVENTIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	DECRETO N.º 12.341, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.	REGULAMENTA A LEI Nº 13.060, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014, PARA DISCIPLINAR O REGIME DE PRISÃO PREVENTIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
	CONCEDE INDULTO NATALINO E COMUTACÃO DE PENA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	DECRETO N.º 12.338, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.	CONCEDE INDULTO NATALINO E COMUTACÃO DE PENA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
	DISPÕE SOBRE O SERVIÇO MILITAR INICIAL E FEMININO.	DECRETO N.º 12.154, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.	DISPÕE SOBRE O SERVIÇO MILITAR INICIAL E FEMININO.	
	REGULAMENTA O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, INSTITUÍDO PELA LEI Nº 14.601, DE 2023, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	DECRETO N.º 12.064, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.	REGULAMENTA O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, INSTITUÍDO PELA LEI Nº 14.601, DE 2023, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
	DISPÕE SOBRE A ANTECIPACÃO DO ABONO ANUAL DEVIDO AOS SEGURADOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO BRASIL.	DECRETO N.º 11.947, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.	DISPÕE SOBRE A ANTECIPACÃO DO ABONO ANUAL DEVIDO AOS SEGURADOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO BRASIL.	
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROCESSO ELETRÔNICO.	DECRETO N.º 11.946, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROCESSO ELETRÔNICO.	
	ALTERA O DECRETO Nº 11.514, DE 1º DE MAIO DE 2023, QUE INSTITUI GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL PARA A ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.	DECRETO N.º 11.881, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.	ALTERA O DECRETO Nº 11.514, DE 1º DE MAIO DE 2023, QUE INSTITUI GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL PARA A ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.	
	ALTERA O DECRETO Nº 11.722, DE 28 DE SETEMBRO DE 2023, QUE DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DA JUVENTUDE.	DECRETO N.º 11.880, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.	ALTERA O DECRETO Nº 11.722, DE 28 DE SETEMBRO DE 2023, QUE DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DA JUVENTUDE.	
	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DA JUVENTUDE.	DECRETO N.º 11.833, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DA JUVENTUDE.	
	INSTITUI A COMISSÃO GESTORA DO SISTEMA INTEGRADO DE COMÉRCIO EXTERNO.	DECRETO N.º 11.831, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.	INSTITUI A COMISSÃO GESTORA DO SISTEMA INTEGRADO DE COMÉRCIO EXTERNO.	
	INSTITUI A ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.	DECRETO N.º 11.822, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.	INSTITUI A ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.	
	DISPÕE SOBRE OS PRINCÍPIOS, OS OBJETIVOS, OS EIXOS ESTRATÉGICOS E AS AÇÕES DE ATENDIMENTO ÀS CÍVILIS DA GUERRA.	DECRETO N.º 11.821, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.	DISPÕE SOBRE OS PRINCÍPIOS, OS OBJETIVOS, OS EIXOS ESTRATÉGICOS E AS AÇÕES DE ATENDIMENTO ÀS CÍVILIS DA GUERRA.	
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR E DISPÕE SOBRE O CONCURSO PÚBLICO NACIONAL UNIFICADO E INSTITUI SEU REGIME DE TRABALHO.	DECRETO N.º 11.820, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR E DISPÕE SOBRE O CONCURSO PÚBLICO NACIONAL UNIFICADO E INSTITUI SEU REGIME DE TRABALHO.	
	DISPÕE SOBRE O CONCURSO PÚBLICO NACIONAL UNIFICADO E INSTITUI SEU REGIME DE TRABALHO.	DECRETO N.º 11.722, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.	DISPÕE SOBRE O CONCURSO PÚBLICO NACIONAL UNIFICADO E INSTITUI SEU REGIME DE TRABALHO.	
	REGULAMENTA A LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003, PARA ESTABELECER O REGIME DE TRABALHO INTERMINISTERIAL PARA A ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.	DECRETO N.º 11.615, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.	REGULAMENTA A LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003, PARA ESTABELECER O REGIME DE TRABALHO INTERMINISTERIAL PARA A ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.	
	REVOGA O DECRETO Nº 10.004, DE 05 DE 09 DE 2019, QUE INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE ATENDIMENTO ÀS CÍVILIS DA GUERRA.	DECRETO N.º 11.611, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.	REVOGA O DECRETO Nº 10.004, DE 05 DE 09 DE 2019, QUE INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE ATENDIMENTO ÀS CÍVILIS DA GUERRA.	
	INSTITUI GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL PARA A ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.	DECRETO N.º 11.514, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.	INSTITUI GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL PARA A ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.	
	PROMULGA A CONVENÇÃO SOBRE O CRIME CIBERNÉTICO, FIRMADA PELA BRASILEIRA DO BRASIL.	DECRETO N.º 11.491, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.	PROMULGA A CONVENÇÃO SOBRE O CRIME CIBERNÉTICO, FIRMADA PELA BRASILEIRA DO BRASIL.	
	INSTITUI O GRUPO DE TRABALHO SOBRE A AVALIAÇÃO BIOPSICOSSOCIAL LINGUAGEM NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO.	DECRETO N.º 11.487, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.	INSTITUI O GRUPO DE TRABALHO SOBRE A AVALIAÇÃO BIOPSICOSSOCIAL LINGUAGEM NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO.	
	INSTITUI O GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL COM A FINALIDADE DE ELABORAR E ATUALIZAR O PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.	DECRETO N.º 11.485, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.	INSTITUI O GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL COM A FINALIDADE DE ELABORAR E ATUALIZAR O PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.	
	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A EVOLUÇÃO DO SISTEMA BRASILEIRO DE PROTEÇÃO E DEFESA DE DADOS PESSOAIS.	DECRETO N.º 11.484, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A EVOLUÇÃO DO SISTEMA BRASILEIRO DE PROTEÇÃO E DEFESA DE DADOS PESSOAIS.	
	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA.	DECRETO N.º 11.483, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA.	
	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL.	DECRETO N.º 11.482, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL.	
	ALTERA O DECRETO Nº 8.750, DE 09 DE 05 DE 2016, QUE INSTITUI O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS.	DECRETO N.º 11.481, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.	ALTERA O DECRETO Nº 8.750, DE 09 DE 05 DE 2016, QUE INSTITUI O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS.	
	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS.	DECRETO N.º 11.480, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS.	
	ALTERA O DECRETO Nº 9.579, DE 22 DE 11 DE 2018, PARA DISPOR SOBRE O DIREITO DE ACESSO ÀS CÍVILIS DA GUERRA.	DECRETO N.º 11.479, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.	ALTERA O DECRETO Nº 9.579, DE 22 DE 11 DE 2018, PARA DISPOR SOBRE O DIREITO DE ACESSO ÀS CÍVILIS DA GUERRA.	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI A COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE	DECRETO N. 11.440 DE	INSTITUI A COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE	
	REGULAMENTA A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.162 DE 14.02.2023 QUE DISPÕE	DECRETO N. 11.439 DE	REGULAMENTA A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.162 DE 14.02.2023 QUE DISPÕE	A MINHA C
	REGULAMENTA A LEI Nº 11.530 DE 24.10.2007 PARA ESTABELECE	DECRETO N. 11.436 DE	REGULAMENTA A LEI Nº 11.530 DE 24.10.2007 PARA ESTABELECE	AÚBEXECO
	INSTITUI O PROGRAMA MULHER VIVER SEM VIO	DECRETO N. 11.431 DE	INSTITUI O PROGRAMA MULHER VIVER SEM VIO	
	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	DECRETO N. 11.226 DE	DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTS. 2º E 5º DA LEI DELEGADA Nº 42 DE 14 DE MAIO	RA A DEN
	DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTS. 2º E 5º DA LEI	DECRETO N. 11.226 DE	DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTS. 2º E 5º DA LEI DELEGADA Nº 42 DE 14 DE MAIO	FASE DEN
	ELINDO ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	DECRETO N. 11.225 DE	DÁ NOVA REDAÇÃO AO CAPUT E § 1º DO ART. 7º DA LEI ESTADUAL Nº 7.012 DE	DE 2008, C
	ALTERA O DECRETO Nº 6.268 DE 22.11.2007 QUE REGULAMENTA A LEI Nº 9.998	DECRETO N. 11.130 DE	ALTERA O DECRETO Nº 6.268 DE 22.11.2007 QUE REGULAMENTA A LEI Nº 9.998	UESSEBPE
	REGULAMENTA A LEI Nº 12.846 DE 01.08.2013 QUE DISPÕE SOBRE A RESPON	DECRETO N. 11.129 DE	REGULAMENTA A LEI Nº 12.846 DE 01.08.2013 QUE DISPÕE SOBRE A RESPON	DISTRATOSV
	DELEGA COMPETÊNCIA PARA A PRÁTICA DE	DECRETO N. 11.123 DE	DELEGA COMPETÊNCIA PARA A PRÁTICA DE ATOS ADMINISTRATIVOS, DISCIPLI	
	ALTERA O DECRETO Nº 9.489 DE 30.08.2018 PARA DISPOR SOBRE O PROGRA	DECRETO N. 11.107 DE	ALTERA O DECRETO Nº 9.489 DE 30.08.2018 PARA DISPOR SOBRE O PROGRA	UNIDADE
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROMO	DECRETO N. 11.106 DE	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DO	SOOSIPR
	CRIA A ORDEM DO MÉRITO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	DECRETO N. 11.089 DE	CRIA A ORDEM DO MÉRITO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	
	ALTERA O DECRETO Nº 6.514 DE 22.07.2008 PARA DISPOR SOBRE AS INERAC	DECRETO N. 11.080 DE	ALTERA O DECRETO Nº 6.514 DE 22.07.2008 PARA DISPOR SOBRE AS INERAC	MINISTRA
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL PARA RECUPERAÇÃO DAS APRENDIZAGENS	DECRETO N. 11.079 DE	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL PARA RECUPERAÇÃO DAS APRENDIZAGENS	CA.
	COMITÊ DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS AGRÁRIOS	DECRETO N. 11.054 DE	INSTITUI O COMITÊ DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS AGRÁRIOS	
	ALTERA O DECRETO Nº 4.074 DE 04.01.2002 PARA DISPOR SOBRE O ENVASE	DECRETO N. 11.040 DE	ALTERA O DECRETO Nº 4.074 DE 04.01.2002 PARA DISPOR SOBRE O ENVASE	E AFINS.
	REGULAMENTA O § 1º DO ART. 7º DA LEI Nº 9.613 DE 03.03.1998 PARA ESTAB	DECRETO N. 11.008 DE	REGULAMENTA O § 1º DO ART. 7º DA LEI Nº 9.613 DE 03.03.1998 PARA ESTAB	CODECBA
	REGULAMENTA A LEI Nº 9.998 DE 17.08.2000 QUE INSTITUI O FUNDO DE UNIV	DECRETO N. 11.004 DE	REGULAMENTA A LEI Nº 9.998 DE 17.08.2000 QUE INSTITUI O FUNDO DE UNIV	SERVIÇOS
	INSTITUI A ESTRATÉGIA FEDERAL DE INCENTIVO AO USO DE BIOMASSA E BIOM	DECRETO N. 11.003 DE	INSTITUI A ESTRATÉGIA FEDERAL DE INCENTIVO AO USO DE BIOMASSA E BIOM	
	REGULAMENTA A LEI Nº 13.954 DE 16.12.2019 E A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 22	DECRETO N. 11.002 DE	REGULAMENTA A LEI Nº 13.954 DE 16.12.2019 E A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 22	PARADIS
	INSTITUI O PLANO NACIONAL DE FERTILIZANTES 2022-2050 E O CONSELHO N	DECRETO N. 10.991 DE	INSTITUI O PLANO NACIONAL DE FERTILIZANTES 2022-2050 E O CONSELHO N	ZANTES E
	REGULAMENTA O PROCEDIMENTO DE RESSARCIMENTO À UNIÃO DE RECURSOS	DECRETO N. 10.990 DE	REGULAMENTA O PROCEDIMENTO DE RESSARCIMENTO À UNIÃO DE RECURSOS	EDATAU20
	REGULAMENTA A LEI Nº 14.214 DE 06.10.2021 QUE INSTITUI O PROGRAMA DE	DECRETO N. 10.989 DE	REGULAMENTA A LEI Nº 14.214 DE 06.10.2021 QUE INSTITUI O PROGRAMA DE	MOÇÃO DA
	INSTITUI A ESTRATÉGIA NACIONAL DE EMPREENDEDORISMO FEMININO - BR	DECRETO N. 10.988 DE	INSTITUI A ESTRATÉGIA NACIONAL DE EMPREENDEDORISMO FEMININO - BR	COMITÊ D
	INSTITUI O PROGRAMA MÃES DO BRASIL	DECRETO N. 10.987 DE	INSTITUI O PROGRAMA MÃES DO BRASIL	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO DA RESERVA DA AERONÁUTICA	DECRETO N. 10.986 DE 10.986 DE	DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO DA RESERVA DA AERONÁUTICA	
	PROMULGA AS EMENDAS AOS ANEXOS DA CONVENÇÃO INTERNACIONAL PA	DECRETO N. 10.984 DE 10.984 DE	PROMULGA AS EMENDAS AOS ANEXOS DA CONVENÇÃO INTERNACIONAL PA	
	CRIA A MEDALHA DO SERVIÇO MILITAR E ALTERA O DECRETO Nº 40.556 DE 1	DECRETO N. 10.981 DE 10.981 DE	CRIA A MEDALHA DO SERVIÇO MILITAR E ALTERA O DECRETO Nº 40.556 DE 1	
	DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE REUTILIZAÇÃO DE BENS MÓVEIS - REMOBI	DECRETO N. 109.405 DE 109.405 DE	DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE REUTILIZAÇÃO DE BENS MÓVEIS - REMOBI	
	DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DOS VALORES ESTABELECIDOS NA LEI Nº 14	DECRETO N. 10.922 DE 10.922 DE	DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DOS VALORES ESTABELECIDOS NA LEI Nº 14	
	PRORROGA A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO EXTRAORDINÁRIO DESTINADO ÀS	DECRETO N. 10.919 DE 10.919 DE	PRORROGA A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO EXTRAORDINÁRIO DESTINADO ÀS	
	INSTITUI O PLANO NACIONAL DE ENERENTAMENTO AO FEMINICÍDIO	DECRETO N. 10.906 DE 10.906 DE	INSTITUI O PLANO NACIONAL DE ENERENTAMENTO AO FEMINICÍDIO	
	REGULAMENTA O PROGRAMA ALIMENTA BRASIL INSTITUÍDO PELO A MEDIDA P	DECRETO N. 10.880 DE 10.880 DE	REGULAMENTA O PROGRAMA ALIMENTA BRASIL INSTITUÍDO PELO A MEDIDA P	
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE CRESCIMENTO VERDE	DECRETO N. 10.846 DE 10.846 DE	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE CRESCIMENTO VERDE	
	ALTERA O DECRETO N. 10.177 DE 16.12.2019 QUE DISPÕE SOBRE O CONSEL	DECRETO N. 10.841 DE 10.841 DE	ALTERA O DECRETO N. 10.177 DE 16.12.2019 QUE DISPÕE SOBRE O CONSEL	
	CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE DEFESA SOCIAL	DECRETO N. 10.812 DE 10.812 DE	ESTIMULA A CRIAÇÃO DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE DEFESA SOCIAL	
	DESIGNA OS MEMBROS DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇ	DECRETO N. 107.466 DE 107.466 DE	DESIGNA OS MEMBROS DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇ	
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE ENERENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONT	DECRETO N. 10.701 DE 10.701 DE	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE ENERENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONT	
	INSTITUI O GRUPO DE APOIO A DESASTRES NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DO D	DECRETO N. 10.689 DE 10.689 DE	INSTITUI O GRUPO DE APOIO A DESASTRES NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DO D	
	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ANTECIPACÃO DE REMUNERAÇÃO MENSAL	DECRETO N. 106.823 DE 106.823 DE	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ANTECIPACÃO DE REMUNERAÇÃO MENSAL	
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉ	DECRETO N. 10.674 DE 10.674 DE	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉ	
	DESIGNA A AUTORIDADE CENTRAL FEDERAL DE QUE TRATA A LEI Nº 13.812	DECRETO N. 10.622 DE 10.622 DE	DESIGNA A AUTORIDADE CENTRAL FEDERAL DE QUE TRATA A LEI Nº 13.812	
	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO D	DECRETO N. 106.093 DE 106.093 DE	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO D	
	REGULAMENTA O REALISTE DE PREÇOS NOS CONTRATOS DA ADMINISTRAÇ	DECRETO N. 1.054 DE 1.054 DE	REGULAMENTA O REALISTE DE PREÇOS NOS CONTRATOS DA ADMINISTRAÇ	
	CONSTITUI COMISSÃO MISTA ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO NO Â	DECRETO N. 105.357 DE 105.357 DE	CONSTITUI COMISSÃO MISTA ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO NO Â	
	PROIBIÇÃO DE ANIMAIS EM EXIBIÇÕES CÍRC	DECRETO N. 10.513 DE 10.513 DE	REGULAMENTA A LEI Nº 7.173 DE 7 DE JULHO DE 2010 QUE DISPÕE SOBRE A	
	REGULAMENTA A REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS EM SAÚDE A QUE DEVEM SE SI	DECRETO N. 101.743 DE 101.743 DE	REGULAMENTA A REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS EM SAÚDE A QUE DEVEM SE SI	
	DISPÕE SOBRE A COMISSÃO DE GESTÃO DE COORDENACÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE DOCI	DECRETO N. 10.148 DE 10.148 DE	INSTITUI A COMISSÃO DE COORDENACÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE DOCI	
	DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENT	DECRETO N. 101.094 DE 101.094 DE	DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENT	
	DISPÕE SOBRE A ANTECIPACÃO DO PAGAMENTO DA GRATIFICAÇÃO NATALIN	DECRETO N. 100.550 DE 100.550 DE	DISPÕE SOBRE A ANTECIPACÃO DO PAGAMENTO DA GRATIFICAÇÃO NATALIN	
	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO D	DECRETO N. 100.540 DE 100.540 DE	DISPÕE SOBRE OS FERIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO D	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	APROVA O REGULAMENTO DE PRODUTOS	DECRETO N. 10.030 DE	APROVA O REGULAMENTO DE PRODUTOS CONTROLADOS	
	REORGANIZA AS POLÍCIAS MILITARES E OS CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	DECRETO-LEI N. 6.259, DE 1966	REORGANIZA AS POLÍCIAS MILITARES E OS CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	OS TERRITÓRIOS
	DISPÕE SOBRE O SERVIÇO DE LOTERIAS	DECRETO-LEI N. 3.689, DE 1966	DISPÕE SOBRE O SERVIÇO DE LOTERIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	DECRETO-LEI N. 3.688, DE 1966	INSTITUI O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	
	LEI DAS CONTRAVENÇÕES PENAIS	DECRETO-LEI N. 3.688, DE 1966	LEI DAS CONTRAVENÇÕES PENAIS	
	CÓDIGO PENAL	DECRETO-LEI N. 2.848, DE 1960	INSTITUI O CÓDIGO PENAL	
	CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR	DECRETO-LEI N. 1.002, DE 1969	INSTITUI O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR	
	CÓDIGO PENAL MILITAR	DECRETO-LEI N. 1.001, DE 1969	INSTITUI O CÓDIGO PENAL MILITAR	
	CONSTITUIÇÃO ESTADUAL	CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS DE 1989 - EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 1, DE 1992	CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS DE 1989 - EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 1, DE 1992	
	CONSTITUIÇÃO ESTADUAL	CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS DE 1989 - EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 1, DE 1992	CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS DE 1989 - EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 1, DE 1992	
	CONSTITUIÇÃO FEDERAL	CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 - EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 1, DE 1992	CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 - EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 1, DE 1992	7, DE 2020
	CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM PERÍODO DE FÉRIAS	CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM PERÍODO DE FÉRIAS	CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM PERÍODO DE FÉRIAS	OS C
	CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM PERÍODO DE FÉRIAS	CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM PERÍODO DE FÉRIAS	CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM PERÍODO DE FÉRIAS	O 2022
	CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM PERÍODO DE FÉRIAS	CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM PERÍODO DE FÉRIAS	CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM PERÍODO DE FÉRIAS	O 2018
	CARTILHA PGE - CARTILHA DA CÂMARA DE PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA	CARTILHA PGE - CARTILHA DA CÂMARA DE PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA	CARTILHA PGE - CARTILHA DA CÂMARA DE PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA	FLITOS DO
	CARTILHA MPM - ELEIÇÕES 2024 - O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR E AS ELEIÇÕES	CARTILHA MPM - ELEIÇÕES 2024 - O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR E AS ELEIÇÕES	CARTILHA MPM - ELEIÇÕES 2024 - O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR E AS ELEIÇÕES	
	AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 4.827/AL	AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 4.827/AL	AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 4.827/AL	ALAGOAS
	FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE POLÍCIA	ACÓRDÃO Nº 1.000/2024	FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE POLÍCIA - IMPLANTAÇÃO E ADEQUAÇÃO	SERVIÇO N